



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E
SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

LUIZ REGASON BRESSAN

**ESTADO, POLÍTICA PÚBLICA E AGRICULTURA FAMILIAR: O PAPEL DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO APOIO ÀS LÓGICAS
FAMILIARES DE PRODUÇÃO, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ.**

MARABÁ (PA)

Março 2017

LUIZ REGASON BRESSAN

**ESTADO, POLÍTICA PÚBLICA E AGRICULTURA FAMILIAR: O PAPEL DO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO APOIO ÀS LÓGICAS
FAMILIARES DE PRODUÇÃO, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), como requisito para obtenção do grau de mestre, na área de concentração Estado, Território e Dinâmicas Socioambientais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Luís Mauro Santos Silva.

MARABÁ (PA)

Março de 2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá, PA

Bressan, Luiz Regason

Estado, política pública e agricultura familiar: o papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar no apoio às lógicas familiares de produção, no município de Marabá / Luiz Regason Bressan ; orientador, Luís Mauro Santos Silva. — Marabá : [s. n.], 2017.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2017.

1. Agricultura familiar – Marabá (PA). 2. Política pública. 3. Agricultura e Estado. 4. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). 5. Economia agrícola – Marabá (PA). 6. Assentamentos humanos. 7. Reforma agrária. I. Silva, Luís Mauro Santos, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 338.1098115

Elaboração: Alessandra Helena da Mata Nunes
Bibliotecária-Documentalista CRB2/586

LUIZ REGASON BRESSAN

**ESTADO, POLÍTICA PÚBLICA E AGRICULTURA FAMILIAR: O PAPEL DO PNAE
NO APOIO ÀS LÓGICAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO, NO MUNICÍPIO DE
MARABÁ.**

Texto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Aprovado em 15/03/2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o. Dr. Luís Mauro Santos Silva
UFPA/NCADR

Prof.^a. Dr^a. Andreia Hentz de Melo
UNIFESSPA

Prof^o. Dr^o. Armando Lirio de Souza
ICSA/UFPA - MEMBRO EXTERNO

MARABÁ (PA)

Março de 2017

Dedico in memoriam

Ao meu pai: Alvino Modesto Guerra Bressan. Agricultor familiar que sempre cultivou a diversidade ambiental na agricultura.

À minha mãe: Amélia Regason Bressan. Além da casa, ajudava na roça e nos debates da cidadania.

Ao meu sogro: Jonas de Jesus Braga. Castanheiro e ribeirinho, conhecedor das matas e da água.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof^o. Luís Mauro Santos Silva/UFPA/NCADR, meu orientador, pela sua capacidade de animação e provocação. É mais que um orientador. É um amigo. Também é um sonhador que pensa e escreve andando pelos caminhos da terra e academia na busca da justiça social.

Ao Prof.^a Dr.^a Andreia Hentz de Mello/UNIFESSPA, que sempre animou e sugeriu caminhos para melhorar a pesquisa a partir de sua experiência em Marabá.

Ao (Prof^o. Dr^o. Armando Lírio (ICSA/UFPA) Examinador externo. Como membro externo contribuiu com sua visão holística em torno das políticas públicas na Amazônia.

Ao Prof^o. Dr. William Santos de Assis/UFPA/NCADR. (examinador suplente). Um exemplo de pesquisador sobre os territórios amazônicos, por estar sempre à disposição.

A Prof.^a Dr.^a. Rosemeri Scalabrin do IFPA/Campus Rural de Marabá (examinador externo na qualificação) uma educadora com a visão inovadora em torno da educação no campo que contribuiu na minha qualificação.

À Coordenação e demais professores do PDTSA pelo empenho em manter um mestrado interdisciplinar num território com predominância do capital privado e rentista.

Aos colegas de mestrado, com referências a todos desde a primeira turma, minha renovação de amizade pelas motivações que recebi.

À minha família: Ana Márcia, minha esposa, incentivadora que animou nos momentos de dificuldade.

Aos Meus filhos Mateus; Luciana e sobrinho Marcelo Junior, pela colaboração nas transcrições das gravações e socorros técnicos.

À minha sogra Maria Madalena sempre atenta sobre minha presença na casa. Atendendo minha sede e fome nos intervalos de estudo.

O Cio da Terra

Debulhar o trigo

Recolher cada bago do trigo

Forjar no trigo o milagre do pão

E se fartar de pão

Decepar a cana

Recolher a garapa da cana

Roubar da cana a doçura do mel

Se lambuzar de mel

Afagar a terra

Conhecer os desejos da terra

Cio da terra, propícia estação

E fecundar o chão

*(Milton Nascimento
Chico Buarque)*

RESUMO

BRESSAN, L. R. Universidade Federal do Pará, março de 2017. **Estado, Política Pública e Agricultura Familiar: O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO APOIO ÀS LÓGICAS FAMILIARES DE PRODUÇÃO, NO MUNICÍPIO DE MARABÁ.** Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia). Orientador: Luís Mauro Santos Silva.

RESUMO

Esta pesquisa tratou sobre a política pública do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Identificou que é estruturante da Agricultura Familiar, pois proporciona um viés novo que é o da comercialização direta com o poder público, regulamentada por lei. Essa política está motivando os agricultores familiares a produzirem com qualidade e diversidade, pois possuem uma garantia de produção e a comercialização, além de dar mais visibilidade para a categoria junto às escolas envolvidas com o PNAE. A realidade agrária de Marabá contempla 79 Projetos de Assentamentos criados nas últimas duas décadas. Expressa desafios diversos no que se refere à diversidade da produção e abastecimento alimentar. É deste universo de Projetos e Assentados da Reforma Agrária que desenvolvemos nosso estudo sobre a política pública do PNAE. O objetivo da pesquisa foi de analisar a capacidade estruturante do PNAE junto aos agricultores familiares no município de Marabá associados da FECAT e ASPABSIR. A definição de um mínimo de 30% de produtos da Agricultura Familiar e cardápios por segmentos escolares fomentam a nível local várias iniciativas inovadoras. As associações e cooperativas aos poucos ganharam expressão pública. Entre todos os avanços no marco legal destaca-se a Lei nº 11.947 de 16 de junho 2009. A Lei trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica. Em termos de sustentabilidade ambiental, social e econômica, nossa pesquisa identificou várias experiências com alto grau de diversificação. A maioria é reflexo das iniciativas de comercialização através do PNAE. Concluímos afirmando que o PNAE é sim uma política estruturante da agricultura familiar, pois envolve um conjunto de atores do campo e da cidade na execução do programa. Porém precisam de forma permanente que seus responsáveis continuem atuando na consolidação dos avanços e buscando soluções em relação aos limites que identificamos nesta pesquisa sobre o PNAE em Marabá.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. PNAE. Políticas Públicas. Sudeste do Pará.

ABSTRACT

BRESSAN, L. R. Universidade Federal do Pará, march, 2017. **State, Public Policy and Family Agriculture: THE ROLE OF THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM IN THE SUPPORT OF FAMILY PRODUCTION LOGICS, IN THE MUNICIPALITY OF MARABÁ.** Dissertation (Master in Territorial Dynamics and Society in the Amazon). Advisor: Luís Mauro Santos Silva.

This research deals with the public policy of the National School Feeding Program. It identified that it is structuring of Family Agriculture, since it provides a new bias that is the direct commercialization with the public power, regulated by law. This policy is motivating family farmers to produce with quality and diversity, since they have a guarantee of production and commercialization, besides giving more visibility to the category next to the schools involved with the PNAE. The agrarian reality of Marabá contemplates 79 Projects of Settlements created in the last two decades. It poses diverse challenges with regard to the diversity of production and food supply. It is from this universe of Projects and Settlers of Agrarian Reform that we developed our study on the public policy of the PNAE. The objective of the research was to analyze the structuring capacity of the PNAE with the family farmers in the municipality of Marabá associated with FECAT and ASPABSIR. The definition of a minimum of 30% of Family Agriculture products and menus by school segments fosters a number of innovative initiatives at the local level. The associations and cooperatives gradually gained public expression. Among all the advances in the legal framework, Law 11,947 of June 16, 2009 stands out. The Law brought new advances to the PNAE, such as the extension of the Program to the entire public network of In terms of environmental, social and economic sustainability, our research identified several experiences with a high degree of diversification. Most are a reflection of marketing initiatives through the PNAE. We conclude by stating that the PNAE is rather a structuring policy of family agriculture, since it involves a set of actors from the countryside and from the city in the execution of the program. However, it is always necessary that those responsible continue to work on consolidating advances and seeking solutions in relation to the limits that we identified in this PNAE research in Marabá.

KEYWORDS: Family Farming. Pnae. Public policy. Southeast of Pará.

LISTA DE SIGLAS

APABSIR	Associação de Pequenos Agricultores Familiares do PA do Burgo
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEPASP	Centro de Assessoria e Apoio Sindical e Popular
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
FAOR	Fórum da Amazônia Oriental
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FATA	Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FECAT	Federação das Cooperativas do Araguaia e Tocantins
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNO	Fundo de Financiamento do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LASAT	Laboratório Socioagronômico do Araguaia-Tocantins
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
DS	Ministério do Desenvolvimento Social
MIN	Ministério da Integração Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAS	Programa Amazônia Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Plano Plurianual
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa indicando os eixos de transporte que cruzam Marabá.....	49
Figura 02	Mapa com uma visão geral dos 79 dos PAs. Marabá. PA.....	54
Figura 03	Gráfico com Perfil dos agricultores quanto à faixa etária.....	58
Figura 04	Gráfico com Perfil social AF – Escolaridade dos responsáveis no lote....	61
Figura 05	Gráfico com Perfil social AF – Tempo de moradia no lote.....	63
Figura 06	Tabela com relação produtos adquirida da Agricultura Familiar.....	72
Figura 07	Foto de Agricultor no PA Vitória, região do Brejo do Meio.....	78
Figura 08	Foto do Sistema de produção de hortaliças e frutas no PA do Burgo.....	80
Figura 09	Imagem da Logomarca da FECAT “TENTAÇÃO AMZÔNICA”.....	84
Figura 10	Foto de Sistema agroflorestal com erradicação de pastagens. PA Escada Alta.....	86
Figura 11	Foto de Família de A.F. do PA Alegria. Marabá. PA.....	96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. JUSTIFICATIVA	16
2.1. PROBLEMATIZAÇÃO.....	17
2.2. HIPÓTESE DO ESTUDO.....	18
3. OBJETIVOS	18
3.1. OBJETIVO GERAL.....	18
3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
4. REFERENCIAL TEÓRICO	19
4.1. MARCO LEGAL DA POLÍTICA PÚBLICA DO PNAE	19
4.1.1. Histórico sobre construção da política pública do PNAE.	19
4.1.2. Avanços no marco legal do PNAE	23
4.1.3. A importância dos avanços da legislação do PNAE no apoio à agricultura familiar.	25
4.1.4. Significados do PNAE para a agricultura familiar.	28
4.1.5. Experiências de alimentação escolar no Brasil	30
4.2. AGRICULTURA FAMILIAR EM MARABÁ: BUSCA DA CONSOLIDAÇÃO DA FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	33
4.2.1. Agricultura familiar em marabá: fruto da resistência	33
4.2.2. Avanços organizativos em torno da agricultura familiar em Marabá.	37
4.2.3. Lógicas familiares criando identidade local.	39
4.2.4. Agricultura familiar frente à modernização tecnicista.	42
4.2.5. Agricultura familiar: diversidade e sustentabilidade	44
4.2.6. Agricultura familiar sob a ótica das políticas públicas	46
5. METODOLOGIA DA PESQUISA	50
5.1. PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	50
5.2. METODOLOGIA DIALOGANDO COM OS OBJETIVOS.	51
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	53
6.1. LOCALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DO PNAE.....	54
6.2. PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PNAE DE MARABÁ.	58
6.3. ATUAÇÃO DOS DOS GESTORES E TÉCNICOS NA EXECUÇÃO DO PNAE.....	64
6.4. IMPACTOS DO PNAE EM MARABÁ, EM 2016.	69
6.4.1. Principais desafios de planejamento na execução do PNAE	70
6.4.2. Efeitos das distintas lógicas produtivas junto a Agricultura Familiar local	73

6.4.3. O PNAE como catalizador de processos de diversificação e práticas agroecológicas	76
6.4.4. O PNAE fomentando o debate sobre a gestão pública e organizações sociais do campo	87
6.4.5. Propostas para melhorar o PNAE no município de Marabá.	91
6.4.6. O PNAE como motivador da permanência no campo e qualidade de vida.	95
7. CONCLUSÕES.....	97
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
9. REFERÊNCIAS.....	103
ANEXO 1: Resumo das leis e resoluções sobre o PNAE DE 2000 à 2013.....	111
APÊNDICE 01: ROTEIRO DE PESQUISA COM GESTORES.....	114
APÊNDICE 02: ENTREVISTA COM AGRICULTORES FAMILIARES	117

1. INTRODUÇÃO

Em termos de políticas públicas, uma das formas mais estratégicas de valorização da produção oriunda das lógicas familiares tem sido através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Gliessman (2001) destaca que a participação dos agricultores na construção de lógicas mais sustentáveis de produção tem possibilitado a valorização da mão de obra familiar e a melhoria da qualidade de vida no campo. Define que a geração de renda pode ser potencializada através de políticas estruturantes.

Recentemente, alguns estudos têm destacado a importância do PNAE, embora também apontem questionamentos, limites e sugestões para a melhoria do programa. Entre eles, Sá (2012) destaca que, apesar de ter mais de 50 anos de existência, o PNAE só teve seu marco legal, a Lei 11.947, sancionado em 2009, graças à mobilização da sociedade civil, sobretudo por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Mesmo com a descentralização da gestão sobre a alimentação escolar, que ocorreu a partir de 1993, foi em 2009 que realmente se consolidou o marco legal do PNAE. No site do FNDE (2016) encontramos com destaque a afirmação de que “este encontro – da alimentação escolar com a agricultura familiar – tem promovido uma importante transformação na alimentação escolar, ao permitir que alimentos saudáveis e com vínculo regional (...), possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil”.

O PNAE é um programa com história na educação do Brasil. Segundo Stolarsk (2005) as análises a nível nacional demonstram a importância do PNAE e suas complexidades:

O gerenciamento do PNAE mostra-se complexo em virtude de estarem diretamente envolvidos no processo União, estados, municípios, Conselhos de Alimentação Escolar e estabelecimentos de ensino, bem como pela existência de características regionais e diversidade na clientela, na infraestrutura e nos hábitos alimentares. A descentralização do PNAE ocorrida a partir de 1993, a disponibilidade ou não de complementação deste recurso (contrapartida estadual ou municipal) e outros fatores promoveram o surgimento de diversos cenários e modelos de gestão na alimentação escolar de nosso país. O Programa Merenda Escolar, como é mais conhecido, é viabilizado com recurso federal, repassado mensalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (STOLARSK, 2005).

No plano político, foi a partir início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (início do dos anos 2003), que muitas conquistas foram transformadas em políticas públicas. A partir da instituição da Lei 11.947/09, foi possível haver reconhecimento da alimentação como um direito humano e a obrigatoriedade de que no mínimo 30% dos recursos sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar através fosse de chamadas públicas de compra, com dispensa de licitação (SÁ, 2012).

Face ao exposto, a escolha do PNAE como unidade de análise para este estudo toma como referência o contexto das políticas públicas do sudeste do estado do Pará. Contexto no qual as organizações camponesas surgidas na luta pela terra atualmente debatem condições para permanência na terra.

Neste estudo vamos analisar os impactos do PNAE junto aos agricultores familiares ligados a FECAT e ASPABSIR na unidade territorial de Marabá, tanto na escala de decisão política quanto nos agroecossistemas familiares de produção, a fim de conhecer a capacidade estruturante do referido programa junto à agricultura familiar local.

Segundo Sofia; Reinach (2012, p.8):

O Programa Nacional de Alimentação Escolar cria mecanismos para o fortalecimento dos agricultores familiares, a formação de hábitos alimentares saudáveis e o desenvolvimento local nos municípios brasileiros, por meio de compras públicas. Ou seja, transcende a lógica de gerar “acesso a alimentos” e incorporam, simultaneamente a ela, ações pelo fortalecimento da agricultura familiar, esta com caráter transformador e estruturante. (SOFIA; REINACH, 2012, p.8).

Os estudos sobre o PNAE e Agricultura Familiar no Brasil, apresentam muitos dados quantitativos e técnicos. Percebemos que se faz necessário estudar aspectos qualitativos, ou seja, o caráter estruturante do PNAE junto ao sistema de produção da Agricultura Familiar em Marabá.

O recorte do estudo visa demonstrar até que ponto o PNAE é uma política pública estruturante da agricultura familiar, pois um dos gargalos destacados pelos atores sociais do campo diz respeito à dificuldade da comercialização dos produtos da agricultura familiar, justificando a escolha de recorte de análise.

Em 2001, o movimento sindical iniciou um debate sobre a necessidade de organizar o sistema cooperativista na região. O relatório da FETAGRI (2001) destacava que:

Sindicatos e cooperativas surgiram das mesmas lutas. Os Sindicatos têm uma importante contribuição que já é uma realidade para difusão do novo cooperativismo. Possui larga experiência nas lutas pela terra, crédito, direitos sociais... Cabe fortalecer e organizar lutas pela melhoria das

condições de produção e comercialização. Desafios de capacitação, gestão transparente, organização da produção, transformação dos produtos, conhecimento do mercado, relações com o com os consumidores urbanos, são caminhos a ser conhecidos e consolidados (RELATÓRIO DA FETARI, 2001).

. Também, a escolha se orienta pela capacidade de programa articular a produção diversificada das lógicas familiares com a qualidade da alimentação, promovendo o abastecimento interno, o fortalecendo a alimentação escolar e a inclusão social dos agricultores.

A partir da realidade da agricultura familiar do município de Marabá, neste estudo, vamos buscar identificar iniciativas que possam indicar um incentivo à diversificação da produção, trazendo benefícios de caráter socioeconômico e ambiental.

No desenvolvimento do trabalho, Inicialmente, apresentamos uma contextualização do Programa Nacional de Alimentação Escolar Também elencaremos aspectos sobre o marco legal da política pública do PNAE. Esta abordagem trás elementos que asseguram o direito da agricultura familiar participar do PNAE com uma base legal transparente e prática.

Nos tópicos referentes à agricultura familiar, buscamos elencar estudos sobre a realidade local. O território tem sido marcado pelos conflitos pela posse da terra. Essa luta ganhou contornos práticos que merecem ser estudados, pois nas últimas três décadas foram criados, no Sudeste do Pará 511 projetos de assentamentos. Com a efetivação programa de crédito do PRONAF, a agricultura familiar passou a ser o principal ator campo neste território.

Na metodologia da pesquisa focamos na análise empírica e dados secundários. Definimos Marabá como unidade de investigação. O estudo contará com análises qualitativas e quantitativas e se fez uso do método descritivo-analítico, tendo como base material bibliográfico e sondagem de campo com aplicação de questões semiestruturadas aos agricultores familiares, lideranças camponesas e gestores municipais.

Por fim vamos apresentar os resultados e novas discussões, a partir dá análise das entrevistas semiestruturados com 28 pessoas, envolvendo agricultores familiares, gestores e lideranças das organizações. Com este leque de opiniões teremos um desafio no sentido de estabelecer relações entre a gestão e execução do PNAE em Marabá, um município de porte médio da Amazônia, visando fortalecer

o debate sobre as políticas públicas em torno da agricultura familiar da região, somando com os demais colegas e estudiosos que vivem e sonham com um território de oportunidades para todos a partir de critérios éticos da justiça social.

2. JUSTIFICATIVA

A partir da ampliação e adequações do PRONAF, o PNAE foi reformulado e suas demandas sociais acabaram entrando como ações estruturantes do Programa Fome Zero. Os dados no Site FNDE (2016), destacam que o Programa Nacional de Alimentação Escolar foi acompanhado ao longo de toda sua trajetória de formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por diferentes organizações da sociedade civil. “O programa tem conseguido legitimidade social nos espaços político-institucionais, junto aos movimentos sociais, organizações não governamentais, institutos de pesquisa e academia”.

Vale destacar que a agricultura familiar no sudeste paraense está em momento de afirmação e consolidação, face à chegada, nas últimas décadas de migrantes de vários estados do Brasil que têm formado novas comunidades a partir da luta pela terra. Mesmo diante de barreiras impostas pelo sistema, eles foram forjando as condições para efetivação da reforma agrária através da FETAGRI, da FETRAF e do MST.

O atual quadro da Agricultura Familiar resulta de um processo de embates e conquistas, onde o Estado acabou sendo forçado a assumir para si a implantação de ações que foram determinantes para a consolidação de organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais na Amazônia e especialmente no Sudeste do Pará. Segundo Assis (2007) o Estado obedeceu a um processo lento de assimilação e implementação de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores.

O processo de abertura política que inaugurou novos formatos de relacionamento entre Estado e sociedade determinou o ritmo das mudanças sociais, econômicas e políticas em nível nacional e regional. Foram passos lentos, porém contínuos. No que se referiam às políticas públicas, vários eventos contribuíram para mudanças significativas no país e na Amazônia. Do ponto de vista político, vários acontecimentos foram de grande visibilidade nacional, como a promulgação da nova Constituição da República. Os impactos dessas mudanças para o segmento dos pequenos produtores e suas organizações foi percebido em diferentes dimensões e intensidades. (ASSIS, 2007, p.44).

Na busca de horizontes de melhoria de vida, centenas de pessoas dos mais diferentes regiões do Brasil, chegaram à região na busca de trabalho e riqueza. A fixação na terra tornou-se uma necessidade na lógica da sobrevivência. Oliveira (2005) fez um estudo importante que exemplifica as profundas mudanças no cenário social regional.

De uns 15 anos para cá as áreas de fronteira agrária da Amazônia oriental, em particular a do sudeste do Pará, onde se insere a região de Marabá, vem recebendo os efeitos da implementação de políticas públicas federais, principalmente daquelas direcionadas ao apoio da agricultura familiar, como os programas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar, e das medidas tomadas para tornar a legislação ambiental mais rígida com vistas a diminuir os índices de desmatamento e de queimadas nessa região. (OLIVEIRA, 2005, p.30).

As práticas produtivas dos Agricultores Familiares indicam potencialidades de práticas agroecológicas em seus lotes. As políticas Públicas de financiamento apresentam contradições. No entanto, podemos perceber que é possível avançar na ampliação da concepção de sustentabilidade.

É possível depreender, as relações sociedade-natureza estabelecidas atualmente na região de Marabá, mesmo que ainda contando com formas relativamente agressivas ao ambiente, apresentam novos elementos que, na medida em que se colocam como alternativas à pecuária, que estimulam novas experiências produtivas e de aprendizado e que possibilitem um aumento de permanência na terra, têm o potencial de funcionar como desacelerador do ritmo forte de exploração que historicamente caracterizam essas áreas como essa de fronteira agrária. (OLIVEIRA, 2005, p.18)

A realidade agrária de Marabá com 79 Projetos de Assentamentos criados nas últimas três décadas, expressam desafios diversos no que se refere à diversidade da produção e abastecimento alimentar. É deste universo de Projetos e Assentados da Reforma Agrária que desenvolveremos nosso estudo sobre a política pública do PNAE.

2.1. PROBLEMATIZAÇÃO

A realidade agrícola de Marabá mudou nos últimos anos. A organização e pressão dos movimentos sociais do campo forçou o Estado agir. Segundo dados do (INCRA/SR-27, 2016), existem atualmente no território do Sul Sudeste do Pará, 511 Projetos de Assentamento, envolvendo uma área de 4.679.037,24 ha, comportando 72.213 famílias. Destes 79 Projetos de Assentamento foram oficializados no município de Marabá, envolvendo 9.610 famílias.

A partir deste cenário, levantamos a seguinte pergunta orientadora do estudo junto aos gestores públicos e agricultores familiares: Quais os impactos da política do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Marabá, sob a perspectiva estruturante das lógicas familiares de produção?

2.2. HIPÓTESE DO ESTUDO.

Em Marabá, cerca de 100 agricultores familiares foram habilitados através da DAP a produzir e vender para o PNAE através de suas organizações FECAT E ASPABSIR. A hipótese de partida é que a política pública do PNAE é estruturante da Agricultura Familiar, pois proporciona um viés novo que é o da comercialização direta com o poder público, regulamentada por lei. Esta política estaria motivando os agricultores familiares a produzirem com qualidade e diversidade, pois possuem uma garantia em relação à produção e a comercialização, além de dar mais visibilidade para essa categoria, junto às escolas envolvidas com o PNAE.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a capacidade estruturante do Programa Nacional de Alimentação Escolar junto aos agricultores familiares no município de Marabá.

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar o *modus operandi* do PNAE no município de Marabá, bem como o nível de envolvimento de organizações ligadas à lógica familiar de produção.
- b) Identificar características do PNAE que tem maior reatamento na realidade das famílias de agricultores envolvidas diretamente.
- c) Caracterizar e identificar aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental, social e econômica, motivada pelo PNAE junto às famílias envolvidas.
- d) Identificar os atuais avanços e limites do PNAE no processo de participação, mobilização e compreensão das organizações da agricultura familiar.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. MARCO LEGAL DA POLÍTICA PÚBLICA DO PNAE

4.1.1. Histórico sobre construção da política pública do PNAE.

As iniciativas alimentares, visando apoiar os estudantes, assumiram várias formas durante a história do Brasil. Um dos estudos sobre a política alimentar, realizados por Turpin (2008, p.6) destaca que os primeiros registros sobre alimentação escolar no Brasil datam do final do século XIX. Segundo a autora, “em 1867 foram instituídas as Caixas Escolares, segundo modelo do poder central, financiadas e operacionalizadas pela sociedade civil e associações filantrópicas”. As Associações de Pais e Mestres forneciam a “sopa escolar” que era preparada nas residências das famílias e transportada até as escolas. O objetivo das entidades e famílias era fornecer alimentos aos alunos que muitas vezes frequentavam a escola sem ter realizado nenhuma refeição.

Durante as primeiras décadas do século XX as iniciativas foram ainda assistenciais. Somente na década de 1930 é que surgiram as primeiras propostas mais consolidadas para alimentação escolar, evidenciando a participação do Estado.

Embora a alimentação escolar não operasse como um programa nacional e existisse pela interferência da sociedade civil e atuação de alguns estados e municípios, a primeira ação de apoio à produção local por meio da merenda escolar ocorreu já na primeira metade do século XX no âmbito da atuação técnica e política de profissionais da área da saúde preocupados com a questão da desnutrição dos escolares. Em 1939, o médico nutrólogo Dante Costa publicou 25 tipos de merenda adequados às diversas regiões do país, nas quais pela primeira vez se indicava o emprego de alimentos regionais, em uma base técnica. Na época, propôs a composição de merendas com açaí, ovo de tartaruga, cajus e rapaduras, beijos de farinha e também algumas refeições específicas para cidades litorâneas [...]. (TURPIN, 2008, p.6).

Com o aumento da preocupação sobre a situação alimentar dos estudantes por parte das famílias e das organizações sociais, o Estado aos poucos passou ter que assumir a tarefa de buscar garantir a alimentação escolar.

A administração pública começou um processo de modernização a partir dos anos de 1930, com a implantação do modelo burocrático que procurou desvincular a gestão pública dos fortes interesses da burguesia rural. Desde o Estado Novo (1937-1945) ela caracterizou-se pela identificação entre Estado e sociedade, apesar do regime autoritário e da centralização no plano institucional. Esse período foi a um só tempo, de grande avanço nas políticas sociais e econômicas [...] (TURPIN, 2008, p.36).

As iniciativas de atendimento alimentar nas escolas brasileiras demonstra uma preocupação crescente do Estado. Os desafios da efetividade e qualidade alimentar estão associados a uma espécie de motivação na frequência dos alunos. A baixa renda das famílias brasileiras fez com que o Estado atuasse num programa de segurança alimentar consistente, voltado para as escolas, pois nas escolas públicas é que está a maioria dos filhos da população de baixa renda. Segundo Stolarski (2005, p.16),

Há 50 anos nascia no Brasil o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), política pública contínua que representa um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo e o maior na América do Sul. Atualmente, a clientela atendida diariamente em todo o País ultrapassa 37 milhões de alunos, com um investimento da ordem de 01 bilhão de reais por ano (IPEA, 2002). O objetivo principal do programa é distribuir uma refeição/aluno do ensino fundamental da rede pública de ensino nos 200 dias letivos de forma universalizada, suprimindo as necessidades nutricionais referentes ao período em que o mesmo estiver na escola. Desta forma, pressupõe-se o estabelecimento de um estado fisiológico adequado à aprendizagem e, ao mesmo tempo, cria-se um forte atrativo à frequência do aluno [...].

Segundo o FNDE a evolução para um programa alimentar foi longa e cheia de contradições. Segundo estudo realizado por Costa (2004), era nas relações internacionais, onde os Estados unidos determinavam o rumo das políticas sociais na América Latina, a alimentação escolar constava como estratégia de manutenção de um modelo econômico e político.

A questão da merenda escolar dentro deste contexto de participação dos EUA junto ao Brasil começa a haver uma retração no Programa “Alimentos para a Paz”. Em 1973 ocorre o envio da última remessa de alimentos ao Brasil. Nos Estados Unidos havia dois motivos básicos para esta cooperação não ter continuidade: de um lado, as “ameaças comunistas” não eram mais tão evidentes e, de outro, “não fazia mais sentido manter um programa de ajuda alimentar a um país que àquela época, já exportava alguns dos produtos que compunham as doações e alardeava o discurso sobre o milagre econômico brasileiro [...]. (COSTA, 2004, p.26).

Com a ambição econômica e estratégia ideológica, os Estados Unidos desenvolveram várias ações a nível mundial. A tentativa de controlar os países em desenvolvimentos incluiu o Brasil no rol de países a serem monitorados e controlados. Conforme (COSTA, 2004, p.26), os programas mundiais, foram regulamentados através de acordos institucionais entre os países e com o suporte de entidades internacionais que ajudaram a consolidar a política dos Estados Unidos.

O contexto externo era marcado pelo projeto de expansão e desenvolvimento do capital internacional e pela luta político-ideológica entre os Estados Unidos da América (E.U. A) e a União das Repúblicas

Socialistas Soviéticas (URSS). Através de instituições de ajuda internacional, como o FISI (Fundo internacional de socorro à infância) e a USAID (United States Agency for International Development), que substituiu o FISI, em 1962, os EUA criavam mecanismos para interferirem nos países em desenvolvimento. A aprovação da Lei nº 480, Lei do Alimento pela Paz, pelo congresso americano em 1954 evidencia as intenções dos EUA em relação aos países da América Latina, isto é, colocar o excedente de produção agrícola norte-americana nos mercados dos países subdesenvolvidos, aumentar o consumo nesses países de seus produtos e melhorar suas relações internacionais [...]. (COSTA, 2004, p.26).

Passados os períodos de forte influência externa principalmente, com Ditadura Militar, foi retomada a democracia através das eleições diretas. A Constituição de 1988 definiu um novo tempo para o país, tornando as leis sociais mais claras e objetivas. O Estado passou a assumir para si a tarefa de fornecer a alimentação escolar, experimentou diversas formas de atendimento. No entanto, somente no início do Século XXI é que a política alimentar ganhou força, principalmente com priorização de alimentos provenientes da Agricultura Familiar.

Conforme registro no site do FNDE¹, “O Programa tem sua origem no início da década de 1940, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação escolar. Entretanto, não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros”.

Interessante observar que em 1950 surgiu o primeiro plano². “Foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública”.

Segundo os dados do FNDE, seguiram-se várias iniciativas de cunho institucional e legal, conforme afirmação do próprio governo.

Desse plano original, apenas o Programa de Alimentação Escolar sobreviveu, contando com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atualmente UNICEF, que permitiu a distribuição do excedente de leite em pó destinado, inicialmente, à campanha de nutrição materno-infantil. Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação. Na ocasião, foram celebrados convênios diretamente com o Fisi e outros organismos internacionais. Em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a

¹ FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em: 23 de abril de 2014. O FNDE passou a ser a referência institucional para todas as ações regulatórias entre os entes federativos.

² Idem Ibidem.

intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. No ano de 1965, o nome da CNME foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65 e surgiu um elenco de programas de ajuda americana, entre os quais se destacavam os Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid); o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). A partir de 1976, embora financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan). Somente em 1979 passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (SITE DO FNDE)³.

Somente com a Constituição Federal de 1988, é que foi garantido o direito à alimentação escolar para todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação escolar através dos governos federal, estaduais e municipais.

Segundo os dados do FNDE, o PNAE desde sua criação até 1993, a execução do programa de alimentação escolar se deu de forma centralizada, ou seja, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional.

Segundo estudos sobre a evolução do PNAE, um dos marcos legais importante ocorreu em 1994 com Lei nº 8913.

Algumas dessas modificações merecem destaque como, por exemplo, a legislação Lei nº8913 que entrou em vigor no ano de 1994 e promoveu a descentralização dos recursos para a execução do programa, que passou a funcionar por meio de convênio com estados e municípios. Essa descentralização tornou a operacionalização do programa mais fácil e rápido fazendo com que mais municípios passassem a aderir ao programa [...]. (CASTRO; BOMBARI, p.4. Acesso em: 24 de abril de 2014).

O próprio site do FNDE confirma esta iniciativa legal sobre a descentralização. O fato que merece destaque foi à adesão da maioria dos municípios brasileiros ao programa. Multiplicaram-se as experiências locais quanto aos produtos e cardápios para merenda escolar.

Em 1994, a descentralização dos recursos para execução do Programa foi instituída por meio da Lei nº 8.913, de 12/7/94, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, às quais se delegou competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes

³ Idem Ibidem

municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização. Nesse período, o número de municípios que aderiram à descentralização evoluiu de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998, representando mais de 70% dos municípios brasileiros [...]. (SITE DO FNDE),

Já para Stolarski (2005, p.28) a descentralização ganha força no País a partir da Constituição de 1988. “Com a prévia redistribuição de recursos, competências e responsabilidades para as três esferas de governo, ampliação do controle social, dos atores participantes, inclusão da possibilidade de escolha e de veto, caracterizando, desta forma, o processo de redemocratização do País”.

A consolidação de uma política pública alimentar voltada para educação, associada com critérios e princípios fizeram do Brasil um exemplo para o mundo. A inclusão e exigências técnicas no preparo da alimentação escolar, a valorização de produtos regionais, abriram as portas para inclusão da produção do maior segmento do campo brasileiro, ou seja, o fortalecimento da Agricultura Familiar. A seguir, ainda no campo do marco legal, os principais avanços ocorridos a partir da Lei nº 8.913, de 1994.

4.1.2. Avanços no marco legal do PNAE

Além da descentralização ocorrida em 1994, outras medidas importantes passaram a ser adotadas pelo Estado Brasileiro, visando maior agilidade, controle e transparência no sistema de alimentação escolar.

Um dos principais avanços, segundo Site do FNDE foi a Medida Provisória nº 2.178, de 28/6/200 “Propiciou grandes avanços ao PNAE. Dentre eles, destacam-se a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local”.

Outra grande conquista, conforme registro no Site do FNDE foi.

A instituição, em cada município brasileiro, do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa. Isso se deu a partir de outra reedição da MP nº 1.784/98, em dois de junho de 2000, sob o número 1979-19. Atualmente, os CAEs são formados por representantes de entidades civis organizadas, dos trabalhadores da educação, dos discentes, dos pais de alunos e representantes do poder Executivo [...]. (SITE FNDE).

No que se refere à qualidade alimentar nas escolas, o site do FNDE, destaca que: “A partir de 2006, uma conquista fundamental foi à exigência da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico composto por esses profissionais em todas as Entidades Executoras, o que permitiu uma melhoria significativa na qualidade do PNAE quanto ao alcance de seu objetivo”.

É importante destacar também que:

A partir de 2006, foi estabelecida a parceria do FNDE com as Instituições Federais de Ensino Superior, culminando na criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes, que são unidades de referência e apoio constituídas para desenvolver ações e projetos de interesse e necessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades de extensão, pesquisa e ensino. Dentre essas atividades, merece destaque as capacitações dos atores sociais envolvidos no Programa [...]. (SITE FNDE).

O processo evolutivo do marco legal sobre a alimentação escolar colocou o Brasil em destaque mundial. Diversos acordos internacionais, atualmente, estão em curso. Os avanços atuais diferenciam-se em relação aos acordos nas fases iniciais dos programas, onde na verdade existia uma grande interferência nas ações ligadas à política alimentar brasileira. É destaque no Site do FNDE, importância do PNAE no cenário nacional e internacional.

O PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso de Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. (SITE FNDE, 2016).

Entre todos os avanços no marco legal, é importante registrar a sanção da Lei nº 11.947 de 16 de junho 2009. Segundo o Site do FNDE:

A Lei trouxe novos avanços para o PNAE, como a extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Outra mudança importante foi à inclusão do atendimento, em 2013, para os alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para os da Educação de Jovens e Adultos semipresenciais e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral. (SITE FNDE).

A definição de um mínimo de 30% de produtos da Agricultura Familiar e cardápios por segmentos escolares fomentam a nível local várias iniciativas. A

pesquisa de universidades e participação de organizações ligadas ao campo, associações e cooperativas, aos poucos ganharam expressão pública. Ainda existem questionamentos referentes aos valores repassados aos municípios. Na verdade, o gestor local deve complementar com recursos próprios a merenda escolar. Mesmo assim, o governo federal tem procurado adequar os valores. O Site do FNDE destaca que:

Em relação aos recursos financeiros, o PNAE transfere per capita diferenciados para atender as diversidades étnicas e as necessidades nutricionais por faixa etária e condição de vulnerabilidade social. Dessa forma, merece destaque o fato de o Programa priorizar os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar, bem como diferenciar o valor do per capita repassado aos alunos matriculados em escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos. Em 2012, aumentou **o valor repassado aos alunos** (grifo nosso) matriculados em creches e pré-escolas, sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil. (SITE FNDE).

Concluindo a relação de avanços no marco legal do PNAE, destaca-se a publicação da Resolução FNDE nº 26, em 17 de junho de 2013. Segundo o FNDE a resolução “fortalece um dos eixos do Programa, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), ao dedicar uma Seção às ações de EAN. Essa medida vai ao encontro das políticas públicas atuais relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), visto a existência do Plano de SAN, do Plano Nacional Combate à Obesidade e do Plano de Ações Estratégicas para o enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT)”.

Vale destacar que, em 2000, o PNAE atendia cerca de 37,1 milhões de alunos com um investimento de R\$ 901,7 milhões. Em 2013, foram atendidos aproximadamente 43 milhões de alunos com um investimento de cerca de R\$ 3,5 bilhões.

4.1.3. A importância dos avanços da legislação do PNAE no apoio à agricultura familiar.

Com mais de 50 anos de existência, o PNAE só teve seu marco legal sancionado em 2009, graças à mobilização da sociedade civil, sobretudo por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A disputa travada no Senado não foi fácil, devido à força de setores privados das indústrias de

alimentos, refeições coletivas e da bancada ruralista que tentaram, mais uma vez, monopolizar o mercado institucional da alimentação escolar.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (SÁ, 2012, p.13).

Sá (2012) aponta que, com a implementação da lei, algumas conquistas foram atingidas, como o reconhecimento da alimentação como um direito humano e a obrigatoriedade de que no mínimo 30% dos recursos sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar através de chamadas públicas de compra, com dispensa de licitação. O PNAE garante a alimentação escolar dos alunos da educação básica em escolas públicas e filantrópicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos para contribuir na aprendizagem e rendimento, bem como promover hábitos alimentares saudáveis.

A fim de fornecer segurança alimentar e nutricional, além de fortalecimento da agricultura familiar, foi incentivado o PNAE. Segundo FNDE (2011) o PNAE é um programa que garante por meio de transparência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas. O objetivo do PNAE consiste em [...] contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (CAMPOS, 2011, p. 19).

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pelo programa, a União repassa a cada dia letivo aos estados e municípios um valor por aluno, de acordo com a etapa de ensino. O investimento é calculado com base no censo escolar do ano anterior ao atendimento. A sociedade acompanha e fiscaliza o programa por meio de conselhos, do tribunal de contas e do ministério público, dentre outras instituições.

O orçamento de 2012 atingiu R\$ 3,3 bilhões para beneficiar cerca de 45 milhões de estudantes, sendo que aproximadamente R\$ 900 milhões devem ser direcionados para a compra diretamente da agricultura familiar. A liberação do orçamento de 2016 está prevista para meados de janeiro, com estimativa de cerca de R\$ 3,5 bilhões. Esta média de recursos tem se mantido nos últimos cinco anos. Segundo, Sá (2012) significa em média por ano a compra de alimentos da agricultura familiar no valor de Um bilhão de reais.

O cardápio a ser oferecido às escolas e os procedimentos para aquisição pública de alimentos também foram alterados pela lei. A comida deve levar em consideração a produção local, a sazonalidade e conter alimentos variados, frescos e que respeitem a cultura e os hábitos alimentares saudáveis, como frutas três vezes por semana. Só podem comercializar com o PNAE os agricultores que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Até julho deste ano, cada agricultor poderia comercializar até R\$ 9 mil por ano para o programa, mas a partir da resolução nº 25, do FNDE, o limite passou para R\$ 20 mil. A mudança é fruto de um acordo com as mulheres do campo durante a Marcha das Margaridas, segundo a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). As prefeituras e secretarias estaduais são obrigadas a publicar os editais de compras dos alimentos em jornais de circulação local ou na forma de mural em lugar público (SÁ, 2012, p. 4).

Conforme estudo realizado em 2010 pelo FNDE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no qual foram encaminhados para as secretarias municipais e estaduais de educação 5.565 formulários, com resposta de 3.136 (14 estados), as regiões sul e sudeste do Brasil lideram o ranking de compra da agricultura familiar.

No sul, mais de 50% dos municípios que responderam compram da agricultura familiar, enquanto no norte apenas 15%. Os gestores da educação apontam como desafio, por município: a falta de DAP das organizações (557), dificuldade de logística (1.094), falta de informação dos atores envolvidos (701), etc. As hortaliças, legumes e verduras, seguidas das frutas, lideram as compras, e as gorduras e óleos com os orgânicos e cereais são os menos comprados. Até o fechamento da matéria o FNDE não disponibilizou dados mais atualizados (SÁ, 2012, p. 5).

Considerando a importância para pesquisa e informações para a sociedade, relacionamos em anexo um quadro em ordem cronológica das principais leis e resoluções sobre o PNAE, ocorridas entre os anos de 2000 a 2013. De acordo com VIEIRA (2013)⁴, a partir de seu resumo sequencial das leis, fez uma um alerta quanto à eficiência do PNAE.

Como pode ser verificado nesta série histórica, o Programa foi alterado e ajustado às necessidades, como por exemplo, a forma de transferência dos recursos, prestação de contas e valores per capita, mas deve-se salientar que para uma melhor efetividade do programa é necessária que a gestão seja efetuada por todos os atores envolvidos no processo, pois quando a gestão é compartilhada há uma melhora nas várias áreas que o PNAE atua (VIEIRA, 2013).

O alerta de Vieira foi em parte contemplado na resolução nº4, de 02 de abril de 2015 alterou a redação dos artigos 25 a 32 da resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 no âmbito do PNAE. (SITE FNDE, 2016). Estas alterações possibilitaram a

⁴ A relação de leis faz parte do estudo desenvolvido por VIEIRA (2013). Uma sequência organizada de referências de leis, resoluções e decretos que foram aprimorando o marco legal do PNAE. Aspectos importantes para pesquisa e análise sobre as normas e princípios legais.

flexibilização dos cardápios respeitando hábitos alimentares regionais. Da mesma forma possibilitaram definir nas chamadas públicas a entrega de produtos conforme o calendário agrícola de cada região. No caso de Marabá foi observado o período do ciclo de colheita da Tanja, Acerola, Abacaxi, principalmente.

O desafio permanente da sociedade civil organizada é buscar compreender e acompanhar os processos legais que regulamentam as políticas públicas. As contínuas mudanças podem estar associadas a avanços ou retrocessos. A legislação agrícola é disputada dia e noite por grandes grupos econômicos. Historicamente, a Agricultura Familiar sempre viveu a margem da política econômica do país.

Em um estudo recente sobre o PNAE realizado por Santos (2015), tratou sobre o mercado institucional da compra de alimentos para merenda escolar em Marabá. Fez uma abordagem sobre vários dados sob o ponto de vista agrônomo e da gestão.

Em sua análise, Santos (2015, fl. 41), destaca que:

Com base nos levantamentos realizados foi possível obter informações da abrangência do programa governamental que tem a finalidade de promover o desenvolvimento da agricultura familiar. Os dados coletados permitiram identificar o número de produtores participantes e as escolas que são beneficiadas através do programa que proporcionam incentivos e o desenvolvimento da pequena propriedade rural.

Nos últimos anos, graças à vontade política e, principalmente ao avanço da organização camponesa em torno da Agricultura Familiar, com capacidade propositiva, o marco legal tem avançado razoavelmente no rumo da produção diversificada, com forte apelo agroecológico e social.

4.1.4. Significados do PNAE para a agricultura familiar.

Segundo o argumento de Sá (2012), o PNAE é extremamente relevante e incorporou no seu novo marco legal, elementos importantes, como o conceito de alimentação adequada, tornando-se, também, essencial para o processo da transição agroecológica no país. Essa política reforça o papel da agricultura familiar e reconhece que esses agricultores e agricultoras produzem alimento de qualidade, além do fato que eles têm direito a participar da política e vender a produção local dispensando o processo licitatório pelas chamadas públicas. Por outro lado, essa

política inovadora traz também seus limites e dificuldades. Em muitos locais do Brasil as prefeituras ainda não estão fazendo essas chamadas públicas, e o processo licitatório acaba prevalecendo. Esse problema é bastante complicado.

A modalidade da chamada pública, estabelecida em lei, facilitou a participação dos Agricultores familiares, superando em parte, as dificuldades de competição na modalidade de pregão eletrônico. Em sua dissertação, Abreu (2013) faz uma abordagem interessante dos municípios do Estado de Minas Gerais. Destaca que:

Mesmo estando organizados, frequentemente não conseguem competir, em preço e quantidade, com os médios e grandes fabricantes, atacadistas e distribuidores de alimentos – durante muito tempo os fornecedores privilegiados e exclusivos do PNAE”. Outro aspecto complicador, para esse público, são as exigências técnicas e burocráticas exigidas nesses processos (ABREU, 2013, p.70).

A adequação da legislação significou um avanço que possibilitou, mesmo com limites, a participação da Agricultura Familiar na política pública de Alimentação Escolar. A experiência brasileira do PNAE tem servido de exemplo para outros países, como São Tomé e Príncipe, na África, onde os produtos locais, como o leite de cabra, estão sendo reincorporados ao sistema alimentar de modo a favorecer gerações que foram acostumadas a consumir produtos importados. A lei de alimentação escolar traz uma estratégia de segurança alimentar e nutricional proporcionando a oportunidade de aproximar os circuitos de produção e consumo. É uma política que tem muitas potencialidades, tanto para a agricultura familiar quanto para a agroecologia, complementou. O programa é também uma oportunidade para identificar bloqueios na ponta do acesso dos agricultores às políticas públicas (SÁ, 2012).

Por outro lado, o mesmo autor observa que são necessárias políticas voltadas para o financiamento da produção, e que essa forma de financiamento seja adequada a um modelo de produção sustentável com base na agroecologia. Um modelo de financiamento acessível para as mulheres, os extrativistas, os quilombolas, indígenas, da mesma forma que a assistência técnica vá também em direção à agroecologia.

Um dos principais problemas identificados por especialistas do tema, movimentos sociais e agricultores é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que viabiliza a inserção dos agricultores familiares a qualquer política pública. O entendimento é que da forma que está estruturada ela dificulta o acesso às

documentações para entrar no programa, sobretudo para mulheres, quilombolas, indígenas. Outra questão é como desvincular o acesso de políticas de comercialização, como o PAA e o PNAE, do acesso ao crédito. “É preciso pensar outro instrumento que identifique os agricultores familiares, e que os habilite a acessar programas como estes sem regras tão restritivas” (SÁ, 2012, p. 3).

A DAP é obrigatória para acessar linhas de crédito, políticas públicas de assistência técnica, seguro, incentivo à comercialização, dentre outros mecanismos. É fornecida gratuitamente e emitida por órgãos credenciados pelo MDA, e tem validade de seis anos. Para Gomes (2009), as políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares implicam quase sempre em subvenção econômica e, portanto, passível de responsabilização dos gestores, por parte dos órgãos de controle. Além disso, há uma tradição longa no Brasil de compra centralizada através de licitação, o que acaba favorecendo as grandes empresas. Daí a importância da chamada pública, que possibilita a compra da agricultura familiar. Mas ainda há dificuldade de entender essa diferenciação, pois a lógica dos editais passa a ter uma seleção que não vai ao encontro do menor preço, como de costume.

4.1.5. Experiências de alimentação escolar no Brasil

Mesmo com uma longa história de alimentação escolar, ainda são poucos os estudos realizados sobre o PNAE no Brasil. Em estudo realizado por BALESTRIN; PACHECO; SUDBRACK (2016, p.100), fazendo levantamento em estudos publicados na CAPES, fica evidente o baixo volume de teses lançadas desenvolvidas sobre o tema.

A análise quantitativa dessa produção, considerando o período de 10 anos estabelecido para a investigação, indicou alguns aspectos importantes, como a predominância de trabalhos de dissertação desenvolvidos em instituições públicas. Os estudos apresentaram maior concentração nos anos de 2008 a 2010 e, apesar da diversidade e abrangência das produções, o PNAE foi o tema que apresentou menor quantidade de estudos nesse intervalo de tempo.

Geograficamente, a região Sudeste se destacou na quantidade de trabalhos. (BALESTRIN; PACHECO; SUDBRACK, 2016, pg.16).

Quando os dados fazem referência à Amazônia, fica maior ainda a diferença em relação aos estudos realizada no Sul do país.

Em termos regionais, com o objetivo de mapear as produções por Unidade de Federação [...], nos anos de 2003 a 2013, a maior porcentagem de

estudos relacionados com a temática Contribuição do Conselho de Alimentação Escolar na descentralização da gestão PNAE encontra-se na Região Sudeste (n=105), seguida pela Região Nordeste (n=58), Sul (n=57) e Centro-Oeste (n=23). Percebe-se que a Região Norte não produziu nenhum trabalho durante o período delimitado. Este dado é comprovado por conteúdo fornecido pela CAPES, (BALESTRIN; PACHECO; SUDBRACK, 2016, pg.10).

Diante dos vários estudos sobre as experiências do PNAE de Norte a Sul do Brasil, destacamos o levantamento realizado por Costa (2004), onde aponta que a formalização oficial da merenda enquanto política social só ocorreu na década de 1950.

COSTA (2004) faz menção a outros estudos como o de Coimbra (apud BEZERRA, 2002 p. 32) afirmando que “as primeiras iniciativas de merenda escolar começaram a acontecer desde o início do século XX”.

Através de ações Estatais, das caixas escolares, formadas por associações de auxílio, e, de entidades filantrópicas e assistenciais, algumas atividades pontuais no sentido de distribuição da merenda foram empreendidas. As primeiras ações que se tem notícia se deram em 1908, no Estado de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. Nesse local, a “Seleta Caritativa Humanitária”, instituição filantrópica Vinculada à Maçonaria, teria atendido a cerca de 1000 alunos/ano nas cidades de Campo Grande, Corumbá e Porto Esperança, sendo esta última atendida somente em 1944. Outras experiências de distribuição da merenda escolar, anteriores ao ano de 1955, ocorreram nos estados de São Paulo, Pará, Amazonas, Ceará, no interior de Minas Gerais, no município do Rio de Janeiro e na cidade de Teresina. (COSTA, 2004. p.29).

Segundo COSTA (2004), as ações de maior relevância ocorreram na cidade do Rio de Janeiro devido a fatores políticos e econômicos.

O primeiro fator relaciona-se com o fato de o município do Rio de Janeiro sediar a capital da república na era Vargas, possibilitando o maior acesso pela população local aos serviços públicos; O segundo relaciona-se com a concentração de médicos e especialistas, que vinham realizando levantamentos sobre o estado nutricional dos brasileiros no município e o terceiro, relaciona-se com o fato de Anísio Teixeira, idealizador da sistematização do sistema escolar, ser o administrador do sistema de ensino do município, propiciando assim condições materiais para sua operacionalização (COSTA, 2004).

Como já destacamos anteriormente a política de alimentação e nutrição no Brasil tem suas origens na década de 1930. Neste sentido, Costa (2004) corrobora sobre a realização do primeiro inquérito sobre alimentação, orçamento familiar e condições de vida da população data dessa época.

Em 31 de março de 1955 é criada, através de Decreto – Lei nº 37.106, a Campanha de Merenda Escolar (CME). Esse programa contava com “doações” 5 norte-americanas de leite em pó acompanhado de cápsulas de vitamina A e D, beneficiando-se inicialmente os Estados do Nordeste

brasileiro. Já em 1956, o governo passa a complementar essas doações com a compra de farinha enriquecida de leguminosas e cereais (milho, trigo, arroz e soja), adquiridos no próprio mercado internacional. Em 1966 é decretada a obrigatoriedade da instalação de cantinas nas escolas, demonstrando-se a preocupação com a operacionalização dos alimentos (COSTA, 2004).

Um importante debate sobre a história da alimentação escolar ocorreu no II CONINTER⁵. A análise do significado social e político do programa destacam etapas de execução que visavam cumprir um atendimento de combate à pobreza através da escola.

A ideia de ver a escola como local de possível combate à fome através da merenda escolar era explícita nos ideais da época e perduraram durante muitos anos. Porém é importante ressaltar que a escola não possui material físico nem humano capacitado para o combate à fome e à desnutrição, bem como a merenda escolar – com sua obrigatoriedade de 15% da cobertura das necessidades proteico calóricas dos alunos – não conseguiria dar conta desta árdua tarefa. A fome e a desnutrição são consequências da miséria e da exclusão social, portanto são parte de um complexo grupo de dificuldades sociais enfrentadas pela sociedade em busca de uma cidadania ampla e possível para todos os seus. (PINHO, F. N. L. G. (1); MARTÍNEZ, S. A. (2) 2013, p.3)

Ainda segundo Pinho et al (2013), as políticas alimentares com enfoque aos grupos de risco, começam a ter atenção especial no Brasil. Com base nessa premissa a alimentação veiculada à educação começa a se desenvolver.

A infância passa a ser identificada como um desses grupos de risco e, por isso, a escolha da escola como locus privilegiado para atender tal grupo. Foi criado então um programa que pretendia atender as necessidades nutricionais dos escolares. Para atender a esta prerrogativa, é criado no Brasil, na década de 1950, o que hoje se conhece como Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Mesmo tendo recebido diferentes nomenclaturas desde a sua criação – Campanha de Merenda Escolar, Campanha Nacional de Merenda Escolar, Campanha Nacional de Alimentação Escolar –, o PNAE (nomenclatura atual) é um dos mais antigos programas públicos de suplementação alimentar brasileiros, destacando-se pela “continuidade, dimensão e pelos expressivos investimentos” (PINHO, F. N. L. G. (1); MARTÍNEZ, S. A. (2) 2013, p.3).

Mesmo com todas as dificuldades, o PNAE mostra como os agricultores familiares brasileiros têm uma grande capacidade de responder aos estímulos de políticas públicas minimamente adaptadas às suas realidades. A evolução do programa certamente vai encher de orgulho milhares de famílias agricultoras que agora terão a oportunidade de fornecer comida boa para estudantes da rede pública, contribuindo para a promoção de a segurança alimentar e nutricional por esse Brasil afora (SÁ, 2012).

⁵ Trata-se do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013.

Segundo autores acima citados e os documentos oficiais sobre o PNAE, percebemos muitos avanços na legislação visando adequar e tornar mais eficaz a aplicação do programa em todo o Brasil. As adequações legais foram garantindo, principalmente a inclusão dos cardápios regionais, fato que valoriza a cultura e o sistema alimentar local.

4.2. AGRICULTURA FAMILIAR EM MARABÁ: BUSCA DA CONSOLIDAÇÃO DA FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.2.1. Agricultura familiar em marabá: fruto da resistência

A resistência das lógicas familiares de produção na Amazônia, especialmente na região sudeste⁶ do Estado do Pará, na luta pela permanência na terra é resultado das contradições dos chamados programas de desenvolvimento, geralmente impostos a partir de acordos entre os governos e empresas capitalistas. A concentração da terra e a apropriação privada da biodiversidade regional, nas últimas décadas, foram orientadas por uma perspectiva de controle via mercado formal (CASTRO, 2012). Os territórios foram ocupados por diferentes formas de controle econômico. Empresas, indústrias, produtos, cultura de mídia e consumismo moldaram populações e interferiram nas dinâmicas locais.

Como exemplo, tem-se o mercado de terras em que, segundo Carmo; Moreira (2007), a luta pela apropriação está associada ao processo de territorialização do capital, por meio de imobilização deste em terras produtivas ou improdutivas; e em processos associados aos incentivos fiscais, em décadas passadas. “Os embates associados à apropriação da terra na Amazônia têm a ver com a dinâmica do capitalismo contemporâneo e a territorialização de seus interesses: a biodiversidade é um deles” (MOREIRA; CARMO, 2007: p. 176).

Segundo Assis (2007), a reforma agrária, os conflitos fundiários, a violência, o trabalho escravo, a assistência técnica, o financiamento da produção, as políticas sociais eram temas que passaram a povoar o discurso dos diferentes atores, sem

⁶ Tal unidade a que se refere o sudeste do Pará é, em verdade, a Mesorregião Sudeste Paraense, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como área de 297.344,257 quilômetros quadrados dividida em 39 municípios agrupados em sete microrregiões: Marabá (cinco municípios), Parauapebas (cinco), Tucuruí (seis), Redenção (sete), Paragominas (sete), Conceição do Araguaia (quatro) e São Félix do Xingu (cinco). De acordo com o IBGE (2012), a população era de 1.719.989 habitantes em 2012. Por vezes, ao longo do texto, aparecerá com a designação de Carajás, nome comum da Mesorregião do Sudeste do Pará.

que as estratégias fossem necessariamente consensuais. Ele lembra que, a partir dos anos 1960, as políticas governamentais aceleraram a ocupação da região amazônica e, em especial, as regiões sul e sudeste paraenses. O fluxo migratório de diversas partes do país em direção à região em questão foi quase contínuo, apresentando apenas intervalos curtos entre um evento motivador e outro. A abertura de estradas, a construção de pontes e ferrovias, a descoberta de novas áreas de garimpo, a construção de hidrelétrica, o anúncio de instalação de indústrias, a abertura de fazendas e a política de incentivos fiscais e de crédito funcionavam como elementos de atração para os indivíduos de diferentes regiões.

Oliveira; Almeida (2009) fazem análise importante de que, na Amazônia, as áreas de fronteira agrária têm conseguido, de forma recorrente, ampla notoriedade e projeção no cenário nacional e muitas vezes internacional, devido comportarem problemas de diversas ordens. O ritmo veloz de transformação do espaço e de exploração predatória do meio natural, a disputa acirrada pela posse da terra e das riquezas, os conflitos que várias vezes a ilustram, os abusos cometidos contra trabalhadores rurais e os inúmeros casos de mortes no campo são exemplos dos fenômenos que caracterizam esses espaços e que despertam interesse e preocupação na sociedade.

É nesse cenário que o sudeste do Pará emerge como palco permanente de conflitos fundiários. A disputa pelos recursos naturais, a partir do extrativismo primário das florestas, do minério, da pecuária, produziu páginas sangrentas na história da região. Conforme Assis (2007), a presença de agricultores, entre os muitos grupos que se deslocaram para a região, foi marcante porque eles se dedicaram à coleta de produtos florestais, como o caucho (*Castilla* spp) e a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H.B.K.), à caça de animais selvagens para venda de peles, ao garimpo, à implantação de pastagens para grandes fazendeiros e à produção de culturas alimentares. De uma maneira ou de outra, participaram ativamente da construção social, econômica e política da região.

Em sua tese de doutorado, Silva (2008), faz um importante estudo sobre os “Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará”. Entre os créditos, destaca o PRONAF como principal política pública de apoio a agricultura familiar:

O contexto rural brasileiro não foi mais o mesmo desde que entrou em vigor o decreto Nº1.946, de 28 de julho de 1996, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Muitas coisas mudaram

desde a implementação dessa política pública, já que antes nunca se havia aplicado tanto recurso público nesta categoria produtiva. No entanto, ficam nítidos seus limites quanto às transformações da realidade numa perspectiva realmente sustentável, devido à adoção de uma noção ainda reduzida de desenvolvimento [...]. (SILVA, 2008, p.48).

Vale destacar que a agricultura familiar no sudeste paraense está em momento de afirmação e consolidação, face à chegada constantemente de migrantes de vários estados do Brasil que têm formado novas comunidades a partir da luta pela terra. Mesmo diante de barreiras impostas pelo sistema, eles foram forjando as condições para efetivação da reforma agrária através da FETAGRI da FETRAF e do MST.

O atual quadro da Agricultura Familiar resulta de um processo de embates e conquistas, onde o Estado acabou sendo forçado a assumir para si a implantação de ações que foram determinantes para a consolidação de organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais na Amazônia e especialmente no Sudeste do Pará. Segundo Assis (2007) o Estado obedeceu a um processo lento de assimilação e implementação de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores.

O processo de abertura política que inaugurou novos formatos de relacionamento entre Estado e sociedade determinou o ritmo das mudanças sociais, econômicas e políticas em nível nacional e regional. Foram passos lentos, porém contínuos. No que se referiam às políticas públicas, vários eventos contribuíram para mudanças significativas no país e na Amazônia. Do ponto de vista político, vários acontecimentos foram de grande visibilidade nacional, como a promulgação da nova Constituição da República. Os impactos dessas mudanças para o segmento dos pequenos produtores e suas organizações foi percebido em diferentes dimensões e intensidades [...]. (ASSIS, 2007, p.44).

Na busca de horizontes de melhoria de vida, centenas de pessoas dos mais diferentes regiões do Brasil, chegaram à região na busca de trabalho e riqueza. A fixação na terra tornou-se uma necessidade na lógica da sobrevivência da vida. Oliveira (2005) fez um estudo importante que exemplifica as profundas mudanças no cenário social regional.

De uns 15 anos para cá as áreas de fronteira agrária da Amazônia oriental, em particular a do sudeste do Pará, onde se insere a região de Marabá, vem recebendo os efeitos da implementação de políticas públicas federais, principalmente daquelas direcionadas ao apoio da agricultura familiar, como os programas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar, e das medidas tomadas para tornar a legislação ambiental mais rígida com vistas a diminuir os índices de desmatamento e de queimadas nessa região [...]. (OLIVEIRA, 2005, p.30).

As práticas produtivas dos agricultores familiares indicam potencialidades de práticas agroecológicas em seus lotes. As políticas Públicas de financiamento

apresentam contradições. No entanto, podemos perceber que é possível avançar na ampliação da concepção de sustentabilidade.

É possível depreender, as relações sociedade-natureza estabelecidas atualmente na região de Marabá, mesmo que ainda contando com formas relativamente agressivas ao ambiente, apresentam novos elementos que, na medida em que se colocam como alternativas à pecuária, que estimulam novas experiências produtivas e de aprendizado e que possibilitem um aumento de permanência na terra, têm o potencial de funcionar como desacelerador do ritmo forte de exploração que historicamente caracterizam essas áreas como essa de fronteira agrária [...]. (OLIVEIRA, 2005, p.18).

A realidade agrária de Marabá, com 79 Projetos de Assentamentos criados nas últimas duas décadas (INCRA/SR-27, 2016), expressam desafios diversos no que se refere à diversidade da produção e abastecimento alimentar. É deste universo de Projetos e Assentados da Reforma Agrária que desenvolveremos nosso estudo sobre a política pública do PNAE.

Gomes (2009) observa que a luta pela posse da terra no sudeste do Pará se diferencia da de outros estados, como Acre e Rondônia, pois, quando as pessoas começam a migrar para a região, inicialmente desenvolvem trabalho extrativista, mas não desencadeiam uma luta por reservas e assentamentos extrativistas. A partir da posse e das ocupações de terras, são criados projetos de assentamentos como opção para resolver o problema que se origina com as populações extrativistas ameaçadas na região, especificamente em Marabá.

Diferente de outras regiões, o sudeste do Pará, com a migração de diversas famílias, vai se aglomerando e desenvolvendo a prática do extrativismo do caucho e da castanha. No entanto, a luta se dá no campo da conquista da terra, a partir de outra lógica que não seja de reservas extrativistas de castanhas, mas criação de projetos de assentamentos. A princípio, a luta forte foi travada entre posseiros e proprietários de terras (GOMES, 2009, p. 63).

De acordo com Castro (2012), a política que norteou o avanço da fronteira econômica se organizou de forma a permitir a integração do mercado nacional às estruturas produtivas. Para os grupos que migraram em direção a essa fronteira, como colonos atraídos pela política de integração, o apoio do Estado foi reduzido. Nesse contexto, os projetos de colonização estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país. Por isso, o governo federal priorizou políticas direcionadas à empresa agropecuária.

Frente ao cenário proposto pela agricultura moderna – vinculada diretamente à lógica capitalista comumente chamada como “revolução verde”, as organizações da sociedade civil são desafiadas a atualizar suas estratégias na perspectiva de

fomentar e desenvolver práticas em agroecologia, entre as quais, aproveitar os avanços técnicos e científicos para melhorar as condições de produção da agricultura familiar, sem perder os princípios da sustentabilidade agroecológica, como a não utilização de agrotóxicos ou fertilizantes químicos em seu processo produtivo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; GOMES, 2009). Segundo Leff (2002), a agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura por intermédio de novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, como uma ferramenta para autossustentância e a segurança alimentar das comunidades rurais.

No que pese o sudeste do Pará ser uma região ativa para o desenvolvimento dos princípios da agricultura familiar, começam a emergir algumas estratégias para fugir à lógica capitalista de produção. A saber, segundo Laschefski; Souza (2008), as lógicas familiares conquistaram maior inserção e passaram a ser vistas como estratégias para o desenvolvimento regional. Isso porque, conforme esses autores, a agricultura ecológica propõe a distribuição equitativa das propriedades sem grandes disparidades.

Devido a utilizarem a técnica de diversificação da produção para fornecer alimentação a toda comunidade e suprir as necessidades essenciais de sobrevivência, os agricultores familiares não fazem uso de agrotóxicos, que contaminam os alimentos e os trabalhadores que lidam direto com a lavoura. Além disso, não lançam mão da mecanização, garantindo postos de trabalho no campo. A agroecologia promove o cultivo de plantas típicas das regiões, valorizando a cultura local e, por meio dela, é possível incentivar processos sustentáveis de aproveitamento da produção agrícola local (LASCHEFSKI & SOUZA, 2008).

4.2.2. Avanços organizativos em torno da agricultura familiar em Marabá.

A realidade da agricultura familiar local, partindo de um princípio de que construiu seu caminho com base na resistência e na busca de autonomia, tenta consolidar formas alternativas e sustentáveis na produção. No entanto, de acordo com Gomes (2009), existem problemas identificados pelos próprios movimentos e agricultores familiares quanto à infraestrutura, apoio ao transporte, clima, regularidade de

produção, políticas públicas. Surge a questão: a agricultura familiar de Marabá tem autonomia para consolidar práticas sustentáveis de produção ou está dependente da concepção técnica da agricultura moderna?

Oliveira; Almeida (2009), ao analisar agricultura familiar, dinâmicas socioprodutivas e novas relações na sociedade–natureza na Amazônia oriental, apresenta de forma clara a contradição que existe no cenário atual da agricultura familiar aplicável à cena de Marabá e região:

Em geral, devido ao peso que depositam na pecuária pela segurança que oferece, principalmente nas áreas onde as condições de acesso são mais precárias, a grande maioria dos agricultores da região que teve acesso ao crédito decidiu investir prioritariamente na pecuária (aquisição de animais e implantação de infraestrutura básica, como cercas, curral, açudes). Mesmo que o crédito venha tentando influenciar para uma mudança de aptidão de corte para aptidão mista, a pecuária desenvolvida na região ainda se caracteriza muito mais por valorizar em termos econômicos a venda de animais adultos e bezeros. Como nas áreas mais recentes os problemas nas condições de acesso e a escassez de estruturas de beneficiamento e comercialização, o investimento na produção leiteira tem ocorrido de maneira um pouco mais relevante nas áreas mais antigas da região. Nessas áreas, as estradas oferecem melhores condições de acesso e transporte, existe uma presença importante de estruturas de beneficiamento de produtos da pecuária, sobretudo laticínios, com maiores oportunidades de comercialização do leite, já que existe um sistema de coleta na porteira dos agricultores, o que estimula o desenvolvimento de experiências com a diversificação interna da atividade pecuária a partir da valorização da produção leiteira (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2009, p. 13).

Importante observar que, além da produção de leite, vários agricultores também têm procurado desenvolver iniciativas de incluir ou valorizar outras atividades produtivas a fim de diversificar seu sistema de produção. Nesse sentido, aparecem nos sistemas produtivos desde a valorização de atividades já tradicionalmente desenvolvidas pelos agricultores, como a criação de porcos, aves ou o cultivo de banana, até a introdução de novos tipos de criações, como peixes, cabras e ovelhas, ou de novos tipos de cultivos de espécies perenes frutíferas (cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum.), maracujá (*Passiflora edulis* L.), cacau (*Theobroma cacao* L.), urucum (*Bixa orellana* L.)).

Silva (2012) alerta para o fato de que, em síntese, os pressupostos que ancoram uma perspectiva de mudança do padrão da agricultura industrial se apoiam na antítese das bases que sustentam o atual modelo de agricultura mundial. Tal constatação assume um caráter didático, tanto para avaliações críticas sobre o atual modelo, mas principalmente na construção de alternativas que possibilitam uma mudança concreta de princípios e não se limite a sofisticções do mesmo. No fundo,

esta comparação mostra a incompatibilidade entre a lógica urbano-industrial e as lógicas camponesas.

4.2.3. Lógicas familiares criando identidade local.

Mesmo com o grande índice de violência, durante a ditadura militar, as organizações sociais foram controladas pelo Estado. Com o fim do regime, no sudeste do Pará, as organizações sindicais ainda permaneceram por um tempo sob o controle das famílias oligárquicas até meados da década de 1990. Só então começaram a surgir lideranças que, contando com o apoio de entidades como CPT, CEPASP, FASE e FATA, ousaram enfrentar a disputa pelos espaços organizativos dos trabalhadores como os STRs e associações.

Assis (2007) situa como ocorreu a organização dos trabalhadores na região:

Os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) da região sudeste do Pará foram criados a partir dos anos 70, fortemente ligados à política de colonização e sob a tutela do Estado autoritário. Durante os anos 80, com o apoio de diferentes grupos de mediação, lideranças rurais oriundas das CEBs, criaram associações, empenharam-se na construção de oposições sindicais, assumiram paulatinamente a direção dos sindicatos e tornaram-se os principais porta-vozes dos agricultores. Inseriram-se nas disputas políticas regionais e construíram uma imagem de resistência ao latifúndio, defesa e luta pela terra. Por meio desse processo, as entidades sindicais se consolidaram como principal porta-voz dos agricultores. Construiu-se o que se pode chamar de uma hegemonia da representação pelo sindicalismo de trabalhadores rurais. Na década seguinte, novas organizações proliferaram. Ainda na década de 1990, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) iniciou sua ação na região. Na virada do século, outras formas organizativas que se originaram também no Sul do país, como a Federação da Agricultura Familiar (FETRAF), aportaram na região (ASSIS, 2007, p. 16).

Para Hébbette (2002), os STRs da região de Marabá nasceram, também no bojo do processo de colonização oficial ao longo da Transamazônica, sobre a iniciativa e o controle do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O STR de São João do Araguaia foi o primeiro a ser criado, em 1974; o segundo foi o de Itupiranga, em 1979; os de Jacundá e Marabá seguiram no início e final de 1980.

A partir da organização dos agricultores familiares, o diagnóstico realizado pelos PTDRS constatou que essa configuração fundiária caracterizada pela concentração vai começar a mudar a partir de meados da década de 1990, com o aumento da pressão dos movimentos sociais e das representações ligadas à

agricultura familiar com atuação na região pela implementação da política de reforma agrária. O desdobramento dessa pressão foi o processo de expansão do número de assentamentos rurais na área do território. Atualmente, a Mesorregião do Sudeste Paraense, onde se situa o território, é considerada uma das áreas mais importantes da política de reforma agrária, à medida que concentra o maior número de projetos de assentamentos do país (mais de 500) e envolve mais de 66 mil famílias (HÉBETTE, 2002).

Praticamente todos os Projetos de Assentamento surgiram a partir da luta pela terra. Os movimentos sociais organizados ou ocupações espontâneas colocaram em cheque o latifúndio improdutivo. Foi a partir deste cenário que organizações como a FECAT e ASPABISIR surgiram. Assumiram a tarefa de buscar saída a comercialização da produção. Este tema era considerado um entrave recorrente que aparecia em todos os encontros das organizações dos Agricultores familiares.

Mesmo com grande número de assentados a agricultura familiar está em fase de consolidação produtiva no território do sudeste paraense, segundo (ALMEIDA, 2006). Segundo Souza; Laschefski (2008), o PNAE pode ser um elemento motivador na diversificação das lógicas familiares de produção e, talvez, uma aproximação maior entre o rural e as demandas municipais, de maneira a aumentar a visibilidade desta lógica, que age para além da eficiência socioprodutiva. O programa pode ser fundamental, ainda, para proporcionar ambiente favorável à diversificação e qualidade de consumo local.

De acordo com Gomes (2009), em 2006, a CUT nacional e diversas organizações do campo realizaram debates na Amazônia sobre a agricultura familiar e as políticas públicas de crédito e assistência técnica. As principais conclusões do seminário foram de que as organizações e os movimentos de produtores familiares rurais na Amazônia – a partir de manifestações e lutas “Gritos da Amazônia” e da “Terra Brasil” – contribuíram na elaboração de políticas públicas adequadas para os povos da região, sendo um de seus marcos a constituição das Reservas Extrativistas (Resex) e conquista do acesso ao crédito, por meio da democratização e desburocratização do Fundo de Financiamento do Norte (FNO) e instituição do FNO Urgente, depois FNO Especial e, por fim, o Prorural, que desdobrou em linhas de crédito específicas para extrativistas, assentados da reforma agrária. Todas essas ações propuseram uma nova política de financiamento para a produção

familiar denominada de proambiente, que leva em consideração custos e remuneração dos serviços ambientais.

Apesar das iniciativas vitoriosas ao longo das últimas décadas, a agricultura familiar na Amazônia tem hoje desafios que vão desde a ampliação do acesso da produção familiar até o crédito rural, agora unificado na política do Pronaf. Além disso, a falta de garantia de infraestrutura para o campo (energia sustentável e estradas); o avanço da soja na região; a necessidade de regularização fundiária; a não confirmação de participação efetiva no projeto de geração do biodiesel e na ampliação de alternativas econômicas, como a piscicultura; e a ausência de um manejo organizado e rentável de produtos florestais mostram-se como obstáculos para os camponeses (GOMES, 2009).

A linha histórica da agricultura familiar no sudeste paraense, mesmo com todas as adversidades, confirma uma trajetória evolutiva em termos da conquista da terra, créditos e organização da categoria. Vários movimentos de massa, a partir dos sindicatos e do associativismo, passaram a definir pautas coletivas no debate de enfrentamento ao latifúndio e ao Estado. Ocorre que as políticas públicas ainda estão voltadas a uma lógica de mercado (HÉBBETE, 2002; GOMES, 2009).

A história da organização da FECAT, por exemplo, surge a partir de 2000, com o Sindicato de Trabalhadores Rurais e entidades de apoio aos agricultores. Foram fundadas as cooperativas singulares em diversos municípios da região e esse desenho microrregional tornou-se mais tarde a base do território sudeste paraense.

A FECAT hoje é composta de uma rede de sete cooperativas municipais, que têm em seu quadro social agricultores e agricultoras familiares oriundos dos vários projetos de assentamento e áreas de colonização da região. O conjunto destas cooperativas busca promover a permanência dos agricultores familiares no campo através da diversificação da produção nos lotes e da agregação de valor aos produtos por meio do seu beneficiamento e comercialização. São atendidas diretamente por esta rede cerca de 600 famílias cooperadas as cooperativas municipais, e indiretamente estimamos mais de 1.000 famílias.

A organização participa na comercialização para merenda escolar de Marabá fornecendo a linha de polpa de frutas. Recebe a produção de diversos agricultores familiares de Marabá e região e seu público são as cooperativas afiliadas.

Já a APABSIR atua de forma localizada na região do distrito de Brejo do Meio, zona rural de Marabá. A associação possui relação direta com agricultores familiares do assentamento e entorno e sua participação na comercialização para merenda escolar de Marabá está baseada na produção de melancia, abobora, macaxeira, abacaxi, alface, couve, cebolinha, pepino.

A realidade agrícola de Marabá mudou nos últimos anos. A organização e pressão dos movimentos sociais do campo forçou o Estado agir. Centenas de projetos de assentamento foram criados no sudeste do Pará, muitos dos quais oficializados no município de Marabá. Porém, as condições de infraestrutura e assistência técnica ainda são muito precárias (HÈBETTE, 2002).

A composição agrária de Marabá, expressa uma diversidade cultural de migrantes, ex-garimpeiros, trabalhadores dos grandes projetos do Carajás, sem alternativa de empregos optaram pela vida de agricultor. É, portanto, uma agricultura familiar recente em fase de consolidação, com uma diversidade de concepções e práticas que se manifestam na produção e organização da propriedade através dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Um contexto de muitos desafios e oportunidades.

4.2.4. Agricultura familiar frente à modernização tecnicista.

A crítica da agricultura moderna, enfatizada por Altieri (2012), destacando o perigo de uma tragédia ecológica, alerta ao tipo de produção intensiva que já atinge cerca de 30% das terras do planeta. O risco da diminuição das culturas devido ao padrão do mercado, o qual define que produto quer, faz com que das sete mil culturas, apenas 120 interessam. As lógicas produtivas de monocultivo que se alastram pelo mundo põe em risco a diversidade ambiental. O perigo da homogeneização genética coloca em risco a biodiversidade. As monoculturas, tipo as do milho e da soja, tornam os agrossistemas modernos instáveis, com quebra de equilíbrio da natureza através do avanço de pragas e doenças nas plantas.

Tratando sobre a questão da modernização e sustentabilidade da agricultura, Chiape (2012) alerta que os países industrializados nos últimos 50 anos, seguiram basicamente o modelo tecnológico de adaptação à Revolução Verde. Buscam alta produtividade através da mecanização e o pacote químico (fertilizantes, inseticidas, herbicidas).

Moreira & Carmo (2004) enfatizam que a modernização da agricultura brasileira foi conservadora. Não alterou a estrutura agrária. Na verdade, fomentou ainda mais as desigualdades, a concentração da terra, o êxodo rural, favorecendo modelo urbano-industrial.

Buscando compreender a crise da agricultura moderna com perspectiva de evidenciar o potencial do enfoque agroecológico, Silva (2012) identificou vários autores com reflexões acadêmicas tratando da crise do modelo agroindustrial, entre os quais Abramoway (1992), Romeiro (1998) e Srandón (2002). A matriz industrial ou do agronegócio é responsável pela crise do desenvolvimento. Este modelo pouco valorizou as diferentes e distintas relações econômicas, as relações sociais e diferentes processos produtivos.

O aumento da produção orienta para uniformização da produção a partir dos produtos que mais interessam ao mercado. Ehlers (1999) afirma que, de todas as revoluções, a que mais mexeu com setor agrícola e industrial foi a chamada Revolução Verde. Ganhou força nas décadas de 1960 e 1970, na Europa e nos EUA. Formou um pacote tecnológico e se espalhou pelo mundo, semeando ilusões e plantando desgraças ambientais.

Também fazendo uma crítica à agricultura moderna, Florit (2004) explana a ideia de que a visão geral de natureza que sustentou a agricultura moderna é herdeira do mecanicismo que separa o ser humano da natureza. Já Petersen & Caporal (2009) alertam que a hegemonia política e financeira dos mercados agroalimentares globalizados, a reprodução de mecanismos de apropriação capitalista, impõe custos socioambientais elevadíssimos para toda a sociedade.

Diante da pergunta sobre a viabilidade da agricultura moderna, percebe-se que existe uma contestação teórica de vários autores. Nos últimos anos, cresceu no mundo uma abordagem socioambiental, agroecológica, fundamentada em práticas sustentáveis, com bases fincadas na histórica e atual caminhada da agricultura familiar. Sob um olhar estritamente econômico, a agricultura moderna apresenta dados produtivos empolgantes, porém em curtos períodos históricos. Numa visão holística e sustentável da agricultura, é na agricultura familiar que estão às práticas produtivas que expressam uma concepção de equilíbrio e de uma verdadeira relação do homem com a natureza (FLORIT, 2004).

4.2.5. Agricultura familiar: diversidade e sustentabilidade

Movimentos camponeses, experiências sustentáveis, fazem parte de análises e pesquisas de centenas de pensadores comprometidos com a vida. Manifestam paixão em seus estudos, principalmente na busca de caminhos sustentáveis nas relações do homem com a natureza. Ploeg (2009) destaca que agricultura familiar é que representa a possibilidade real de resolver os problemas mundiais da crise alimentos, visto que possui em si um capital ecológico, uma natureza viva. Portanto, “a condição do camponês consiste na luta pela autonomia e por progresso, como uma forma de construção e produção de um meio de vida rural em contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (PLOEG, 2009, p. 16).

A luta por autonomia é fundamental para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de caráter agroecológico. Diante de todas as contradições do modelo imperial da agricultura moderna, a resistência camponesa é a principal força na produção diversificada de alimentos no mundo. Leff (2002) define que as práticas agroecológicas recuperam o sentido do valor e uso da terra, e seus recursos e o devolvem a seu verdadeiro ser. Altieri (1998) define agroecologia não como uma caixa de ferramentas ecológicas para ser aplicada pelos agricultores, mas sim como uma possibilidade de “bases científicas para uma agricultura alternativa”. Silva (2012) faz uma abordagem dos princípios e indicadores visando evidenciar as diferenças da concepção da agricultura moderna em relação à agroecologia. Para Silva, na Agricultura moderna os indicadores econômicos buscam somente a eficiência do modelo, aplicam medidas mitigatórias prevalecendo à concepção da eficiência econômica. Cita os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) ambientais e o Pro Ambiente como exemplos de que o meio ambiente é tratado como mercadoria quantificada a partir de valorização econômica.

Olhando a agricultura com enfoque sistêmico, Pinheiro (2000), a partir da teoria geral dos sistemas, destaca que as ciências caminham para uma abordagem holística e multidisciplinar na busca de resultados mais adequados e úteis aos pequenos agricultores familiares. Ele defende que todas as formas de conhecimento são válidas. A comunicação e o diálogo como elementos centrais do paradigma Construtivista.

A dimensão social é muito importante para consolidar os princípios de uma agricultura sustentável. Neste sentido, Chiappe (2002) indica que é nas comunidades que podem ser identificadas práticas de produção tanto ecológicas como socialmente apropriadas. Ehlers (1999), denominando de movimentos rebeldes, relaciona experiências da agricultura biodinâmica, orgânica, biológica e natural em várias partes do mundo. O resultado destas experiências é importante, pois suas práticas sustentáveis formam novas iniciativas e abarcam aspectos das diferentes experiências, gerando interdisciplinaridade de práticas alternativas.

Sevilla Gusmán (2002) defende que a agroecologia possui sua fundamentação teórico-científica com base na ação social coletiva de setores da sociedade civil, diretamente vinculados ao manejo dos recursos naturais. A agroecologia tem uma natureza pluri-epistemológica, tendo como base técnicas participativas e uma concepção dialética.

Das abordagens acadêmicas, Petersen; Caporal (2009), demonstrando uma inserção na vida camponesa, enfatizam que é preciso manter acessa duas frentes de resistência à agricultura industrial. Combater as políticas públicas que favoreçam ao modelo e estimular sempre as experimentações agroecológicas. Neste sentido, as próprias organizações da agricultura familiar são chamadas a assumir funções de mobilização e se articularem em redes sociotécnicas na busca de inovações agroecológicas.

Esses autores alertam para o fato de que, mesmo com o avanço das políticas públicas para agricultura familiar, é preciso cuidados para não cair na armadilha do modelo, tornando a produção familiar apenas como subsidiária das cadeias agroindustriais. E citam o Pronaf, criado em 1996, pois o mesmo tem favorecido a compra de equipamentos e insumos.

Frente ao cenário proposto pela agricultura moderna, a sociedade civil é desafiada a atualizar suas estratégias na perspectiva de fomentar e desenvolver práticas agroecológicas; aproveitar os avanços técnicos e científicos para melhorar as condições de produção da agricultura familiar, sem perder os princípios da sustentabilidade agroecológica.

É perceptível haver uma abordagem acadêmica analítica, dialética, construtivista, participativa, que lança desafios para agricultura familiar e suas organizações quanto à sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental. No sudeste do Pará, a agricultura familiar indica caminhos animadores quanto à

possibilidade de avanços de práticas de produção sustentáveis, com valorização humana e da natureza. Movimentos sociais fortes e organizados garantiram a conquista da terra para milhares de famílias. Novos desafios estão colocados na pauta local e regional da agricultura familiar: infraestrutura de estradas, transporte, educação, saúde, assistência técnica (LASAT, 2006; GOMES, 2009).

Diante dos fatos supramencionados, emergem algumas inquietações que, espera-se, sejam elucidadas no desenvolvimento desta pesquisa de Mestrado. Entre elas, uma é urgente: as políticas públicas para agricultura familiar, geradas pelas próprias lutas dos camponeses de todo o Brasil, estão sendo compreendidas, efetivadas, na consolidação da agricultura familiar de Marabá? Para tentar responder esta indagação é necessário dialogar com os atores locais. Visibilizar ações do Estado, através da análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ademais, estas políticas públicas estão favorecendo a diversificação da produção? Os agricultores familiares estão realmente participando e acessando tais políticas públicas? Sabe-se que, atualmente, o Pronaf, PAA e PNAE representam um conjunto de políticas públicas, com programas e ações específicas para agricultura familiar. Entretanto, no contexto amazônico, quais ações estão influenciando no fortalecimento e reprodução das práticas sustentáveis a partir da Agricultura Familiar.

4.2.6. Agricultura familiar sob a ótica das políticas públicas

A Amazônia é caracterizada pela sua enorme extensão territorial, diversidade socioambiental, econômica e pluralidade sociocultural. Essa caracterização tem levado os governos buscar programar um novo modelo de gestão pública, visando a estabelecer uma política de integração regional, com olhar diversificado e ao mesmo tempo específico a cerca cada uma das suas regiões, bem como compreender e incorporar essas múltiplas escalas de planejamento. As políticas territoriais ganharam força nos últimos anos a fim de aperfeiçoar recursos orçamentários e humanos, mobilizando os atores sociais locais na deliberação, proposição, fiscalização, execução e aplicação dos recursos públicos (PUTY, 2007; GOMES, 2009; PARÁ, 2011).

O programa dos Territórios da Cidadania, do governo federal, e Planejamento Territorial, do governo do Pará, criaram uma expectativa positiva no sentido de resolver o isolamento e diminuir as desigualdades regionais. No âmbito da agricultura familiar, o grande avanço em termos de formulação de políticas públicas foi a criação, em 1996, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - (PRONAF (PARÁ, 2011).

A partir do Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero e define-se enquanto um Programa Inter setorial, tendo sido acompanhado ao longo de toda sua trajetória de formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e por diferentes organizações da sociedade civil.

Acerca dessas e outras questões, Grisa (2009) comenta:

Agricultura familiar até então ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as consequências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil. Partindo de uma concepção Inter setorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar. O Programa adquire os alimentos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso ao alimento ou em situação de risco alimentar. Seu objetivo é "garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar" (GRISA, 2009, p. 23).

Segundo Grisa (2009), mesmo PAA sendo um programa recente, cada vez mais tem conseguido legitimidade social nos espaços político-institucionais, junto aos movimentos sociais, organizações não governamentais, institutos de pesquisa e academia.

Ainda assim, a agricultura familiar no Território do Carajás está em momento de afirmação e consolidação. Migrantes de vários estados do Brasil formaram novas comunidades a partir da luta pela terra. Mesmo com a lentidão e omissão do Estado, foram forjando as condições para efetivação da reforma agrária através da organização camponesa sindical da Fetagri, Fetraf e do MST. Um dos grandes desafios diz respeito à infraestrutura de estradas e transporte. A assistência técnica está sendo universalizada, porém tem sofrido problemas de descontinuidade, prejudicando diagnósticos importantes para fundamentar a pauta de demandas e necessidades (GOMES, 2009).

É possível perceber que as principais transformações que ocorrem no contexto regional de áreas de fronteira agrária, como a região de Marabá, estão relacionadas a dois principais fatores: o primeiro diz respeito às atuais condições do meio natural, resultado do próprio processo de evolução decorrente das formas e do tempo de exploração; e o outro se refere às influências exercidas pela implementação de políticas públicas na região através das quais vários aspectos do meio socioeconômico têm sofrido mudanças, tais como aqueles relacionados à estabilidade fundiária, às condições de acesso, ao aumento na capacidade de investimento dos agricultores, entre outras. (OLIVEIRA, 2005, p.18)

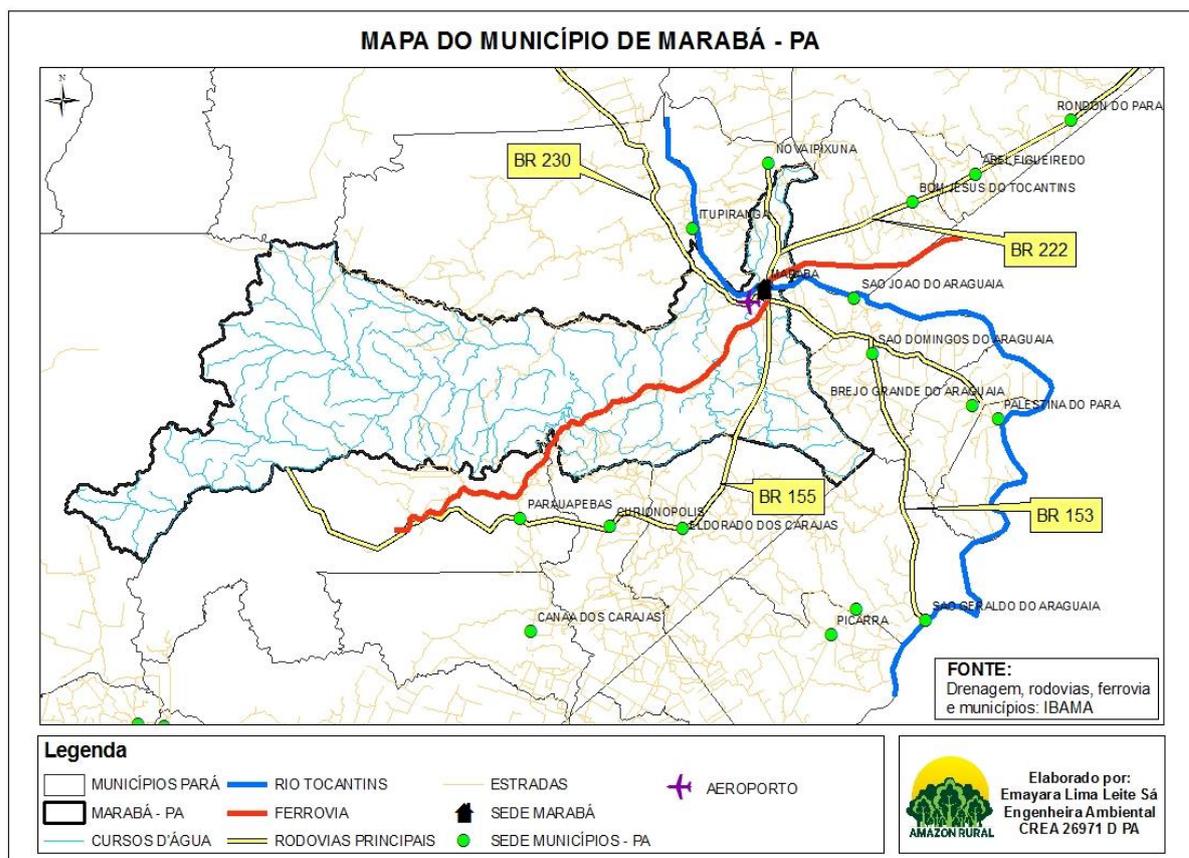
O município de Marabá (ver Figura 2), considerado polo na Mesorregião do Sudeste Paraense, é o mais populoso e, comercialmente, o mais dinâmico da região que comanda. Sua microrregião é composta por cinco municípios, todos os quais gravitam em grau de dependência de seus serviços.

A sede do município de Marabá está localizada as margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas. A cidade está localizada a cerca de 550 km de Belém, por via rodoviária. As principais vias de acesso da cidade são as rodovias PA 150, BR 222, BR 155 e BR 230. Também está localizada as margens da ferrovia do projeto grande Carajás. A área urbana de Marabá está dividida em cinco núcleos urbanos, sendo eles a Marabá Pioneira, Nova Marabá, Cidade Nova, São Felix e Morada Nova, sendo os três primeiros os principais! O município figura entre os mais importantes do Pará.

A posição estratégica de Marabá como cidade polo no território amazônico cada vez mais se confirma pelas perspectivas de obras estruturantes como a hidrovía do Araguaia-Tocantins, já com projeto avançado de derrocamento do pedral do lourenção. Esta obra estará ligando Marabá ao porto oceânico de Barcarena. Outro fator marcante é o processo acelerado de transformar Marabá numa área de livre comércio. Recentemente a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional aprovou, o Projeto de Lei 1119/11, [...], que cria uma área de livre comércio de importação e exportação no município de Marabá, no Pará. As áreas de livre comércio contam com regime fiscal especial, com a finalidade de promover o desenvolvimento local⁷.

⁷ O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. "A medida compensará a região do seu atual isolamento geográfico e econômico e aliviará a pressão sofrida por seus recursos naturais." <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/200787-COMISSAO-DA-AMAZONIA-APROVA-AREA-DE-LIVRE-COMERCIO-EM-MARABA.html>

Figura 01. Mapa indicando os principais eixos de transporte que cruzam Marabá.



Fonte: AMAZON RURAL; SISCOM/IBAMA, 2017.

Localizado no entorno dos maiores projetos de extração de minérios do país, Marabá também é conhecido por ter se tornado uma fronteira agrícola e uma zona de pecuária importante para o abastecimento de parte das necessidades do Centro-Sul do Brasil (ALMEIDA, 2008).

Na expansão do capital, a partir dos grandes projetos pecuário e minerais, Marabá passou a figurar como um porto seco, ou seja, seu potencial logístico é considerado importantíssimo na visão estratégica do capital rentista. É neste cenário que a resistência que a agricultura familiar fincou raízes, contradizendo a própria lógica do capital.

Conforme nos mostra o mapa, Marabá é uma cidade polo cortada por rios, estradas Federais e Estaduais, além da estrada de ferro Parauapebas a São Luiz/MA. Este fator desperta interesses diversos de investidores que procuram ampliar o capital rentistas, geralmente vindos do Sul do país ou do exterior.

5. METODOLOGIA DA PESQUISA

5.1. PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Tendo-se Marabá como unidade de investigação, este estudo contou com análises qualitativas e quantitativas e se fez uso do método descritivo-analítico, tendo como base a pesquisa bibliográfica e documental, além da pesquisa de campo, com aplicação de questões abertas a agricultores, lideranças camponesas e gestores municipais.

As pesquisas qualitativas envolveram a observação intensiva e de longo tempo num ambiente natural, o registro preciso e detalhado dos acontecimentos, a interpretação e análise de dados utilizando descrições e narrativas.

A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

O ponto de partida foi o processo de aquisição e comercialização de alimentos para merenda escolar realizado pela Federação das Cooperativas do Araguaia e Tocantins (FECAT) e pela Associação de Pequenos Agricultores Familiares do PA do Burgo (APABSIR).

A sondagem de campo teve como ponto de partida um questionário semiestruturado elaborado com perguntas objetivas e subjetivas que indicaram o alcance do PNAE em nível de sua eficiência nos resultados econômicos, sociais e ambientais junto à agricultura familiar em Marabá, através da chamada pública nº 002/2015⁸. A FECAT apresentou 44 DAPs e a ASPABSIR 53 DAPs, totalizando 97 agricultores familiares aptos a fornecerem produtos para alimentação escolar de Marabá.

Esta etapa contou com a aplicação de 14 questionários semiestruturados (ANEXO 2) junto às famílias que participam ativamente do PNAE, ou seja, aquelas que produziram e entregaram os produtos. A escolha dos agricultores entrevistados seguiu critérios por tipo de produtos entregues para alimentação escolar. Também se considerou a distribuição geográfica dos Projetos de Assentamento, tentando garantir uma amostra composta por Agricultores Familiares mais distantes do centro

⁸ Tem como objetivo adquirir produtos da Agricultura Familiar para o cardápio da alimentação escolar para o exercício do ano letivo de 2016.

de distribuição da merenda escolar da SEMED, com sede na cidade de Marabá, com base na relação constante na chamada pública, segundo as normas do PNAE.

Com relação aos gestores públicos e técnicos (Apêndice 1), realizou-se 10 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: Dois secretários municipais (Educação e Agricultura); Duas nutricionistas e três diretores da SEMED (infraestrutura, ensino e merenda); três agrônomos da SEAGRI. Além disso, aplicou-se mais 4 entrevistas com dirigentes, sendo 2 diretores da FECAT, 1 da Diretora da ASPABSIR e com o presidente do Conselho da Alimentação Escolar.

No total foram realizadas 28 entrevistas. Todas as questões subjetivas foram gravadas e transcritas, as questões objetivas serão anotadas no relatório geral de cada entrevista.

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada em portais oficiais dos governos estadual e federal, bem como de universidades. Além disso, foram utilizadas obras de autores que discutem o campo da agricultura familiar e o da dinâmica territorial no sudeste do Pará, com ênfase em Marabá; planos de desenvolvimento referente aos Territórios da Cidadania e produções sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

5.2. METODOLOGIA DIALOGANDO COM OS OBJETIVOS.

Portanto, o universo da pesquisa de campo envolveu gestores públicos lideranças do movimento sindical e cooperativista e agricultores familiares que participaram ou participam do PNAE em Marabá. E a metodologia se adequou conforme a execução de cada etapa dos objetivos específicos estabelecidos para a Dissertação.

a) Para caracterizar *o modus operandi* do PNAE no município de Marabá, foram aplicados 12 questionários aos Agricultores Familiares, 12 para organizações e gestores públicos a fim de estruturar o nível de envolvimento de organizações ligadas à lógica familiar de produção regional. No total foram aplicadas 24 entrevistas. Observamos nas entrevistas proporcionalidade nas entrevistas com gestores, técnicos, dirigentes e Agricultores Familiares.

b) Para identificar os atuais avanços e limites do PNAE no processo de participação, mobilização e compreensão das organizações da agricultura familiar, foi lançado mão dos resultados da aplicação do questionário, bem como será

composto uma revisão de literatura que possa promover o entrelaçamento, em nível local, das duas principais expressões-chave da pesquisa – agricultura familiar e PNAE.

c) Para identificar características do PNAE que fortalecem a agricultura familiar no contexto local, também foram utilizados dados da pesquisa de campo, assim como autores da literatura clássica e dados coletados junto nos portais dos governos estadual e federal, por meio dos quais seja possível associar os dois temas, direcionando-os à realidade de Marabá.

d) Para identificar aspectos relacionados à diversidade e sustentabilidade ambiental, em nível de organização, bem como melhorias na produção motivada pelo PNAE junto às famílias envolvidas diretamente com o Programa, foi aproveitada a sondagem de campo e feita à contextualização a partir e por intermédio de planos de desenvolvimento referente aos Territórios da Cidadania e produções sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O caso selecionado para esta pesquisa foi fundamental, devido à possibilidade de analisar como se processam o beneficiamento e a comercialização de frutas junto aos agricultores familiares; levantar como a produção de polpas pela FECAT fortalece culturas permanentes, incentivando práticas agroecológicas nos lotes dos agricultores; perceber de que maneira a ASPABSIR incentiva a produção de alimentos por intermédio de culturas perenes, incentivando a diversificação da produção.

No questionário semiestruturado, foram relacionadas informações sobre a idade, tempo de permanência na terra, escolaridade, lugar de onde veio. A partir destes dados construímos alguns gráficos que demonstram alguns aspectos do perfil destas famílias.

Conforme planejado, aplicou-se 14 entrevistas com Agricultores Familiares, 10 com Técnicos e gestores e 4 com dirigentes das organizações, totalizando 28 entrevistas. Estas entrevistas buscaram respeitar uma representatividade territorial mínima indicada pela FECAT e ASPABSIR, organizações que a partir da chamada pública definiram o universo de agricultores aptos para produzirem e entregarem os produtos para alimentação escolar. A nível dos técnicos e dirigentes garantimos uma representatividade entre a SEAGRI e SEMED.

Visando facilitar a compreensão e localização nos arquivos transcritos e gravações, fizemos as citações com alguns destaques de identificação: as letras AF

significam agricultura familiar. DG é igual a dirigentes e TCG corresponde a técnicos e gestores.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consideramos importante destacar como preâmbulo dos resultados e discussões sobre a pesquisa, um aspecto preocupante da conjuntura nacional: O “Impeachment de Dilma Rousseff”⁹ que segundo os movimentos sociais, mesmo que tenham ocorridos problemas políticos de gestão, esse governo vinha garantindo avanços para os segmentos sociais do campo, com políticas públicas voltadas para agricultores familiares, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, mulheres, entre outras.

Em recente artigo da Revista Brasil de Fato, o Jornalista Eduardo Sá, expressa uma grande preocupação dos agricultores familiares do Brasil sobre os rumos das políticas públicas para o campo.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das iniciativas do governo Federal mais bem vistas pelos agricultores e agricultoras familiares do país. Vários estudos apontam para diversos avanços no meio rural em função desta iniciativa, mas nem por isso os atores sociais envolvidos deixam de apresentar críticas visando seu aprimoramento. A principal preocupação atual é o risco de retrocessos com a entrada de Michel Temer (PMDB) na presidência e suas ações em curso. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a nomeação dos novos ministros da Educação e da Agricultura, este um expoente do agronegócio no Brasil, o ex-senador Blairo Maggi também conhecido como Rei da Soja, e diversos cortes e flexibilizações trabalhistas, são sinais nesse sentido. (SÁ, Brasil de Fato, 2016)¹⁰

Fizemos esta contextualização, devido ao fato da pesquisa estar acontecendo em tempo real com as mudanças conjunturais, pois o seu desenvolvimento ocorreu durante o ano de 2016. Podemos dizer que este fato conjuntural não interferiu nas pesquisas, mesmo com as mudanças na estrutura do governo federal, pois ainda o marco legal do PNAE e outras políticas ligadas a Agricultura Familiar não sofreram mudanças. Porém, conforme o alerta expressado na citação anterior talvez colegas e leitores, num breve espaço de tempo, leiam nossas conclusões numa nova

⁹ **Grifo nosso** devido à magnitude política do fato. O Impeachment de Dilma Rousseff foi concluído e proclamado em 31/08/2016. A mudança política preocupa os movimentos sociais do campo que temem por retrocessos, pois encerra um ciclo político de um governo de esquerda, onde foram conquistados muitos avanços para agricultura familiar e populações tradicionais.

¹⁰ Eduardo Sá é jornalista e pesquisador. Seus textos publicados na Revista Brasil de Fato, são ricos em termos de avaliações e relatos de experiências do PNAE em todo Brasil. Consegue articular informações do programa, geralmente muitos dispersas ou localizadas em termos dos estudos acadêmicos existentes.

conjuntura de políticas públicas para o campo, que pelas primeiras medidas não são animadoras.

A partir das informações obtidas junto aos agricultores familiares, lideranças e gestores, vamos analisar a capacidade estruturante do PNAE no município de Marabá. A pesquisa de campo forneceu um universo de informações que possibilitam confrontar com nossas formulações, respondendo com segurança nossa problematização, hipóteses e objetivos.

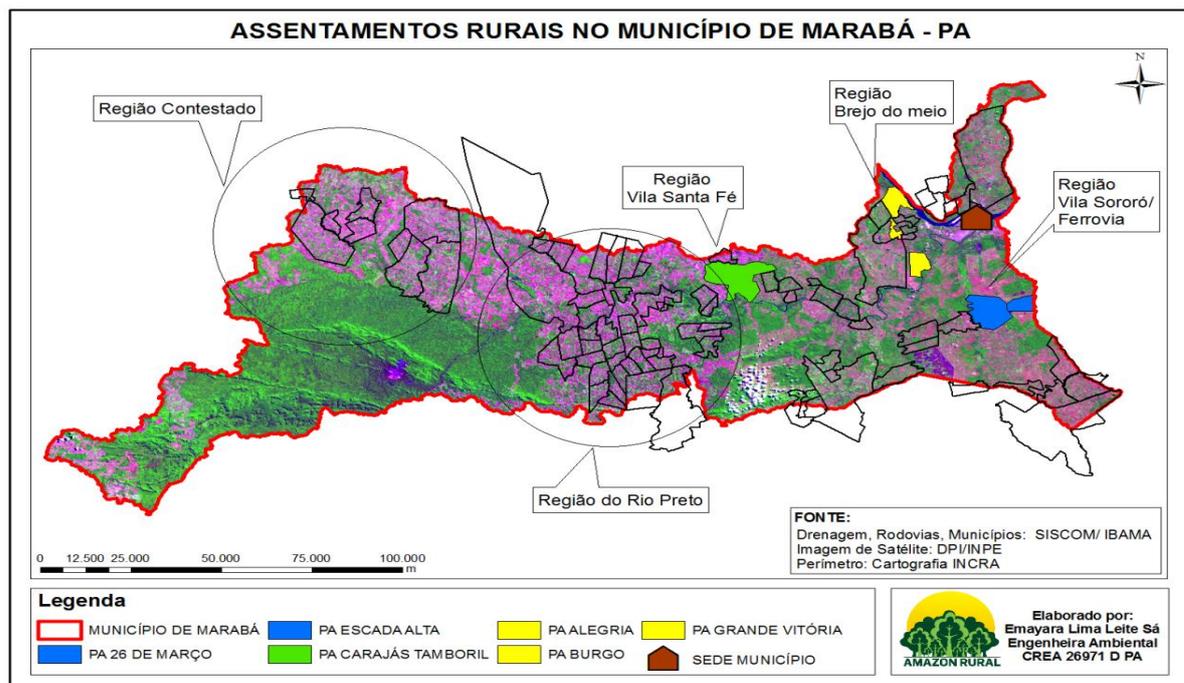
Diante da riqueza de dados obtidos nas 28 entrevistas, organizamos os tópicos a seguir, procurando destacar os temas mais relevantes que cruzam com as experiências em outros locais do país, a partir dos referenciais teóricos sobre o PNAE e Agricultura Familiar.

6.1. LOCALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES QUE PARTICIPAM DO PNAE.

Os dados mostram que Marabá é um município de grande porte, em termos geográficos, com 15.092 Km² estando atualmente com uma população estimada em 266.992 habitantes, conforme o último censo oficial.

Conforme a figura 2 é visível a distribuição dos 79 PAs, praticamente, por toda a área geográfica do município. Não é difícil perceber as grandes distâncias de muitos PAs em relação à área urbana de Marabá.

Figura 02: Mapa com uma visão geral dos 79 dos PAs. Marabá. PA.



Fonte: AMAZON RURAL; SISCOM/IBAMA, 2017.

Como vimos acima, existem regiões, como a do Contestado em que a vida econômica está ligada ao município de Parauapebas. Quanto à administração, existem acordos formais entre as prefeituras, geralmente ligados à infraestrutura de estradas e transporte. Em relação ao PNAE as responsabilidades são de cada município.

Na Região da Vila Sororó/ferrovia, os PAs que estão em azul são os que fornecem para o PNAE: PA 26 de Março e PA Escada Alta. Estes PAs estão numa faixa de distância entre 25 e 50 km da sede. Possuem uma grande facilidade de acesso, pois estão às margens da BR-155. Localizam-se no sentido Marabá à Parauapebas. Nestes PAs existe uma influência muito do forte do MST, pois o PA 26 de Março é fruto de 10 anos de luta com os latifundiários. Dentro do PA, em área doada pelo movimento, hoje funciona o Campus Rural do IFPA, iniciativa federal importante e primeira no Brasil a adotar a metodologia da pedagogia da alternância.

Na região do Brejo do Meio, em amarelo, destacamos três PAs: PA Alegria, PA do Burgo e PA Vitória. As distâncias estão também na faixa de 25 a 40 km. Cerca de 15 Km asfaltados pela BR 230 (conhecida por Transamazônica). Estão localizados na direção do Município de Itupiranga e Rio Preto. É uma região de terras férteis e também com facilidade de acesso ao meio urbano. Em termos de organização temos a presença principal da FETAGRI e STTR.

Já a região da Vila Santa Fé, em verde, local mais distante da sede onde o PNAE possui influencia em termos de produção está PA Carajás Tamboril. A distância está na faixa de 70 a 120 km da sede. O acesso é por estrada de chão, conhecida por estrada do Rio Preto. A estrada principal apresenta condições razoáveis de tráfego no verão. No inverno, surgem problemas de atoleiros e por vezes fica dias interrompida devido ao grande transito de caminhões que transportam minério de cobre da Empresa conhecida por Boritirama¹¹ com dificuldade transporte, principalmente no inverno.

Numa distância entre 120 e 200 Km estão os PAs da região do Rio Preto ou vale do Itacaiúnas¹². Estão simbolicamente circulos em preto. Ali possuem

¹¹ É o apelido da Empresa é também o nome da Serra Buritirama. Local onde é extraído o minério de cobre. Significado: Buritirama é vocábulo indígena que significa "parecido com o buriti". Do tupi *mburiti*: buriti é uma espécie de palmeira; e *rami*: semelhante. Fonte Wikipédia. Acesso em fevereiro de 2017.

¹² Faz referência à proximidade com Rio Itacaiúnas. Rio que tem suas cabeceiras na serra da Seringa, de Água Azul do Norte. PA. Recebe todos os afluentes ao longo da Serra dos Carajás e desagua no Rio Tocantins junto à cidade Marabá.

pequenos centros com uma característica mais urbana, são Vilas União, Capistrano de Abreu e Cruzeiro do Sul. Esta última é conhecida como (Quatro bocas), devido ser um centro do interior de Marabá de onde passam estradas importantes que ligam São Félix do Xingu, Novo Repartimento, Parauapebas e Marabá. A população da região reivindica há anos a criação de um município em Cruzeiro do Sul. Lá não existem agências bancárias e as demais estruturas públicas como saúde, segurança são muito precárias. Nesta região existe reivindicação de associações de agricultores familiares para venderem os produtos direto nas escolas.

Por fim temos região mais distante que está acima 200 km. Localizam-se os PAs da Região do Contestado¹³ também chamada de Tapirapé. Esta última possui uma característica própria, pois está situada próxima a sede municipal de Parauapebas. Sua dinâmica social e comercial está muito ligada a aquele município. Nestas duas últimas regiões não existe entrega de produtos para a merenda escolar.

A partir desta demonstração de espacialidade onde a agricultura familiar de Marabá está inserida, já é possível vislumbrar facilidades e dificuldades na comercialização dos produtos da agricultura familiar com o centro urbano de Marabá.

Todas as entrevistas realizadas no PA Carajás Tamboril, que fica num raio de 100 km de distância da sede, destacam que o principal problema é as péssimas condições das estradas, principalmente no inverno. A entrevista informal AF, nº 03 (2016) expressa o dilema do agricultor: “A dificuldade em primeiro lugar é a estrada que é ruim, eles até podem não vim porque a estrada não ajuda, pode até acontecer de a gente perder a produção. A gente mesmo não tem o transporte, mas tem que eles vim buscar”. Quando fala que “mas tem eles vim buscar”, está se referindo ao transporte da FECAT. Portanto, quando a FECAT não for buscar, fica em situação difícil. Neste caso acabam vendendo para o atravessador, por preços muito inferiores. Através da visão do mapa, ficou claro que as grandes distâncias, somado ao problema das estradas, dificulta e encarece a produção da Agricultura Familiar.

¹³ Trata-se de uma região que fica próximo ao Município de Parauapebas. Há anos existe uma disputa política entre os dois municípios paraenses. No entanto, a região contempla parte de serras do complexo de Carajás com minas de cobre, ferro e ouro. O interesse pelos “royaltes da Vale” faz com que Marabá não abra mão do chamado território do Contestado. O nome é uma alusão A Guerra do Contestado que foi um conflito armado que ocorreu na região Sul do Brasil, entre outubro de 1912 e agosto de 1916. O conflito envolveu cerca de 20 mil camponeses que enfrentaram forças militares dos poderes federal e estadual. Ganhou o nome de Guerra do Contestado, pois os conflitos ocorrem numa área de disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

No relato dos dirigentes das organizações, vários aspectos relacionados aos problemas de infraestrutura corroboram com os depoimentos dos agricultores familiares.

A maior dificuldade é nessa parte de infraestrutura, a questão de estrada, transporte que é acaba que os lotes são muito distantes. Então, pra isso você precisa de uma infraestrutura, caminhão, câmara fria, precisa de alguns estabelecimentos no campo. Precisa de um processo para acolher o produto, lavar. Precisa de incentivo ainda nessa linha pra questão de melhorar o produto. (ENTREVISTA DG, 25, 2016).

Nos poucos estudos em relação ao PNAE na região norte, encontramos no Site da UFPA/CECANE¹⁴, referências de trabalhos realizados no estado voltados ao planejamento e capacitação, principalmente das nutricionistas, em função das exigências do marco legal do FNDE/PANE.

As especificidades da região Norte como sua extensão continental, seus caminhos feitos de rios, matas e asfalto, sua exuberante natureza e, principalmente, sua população, constituem aspectos importantes no dimensionamento do alcance das ações do PNAE. Nesta Região, destaca-se o Estado do Pará com 144 municípios que apresentam características que distinguem metas e desafios postos na execução da alimentação escolar. [...] Nesse sentido, os executores do PNAE no Estado têm como desafios planejar e executar as diretrizes do programa considerando suas especificidades, como as tradições alimentares e os valores presentes na população local. A habilidade para incorporar alimentos como o pescado, o açaí, a manga, o jambu, no cardápio da merenda, poderá representar avanços na produção da agricultura familiar, bem como na construção de novos paradigmas de consumo para algumas dessas populações. (CECANE/UFPA, 2017)

A FECAT E ASPABSIR recolhem os produtos dos agricultores nos seus lotes, beneficiam e fazem a entrega nas escolas. O relato do dirigente expressa à necessidade de que sejam organizados entrepostos para armazenamento dos produtos perecíveis. Esta referência está ligada a uma logística que implica custos no transporte. Nem sempre os produtores, em determinada região, conseguem disponibilizar produtos suficientes para uma carga do caminhão da cooperativa ou associação.

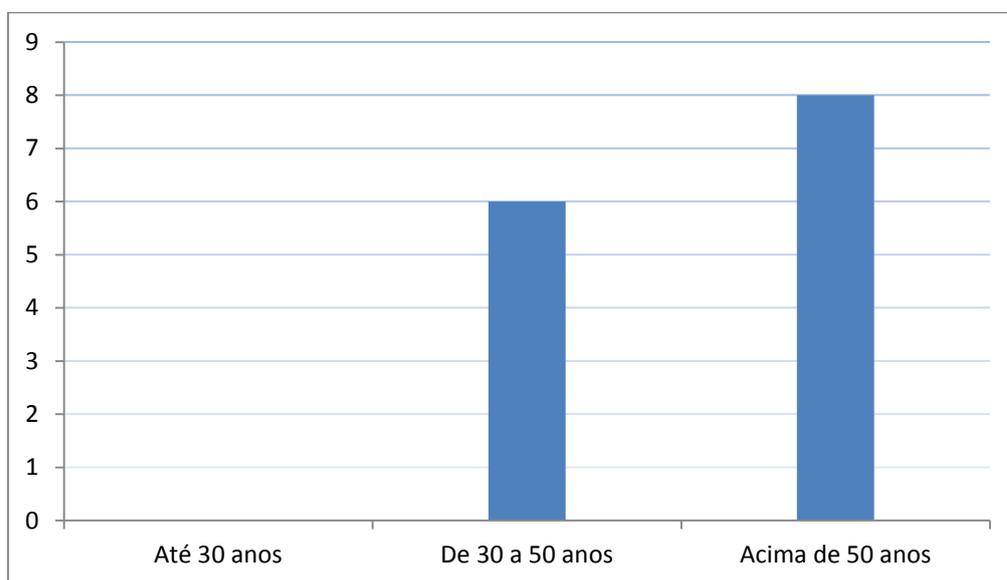
¹⁴ Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE/UFPA). É uma unidade de referência e apoio ao FNDE, no âmbito do Estado do Pará. Desenvolve ações de capacitação e projetos a partir de parcerias com MEC/FNDE voltados a partir do marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

6.2. PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO PNAE DE MARABÁ.

Através da amostra dos agricultores familiares, percebe-se que existe um sentimento de identidade com a terra. As manifestações não são meramente econômicas, pois indicam compressões sobre qualidade da produção, diversificação e melhoria de vida. É possível relacionar algumas falas com expectativas como, por exemplo, a agricultora na entrevista (AF.02, 2016) enfatiza que: “vai continuar lutando para que existam feiras de comercialização direta com a cidade, incentivo técnico e de infraestrutura de forma planejada para fortalecer a agricultura familiar”.

Destacamos que 100% dos entrevistados como chefes de família, seja home ou mulher, possuem idade acima de 30 anos. No gráfico 01, podemos ver que existe um processo de envelhecimento no campo. Um desafio para as organizações e gestão pública.

Figura 3. Gráfico com Perfil dos agricultores quanto à faixa etária.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O envelhecimento dos agricultores fica mais evidente quando analisamos os dados sobre os filhos que moram no lote e os que moram na cidade. Em três famílias encontramos somente mora um filho por unidade acima de 18 anos, trabalhando na agricultura familiar. Em cinco famílias somente moram os filhos menores que estudam nos próprios PAs. Estes ajudam nas tarefas da horta,

geralmente ajudando selecionar e embalar os produtos. O preocupante é que em seis famílias, justamente aquelas com idade acima dos 50 anos, todos os filhos estudam ou trabalham na cidade. Estes filhos eventualmente ajudam nos finais de semana. Desta forma precisam recorrer ao pagamento de diárias para a manutenção dos plantios e criação de animais. Na entrevista com o agricultor (AF.11, 2016), relata que: “Sozinho não dou conta. Tenho que pagar diárias. Mas é difícil arrumar gente para trabalhar. Às vezes no final de semana os filhos ajudam. Mas Deus me dando saúde não desisto”.

Percebemos claramente que os jovens ainda estão deixando a roça. As famílias, mesmo mais estabilizadas ainda não estão garantindo a permanência da juventude na área rural. Mas o fato de vários ajudarem nos finais de semana, indica que ainda existe um vínculo afetivo com a produção da agricultura familiar. Porém o grau de envelhecimento, a partir desta amostra relacionada ao PNAE é preocupante em termos continuidade das unidades familiares.

O problema do êxodo rural dos jovens não é só de Marabá, em estudo realizado por Nagel; Puntel; Ramos (2011), mostra que é um problema forte em todo mundo e que obedece a certos ciclos econômicos e sociais dos países e territórios.

Percebemos que o meio rural transforma-se em um espaço cada vez mais heterogêneo e desigual, onde a juventude é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição de fronteiras entre o espaço urbano e rural, associada à falta de perspectivas para quem vive da agricultura poder acompanhar este padrão de modernização. Percebemos que os jovens do meio rural das gerações passadas (agora os pais dos jovens pesquisados) construíam suas experiências em espaço social mais restrito, enquanto que as gerações atuais estão cada vez mais ligadas a relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida. (NAGEL; PUNTEL; RAMOS, p.17, 2011),

Nas famílias entrevistadas, na roda de conversa, o principal argumento dos pais é que os filhos foram para cidade para estudar. O fato de não ter escolas adequadas é um grande motivador. É evidente que os motivos de saída do campo não são somente pela busca de educação. Quando falam de educação é a principal causa, porém elencam como secundárias, a falta lazer, de estrutura e de oportunidades de acesso à tecnologia (celulares/computadores). Camarano; Abramovay (Acesso 2017), destacam que:

A relação entre êxodo rural e acesso aos serviços básicos da cidadania é decisiva: os indicadores educacionais do meio rural brasileiro são, como se sabe, ainda mais precários que os do meio urbano; por sua vez, um dos piores da América Latina. O maior acesso e a melhor qualidade da educação no meio rural podem ampliar as chances de o campo ser um

espaço que desperte nos jovens o interesse de aí realizar seus projetos de vida? Ou, ao contrário, o acesso à educação é a antecâmara da partida em direção às cidades. (CAMARANO; ABRAMOVAY, p.20,1998).

Políticas públicas efetivas, estruturantes são capazes criarem novas condições de permanência no campo. Porém, é preciso um olhar ativo e eficaz dos poderes locais em relação à agricultura familiar. Os jovens sempre estão em busca do novo. Em outro momento do seu texto, Nagel; Puntel; Ramos (2011) destacam que:

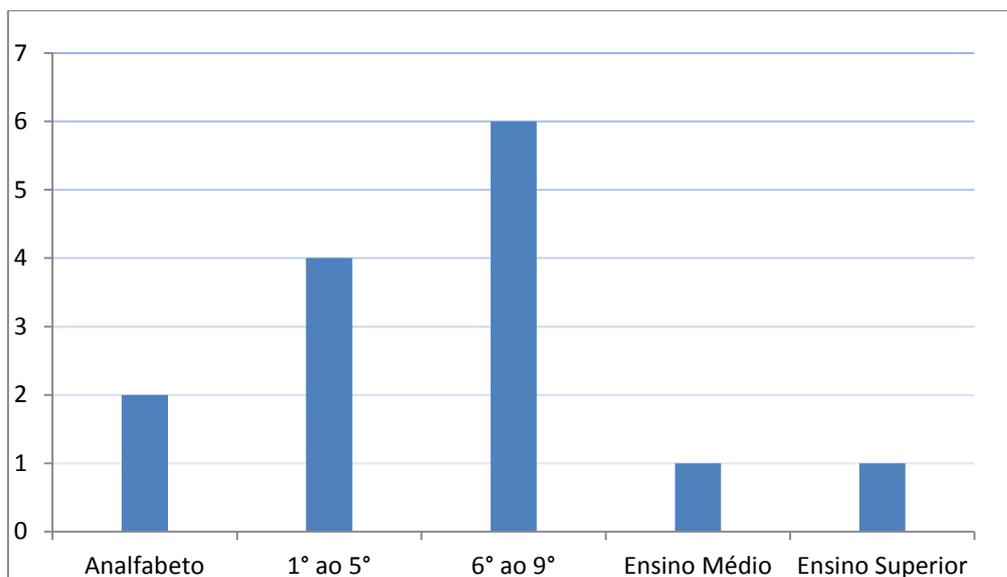
Agora e cada vez mais centrados na decisão entre permanecer no meio rural ou partir em busca de novas oportunidades nas cidades, o que vem fortalecendo o debate em torno da sustentabilidade geracional do campo. Além do mais, os jovens de agora, cada vez mais procuram afirmações para o seu futuro e aspiram à construção de seus projetos, geralmente vinculados ao desejo de inserção no mundo moderno. (NAGEL; PUNTEL; RAMOS, 2011, p.17).

A influência do urbano é muito maior nos jovens rurais nos tempos atuais. A modernização tecnológica da internet aproximou os mundos e massificou informações. Na maioria das vezes o encanto cidade está alimentado por informações virtuais que já atingiram grande parte do meio rural. O contraponto são políticas públicas estruturantes associadas com um trabalho que valorize a cidadania rural.

O advento desta ação pioneira, que atua no final do ciclo produtivo, sinalizando para a compra garantida a um preço pré-fixado, talvez sirva como um instrumento pelo qual os agricultores retomem sua vocação original. A estruturação dos agricultores familiares é possibilitada pelo mecanismo da garantia de aquisição de determinada quantidade da sua produção. A segurança da comercialização propicia as condições de acesso a outros canais de comercialização. É possível afirmar que a segurança alimentar, a consolidação da agricultura familiar e o desenvolvimento rural estão diretamente relacionados com estas questões. As políticas públicas estruturantes contribuem sobremaneira neste sentido. (BECKER; ANJOS; CALDAS, 2009, p.14).

No gráfico 2, temos um apresentação sobre a escolaridade dos chefes de família. Optamos por esta amostra, visto que os filhos em sua maioria cursam o ensino fundamental na própria localidade ou vila próxima. Os demais estão na cidade trabalhando ou estudando no ensino médio ou superior. É unânime a preocupação com a educação dos filhos. Destacam que o transporte escolar é muito ruim. As estradas no inverno ficam praticamente sem condições do ônibus escolar passar. “Isto prejudica o aprendizados dos nossos filhos. Faltam muita aula e a maioria dos professores que são da cidade também”. (ENTREVISTA AF.13, 2016).

Figura 4. Gráfico com Perfil de escolaridade dos responsáveis no lote.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O quadro nos indica que ainda existem analfabetos na agricultura familiar. Porém já é um número baixo na amostra, com duas pessoas. A faixa do fundamental prevalece dez pessoas e temos uma com o médio e um com o nível superior. A busca pelo ensino médio ou superior é indicativa da evasão dos jovens da área rural. Na entrevista informal AF, nº 05, (2016), a mãe de família expressa a seguinte compreensão: “Eu prefiro passar sacrifício agora garantindo o estudo deles. Um dia quem sabe alguém volta para terra me ajudar”.

A maioria alegam as dificuldades para garantir o estudo dos filhos, principalmente o ensino médio. Afirmam que é ruim e que praticamente não existe na zona rural. É uma situação conflitante que incide em problemas estruturais que desafiam a gestão pública.

Felizmente temos processos educativos em Marabá, com grande potencial de despertarem uma motivação inovadora para fixação dos jovens no meio rural, como os cursos de Educação no Campo¹⁵ da UNIFESSPA/UFPA que estão formando professores com uma visão interdisciplinar, voltados para construção de novos referenciais do ensino rural. Da mesma forma o Campus Rural do IFPA que

¹⁵Educação no Campo: São cursos voltados para o campo da UFPA/UNIFESSPA. Resultados da reivindicação dos movimentos sociais, a partir do Fórum de Educação no Campo, onde participam MST, FETAGRI, FETRAF, ONGs e Academia. Os cursos foram se multiplicando e hoje já existe também um curso de chamado ‘Direito da Terra’, voltado só para filhos/as de agricultores/as.

adotando a metodologia da Pedagogia da Alternância¹⁶ procura gestar profissionais em várias áreas para atuarem na agricultura Familiar. Também temos em Marabá uma Escola Família Agrícola¹⁷ que trabalha com a Alternância no ensino fundamental. Os filhos e filhas de agricultores são capacitados dentro de sua realidade social e cultural. O objetivo é criar um sentimento nos jovens de pertencimento e identidade com o campo.

Estas iniciativas, associadas com políticas públicas como o PNAE, podem sem dúvida, reverter o processo de envelhecimento e êxodo rural dos jovens. Porém precisam ser melhor divulgadas e encampadas por todos os atores do meio social rural e poder público. Um caminho aberto de oportunidades para os jovens do campo existe na prática. Isto deve ser motivo para que, principalmente as organizações do campo abracem estas bandeiras.

No gráfico 3, temos uma visão do tempo de permanência na terra. Dos quatorze entrevistados, quatro estão há menos de 5 anos nos lotes. Entre 5 e 10 anos duas famílias e acima de 10 anos oito famílias. Um aspecto negativo é que todos os quatro famílias com menos de 5 anos no lote, compraram parte do lote de assentados da Reforma Agrária. Mais um desafio para as organizações dos trabalhadores na fiscalização e organização. Também mostra uma deficiência do INCRA como gestor público responsável.

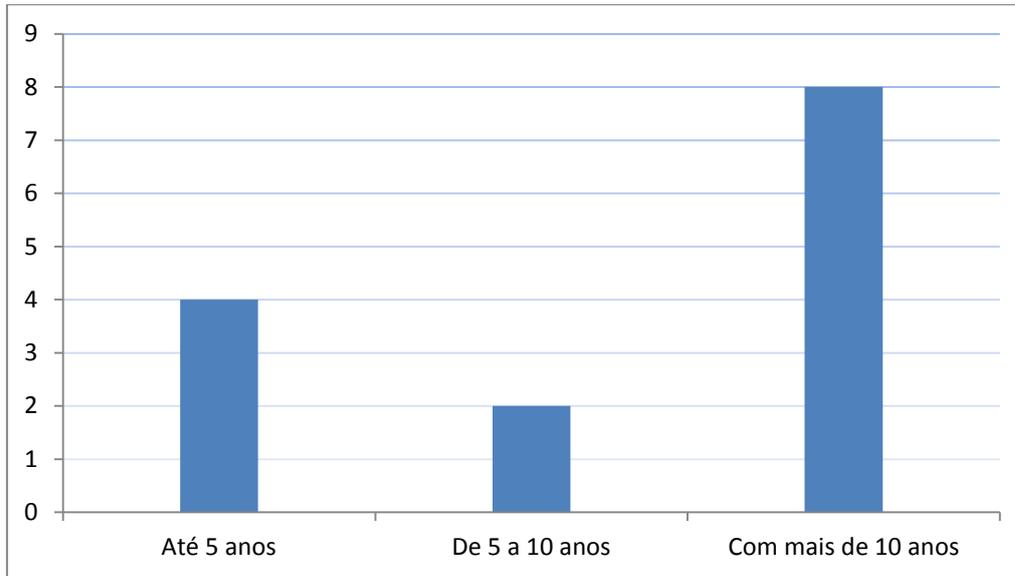
O fato de a maioria estar acima de 10 anos na propriedade, mostra que a fixação no campo está bem consolidada. Destas, sete famílias estão desde a criação do PA. O tempo de permanência na terra indica que ainda existe uma mobilidade de pessoas vendendo lote.

Em todos os lotes além da entrevista, da conversa, visitamos parte do plantio, das hortas. Este é um momento de prazer para o agricultor. Com alegria mostram aquilo que estão produzindo e fornecendo para alimentação escolar, para as feiras ou para terceiros.

¹⁶ É uma metodologia que procura tratar as disciplinas de forma holística e proporciona uma permanente integração dos jovens com a família. Passam 15 dias na escola e 15 no lote.

¹⁷ Trata-se de uma modalidade de educação do campo baseada na Pedagogia da Alternância. Em 2016 completou 20 de existência em Marabá. Um dos seus fundadores e aguerrido defensor da EFA é o técnico e educador Damião Solidade dos Santos. Maiores dados encontram-se site: <http://www.unefab.org.br/2016/03/efa-da-regiao-de-maraba-20-anos-de.html#.WKByMtlrKM8>.

Figura 5. Gráfico com perfil social AF – Tempo moradia no lote.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Outro dado é que dos quatorze agricultores, oito tiveram algum tipo de trabalho em serviços urbanos como: caixa de supermercado, estivador, carroceiro, vigia e motorista. Todos afirmam que hoje a vida é melhor na roça. Não trocariam mais a roça pela cidade. A experiência de trabalhos em empresas ou como autônomo nas cidades é vista como negativa. “Um tempo de sofrimento e trabalho pesado”, afirma o agricultor na entrevista (AF. 07 2016). Nas falas dizem que hoje a cidade é boa para vender alimentos, mas não para morar. Por isso sempre relembram a necessidade de melhores estradas, transporte e assistência técnica.

Os agricultores familiares com mais tempo na terra possuem um histórico de ligação com a agricultura, pois dizem que “nasceram na roça”. (grifo nosso). Relatam uma caminhada difícil, onde muita gente tombou pelas mãos de pistoleiros. Todos aqueles que estão há mais de 10 anos nos lotes passaram por acampamentos ligados aos movimentos sociais. Por exemplo, os assentados no PA 26 de março ficaram 10 anos no acampamento que ficou conhecido por “cabaçeira”.¹⁸

¹⁸ Era o nome da fazenda, o qual o MST adotou como símbolo do acampamento que durou 10 anos as margens da BR-155 a 20 Kms de Marabá. Após a desapropriação deu origem ao Projeto de Assentamento 26 de Março. A fazenda era de propriedade da família Mutran, considerada uma das mais fortes da oligarquia rural do Sudeste do Pará, segundo dados que podem ser encontrados no livro de Marília Emmi, intitulado A oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais.

6.3. ATUAÇÃO DOS GESTORES E TÉCNICOS NA EXECUÇÃO DO PNAE.

As informações colhidas nas entrevistas com gestores e técnicos da SEMED e SEAGRI, expressam uma compreensão geral sobre a importância do PNAE para educação e para a Agricultura Familiar. Todos destacam que é uma política importante que favorece a qualidade da merenda escolar, pois os produtos são produzidos diretamente agricultores comprando a nível local.

Por exemplo, a fala do gestor de educação, destaca que:

O PNAE é um programa federal, destinado à alimentação escolar Responsável por 30% dos produtos destinados a alimentação escolar e são produtos oriundos da Agricultura Familiar. Não são produtos estocáveis e não perecíveis. Tenta valorizar o pequeno agricultor local. São produtos que fazem parte da cultura alimentar dos nossos jovens e de nossas crianças da região”. Mais adiante enfatiza que: “Os alimentos dão outra cara a nossa alimentação escolar. As crianças gostam muito desses produtos como: melancia, banana, abacaxi e o próprio cheiro verde que dá o tempero na comida. (INFORMAL TCG, nº 19, 2016).

Já a gestora de logística da SEMED enfatiza que a legislação do PNAE é muito importante, pois faz com que a prefeitura valorize os produtos da região. Os cardápios são organizados de acordo com as qualidades nutricionais, buscando sempre incorporar os produtos da região.

O primeiro critério são que os produtos tenham valor nutritivo. Que sejam oferecidos por cooperativas e associações. Então, primeiro se observa que produtos podem ser encontrados e adquiridos por meio da agricultura familiar. Que também tenham o valor nutricional. Não adianta ser apenas da agricultura familiar. Deve fazer parte de um cardápio adequado da merenda escolar como um todo. (ENTREVISTA TCG, 20, 2016);

Em ambas as falas estão presentes o critério de qualidade do produto para que seja oferecido um cardápio adequado e proporcione melhor rendimento escolar. Também, a visão do sujeito que é o agricultor familiar, seja na aplicação da legislação de compra de no mínimo 30% como na exigência de que sejam produtos de qualidade. São falas que focam mais nos interesses da gestão, fato que não relega a um mero interesse instrumental dos agricultores familiares, pois os mesmos fazem parte do cenário concreto da educação municipal.

Os depoimentos das nutricionistas mostra que existe seriedade na organização dos cardápios alimentares para as escolas. A busca pela diversidade e qualidade deve ser uma preocupação permanente do poder público. Muitas experiências pelo Brasil já indicam uma regionalização dos cardápios.

Para a melhoria dos cardápios, o poder público deve apoiar a diversificação, adquirindo especiarias e temperos locais; financiando hortas escolares ou comunitárias; e propiciando a capacitação dos merendeiros. A inserção de alimentos nutritivos e *in natura*, como as frutas de época ou hortaliças e

legumes da localidade, é forma de associar hábitos alimentares saudáveis ao desenvolvimento sustentável. (RIBEIRO; CERATTI; BROCH, 2016, p.44).

Na área técnica do setor de merenda em Marabá, trabalham três nutricionistas. Uma equipe administrativa de três pessoas. Outra equipe de sete pessoas da área de estoque e distribuição. Segundo a nutricionista coordenadora da equipe, entrevista (TCG.22, 2016), organizar o cardápio e combinar com a regularidade dos produtos é um grande desafio. Às vezes ocorre o atraso na entrega de algum item da merenda, rapidamente é preciso adequar o cardápio visando garantir a eficácia nutricional para as crianças. Afirma que a rede escolar é muito extensa e número de aluno é grande. Segundo os dados informados por ela:

Neste ano de 2016 temos seguinte quadro de alunos “ensino fundamental 45.035 alunos, Educação infantil 7.068, mais 1.775 do EJA, Pro- jovem 5.021, na creche com o maternal tem. 1.414 e no programa Brasil alfabetizado 488 alunos. O total de número de alunos atendidos é de 60.313, o número de escolas atendidas soma 215 contemplando as rurais e urbanas. (INFORMAL TCG. nº22 2016).

Comparando com os últimos censos escolares de Marabá, a faixa de 60 mil alunos em Marabá tem se mantido nos últimos 04 anos. O número de alunos mostra que existe uma demanda expressiva de alimentos para merenda escolar. No entanto ainda é pouco trabalhado no âmbito do poder público e das organizações. Falta um planejamento da produção e sua comercialização, mesmo tendo um marco legal aprovado em 2009 que vem sendo aprimorado para garantir alimentação escolar incorporando produtos da agricultura familiar.

A questão do cardápio e manipulação pelas merendeiras é uma preocupação central do FNDE/PANE. Neste aspecto, além da qualidade dos produtos é preciso a o preparo seja cercado de cuidados. Tudo isto está presente no marco regulatório do PNAE que tem nos conselhos sua garantia de transparência e execução.

Articulada por muitos atores, entre eles o Conselho Nacional de Segurança alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão fortalecido desde 2003 pelo foco que a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu para a questão do combate à fome – por intermédio da Estratégia FOME ZERO. Foi aprovada, em junho de 2009, a Lei Federal nº11.947, iniciando uma nova fase do programa. Em meio a diversas alterações, que incluíam desde os parâmetros de formulação dos cardápios até a inclusão de um membro de fora da comunidade escolar (gestores públicos, professores e pais de alunos) no Conselho de Alimentação Escolar e os gastos do ente federativo ao final do ano, uma mudança se sobressaiu: a partir de janeiro daquele ano, pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE deveriam ser destinados a compras de alimentos produzidos pela agricultura familiar. (REINACH; CORÁ; BONDUKI, 2012, p.8.).

Uma nova formulação legal em 2015 proporcionou avanços no sentido da regionalização dos cardápios. A Chamada Pública 001/2015/Exercício 2016, já contemplou aspectos da resolução nº4, de 02 de abril de 2015. A mesma altera a redação dos artigos 25 a 32 da resolução nº 26, de 17 de junho de 2013 no âmbito do PNAE. (SITE FNDE, 2016). Estas alterações possibilitaram a flexibilização dos cardápios respeitando hábitos alimentares regionais. Da mesma forma possibilitaram definir nas chamadas públicas a entrega de produtos conforme o calendário agrícola de cada região. No caso de Marabá foi observado o período do ciclo de colheita da Tanja, Acerola, Abacaxi, principalmente.

Diante da constatação local, percebemos que a questão do debate sobre o cardápio é nacional. Marabá não deixa a desejar neste aspecto, pois tem buscado capacitação e intercâmbios. A constatação que o departamento de alimentação escolar está nos padrões da região Sul. Conforme dados da Revista Brasil de Fato, em trecho a seguir, a adaptação dos cardápios com produtos regionais, em Marabá, já é uma realidade.

Uma dificuldade que vem sendo superada na região sul, mas ainda é problemática noutras regiões, é a adequação dos cardápios às realidades locais. Muitas vezes os alimentos listados pelas nutricionistas não estão na localidade, então a Rede Ecovida vem promovendo cursos de capacitação para estreitar esses laços e melhorar a qualidade dos alimentos. "No início era um cardápio muito fixo e não se entendia sazonalidade nem tinha muitos alimentos regionais. Mas hoje alinhamos um cardápio de acordo com as plantações e resgatamos alimentos que não eram mais utilizados no dia a dia das pessoas. Em relação à logística de entrega, se a gente está organizado, faz parte de uma cooperativa ou associação, fica mais fácil crescer. É muito difícil fazer a entrega nos espaços de comercialização de alimentos, então quando centralizamos esse processo se viabiliza", (BRASIL DE FATO, 2015).

As organizações sociais são fundamentais para consolidar a estratégia da eficiência do PNAE. Só é possível avançar em termos de regionalização da merenda com incentivo e planejamento. Para ser possível garantir a produção a FECAT avançou propondo um calendário para os agricultores familiares.

Agente já fez um calendário, chamado calendário agrícola. É um calendário regional nosso, onde está especificando a temporada que vai ter a banana, tempo que vai ter a polpa da acerola. Então esse calendário, nós estamos passando ele para a prefeitura pra gente estar podendo trabalhar em cima do calendário de cada produto. Isso está sendo construído, aqui em marabá já está sendo feito isso passando isso para os outros municípios. (Entrevista DG, 25, 2016).

Este planejamento é reconhecido pelos agricultores, pois afirmam que fica melhor para produzir. Também para entregar os produtos como desta um dos

entrevistados (AF.01,2016), dizendo que a atual organização “melhorou porque podemos plantar tudo. Uma semana pegam alface, na outra semana pegam couve, na outra semana é alface, na outra couve e o cheiro verde acompanha todos, toda semana”. O que o dirigente chama de calendário agrícola é na verdade o tempo de produção das culturas permanentes de acordo ciclo dos produtos conforme o clima regional.

Outro agricultor confirma a fala do dirigente da seguinte forma:

Tem, nós tem um cronograma, eles dão um cronograma e a lista de tantos quilos para cada escola. Ai tem a data do mês, são duas entregas por mês, por enquanto estão sendo duas entregas, mas eu já cheguei a entregar quatro entregas por mês, semanal, agora estamos entregando só por quinzena. Agora, no momento, estamos entregando 110 quilos de couve por mês. Eu entrego com moto. Nós tem moto, nós entrega com a moto. Diretamente nas escolas. Nós entrega de escola em escola. Eu entrego em 19 escolas. (ENTREVISTA AF).10, 2016.

Na entrevista (TCG. 16, 2016), o técnico indagado a falar sobre o PNAE expressou que tem pouco conhecimento. Sabe que existe o programa, mas propõe uma melhor integração entre os órgãos responsáveis, destacando que o programa:

Ele é muito individualizado e precisa ser melhor trabalhado, precisa estar mais afinado. É um trabalho que precisa de uma coordenação para esse negocio poder funcionar melhor. Está muito solto no meu ponto de vista. (ENTREVISTA TCG.16, 2016)

Outro aspecto importante que percebemos nas entrevistas com os gestores da SEMED foi o grau de monitoramento dos produtos adquiridos. Neste sentido o Conselho e Alimentação Escolar – CAE, demonstra ser atuante e conhecedor do programa. O Secretário esclarece que:

Essa semana passada mesmo, o CAE fez parte da reunião onde se discutiu o cardápio para 2016. . Acredito que o CAE tem um papel muito importante faz parte do compromisso social. É quem valida às prestações de conta do setor da merenda. É um conselho democrático e que é muito importante no acompanhamento da fiscalização desse recurso da merenda escolar. (ENTREVISTA TCG.18, 2016).

O secretário de agricultura do município de Marabá possui uma visão sócio ambiental importante, pois há mais de 15 anos coordena a Fundação Zoobotânica¹⁹

¹⁹ É uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativo, que tem como objetivo preservar e pesquisar sobre o meio ambiente e recursos naturais. Sua sede fica no Parque Zoobotânico composta por uma área de 20 alqueires de mata nativa, menos de 5 Kms da sede do Município. E recebe diariamente visitas programadas de escolas e de instituições diversas com a finalidade de promover a educação ambiental. Maiores dados estão no site: <http://fzmoficialmaraba.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>.

Fala que está garantida a preservação de um espaço de floresta nativa próximo à área urbana. Manifesta empolgação sobre o assunto mostra a seguinte compreensão sobre o PNA e Agricultura Familiar:

Na prática o que a gente está fazendo é tentando se enquadrar na política do PNAE e estímulo a produção para melhorar a produção da agricultura familiar, porque nós sempre entendemos enquanto cidadãos que as pessoas ocupam uma terra em busca de uma melhor qualidade de vida até mesmo pra sair da área urbana e as pessoas estão são afeitas a agricultura e agente precisa voltar ter um foco principal em cima da agricultura familiar. (ENTREVISTA. TCG. nº 18, 2016).

Na visão do gestor a agricultura familiar precisa de apoio técnico e principalmente garantia de estradas e transporte. Destaca ter desenvolvido ações de apoio através de mecanização mais de 300 áreas nos lotes dos agricultores. Construção de tanques para peixe e distribuição de mudas de espécie frutíferas e nativas. Fala com orgulho da recente inauguração de viveiro com capacidade para um milhão de mudas. O otimismo contrasta com os problemas financeiros do próprio órgão. No PPA e LOA os recursos previstos para investimento na agricultura são irrisórios. Além de o orçamento ser reduzido, geralmente o financeiro não disponibiliza o previsto, pois o mesmo tem como fonte os recursos próprios, o qual o prefeito destina para outras áreas, deixando a secretaria com pouca capacidade de ação.

A falta de sintonia entre os órgãos gestores é muito destacada nas falas. Também destacam que própria organização dos produtores/ agricultores familiares, precisam também entender esse processo. Na entrevista TCG. nº. 17, (2016). “A gente percebeu que eles ainda não conseguiram entender até mesmo no aspecto organizativo deles pra atender essas chamadas públicas. Isso precisa também ser melhor trabalhado com eles”.

Um dos técnicos relata o problema dos estudos, falta de informações mais organizadas que possibilitem um planejamento das atividades, que defina projetos, que possam facilitar o debate sobre a produção e comercialização. Na entrevista TCG.17, 2016, ouvimos o seguinte relato, com um tom de certo desabafo:

Uma das coisas que eu queria colocar nós não possuiu nesse município um estudo estatístico da agricultura familiar. Isso eu não estou falando só da prefeitura, mas de todos os órgãos que estão envolvidos. A gente vê estudantes de colégios públicos, a gente vê estudantes de diversas cidades que precisam fazer um trabalho através de informações e essas informações estão presas na cabeça dos técnicos. Então, eu tenho 14 anos na secretaria e qual banco de dados que a secretaria tem? Nenhum! Tu tem todos aqueles estudos do INCRA que foi feito dos diagnósticos, onde estão

essas publicações? Não foi divulgado, então você tem uma rede de assistência técnica que ela não tem informações daquela comunidade, não tem. Isso que é o primeiro passo, às vezes até a base inicial de discussão, todo o projeto que a gente faz na secretaria, que a gente colabora, uma das coisas que a gente coloca é a formação do banco de dados daquele projeto, chega o recurso e aí ele é distorcido e ele não entra pra esse foco. (ENREVISTA, TCG.17 2016).

Segundo o técnico “já era para estarmos trabalhando a parte hortaliças. Estarmos terminando o ciclo do feijão e devíamos estar iniciando o processo pra produção de grãos. O pessoal da mandioca lá pra agosto”. Significa que para atender o PNAE é preciso organizar o calendário agrícola. Fica claro que para os técnicos é preciso planejar. O potencial do viveiro de mudas, a estrutura de maquinário daria para alavancar significativamente a agricultura familiar. Portanto, é notório que tanto nível do estado como das organizações falta um diálogo melhor e principalmente um plano de produção do município. A falta de dados estatísticos e prejudicam o planejamento.

Também é destacada a questão ambiental. Segundo os técnicos ela está ficando pra trás. “O PNAE poderia fortalecer tremendamente a questão da fruticultura, a questão da recuperação do sistema agroflorestais. Podem ser “montadas” algumas coisas de ciclo mais rápido, médios [...] você tem potencial tremendo de trabalhar os ciclos e produzir polpas de frutas”.

Podemos concluir que tanto no nível dos técnicos e gestores existe uma disposição de organizar melhor o programa do PNAE a nível municipal. Pelo número de alunos, de escolas urbanas e rurais, o PNAE aparece com potencial no aspecto econômico e na diversificação da produção.

6.4. IMPACTOS DO PNAE EM MARABÁ, EM 2016.

Segundo os dados levantados no trabalho de campo, temos aspectos positivos e negativos na atual experiência do PNAE em Marabá.

Creio acertamos na problematização indagando sobre os impactos da política do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Marabá, sob a perspectiva estruturante das lógicas familiares de produção. Foi unânime a afirmativa de todos entrevistados quanto à importância do PNAE no fortalecimento da agricultura familiar. Estas afirmações combinam com nosso objetivo que buscou analisar a capacidade estruturante do Programa Nacional de Alimentação Escolar

junto aos agricultores familiares no município de Marabá associados da FECAT e ASPABSIR

6.4.1. Principais desafios de planejamento na execução do PNAE

Como vimos nos itens anteriores, à compreensão do PNAE ainda é limitada no que se refere ao planejamento pelos órgãos gestores e organização dos trabalhadores.

Em termos da SEAGRI, na entrevista AF.nº.06 (2016), foi muito destacado a importância da participação e diálogo como a SEMED:

Esse programa é um potencial, porque pode trabalhar na produção de mudas, pode estar atendendo especificamente ao crescimento da fruticultura aqui no município e região. O viveiro tem a capacidade de produção bem significativa, estamos aí agora pra esse ano com previsão de reestruturação e ampliação do viveiro de mudas pra uma produção de mais de 900 mil mudas por ano, então isso poderia potencializar a produção de frutíferas para das polpas e também a questão do peixe para a merenda escolar, incentivando a piscicultura. E a questão das hortas que é um trabalho que a secretaria vem trabalhando há algum tempo esses são alguns dos fatores que contribuem para a melhoria deste programa. (ENTREVISTA TCG.16, 2016).

Também na visão dos agricultores familiares a falta de planejamento e o atraso no pagamento prejudicaram o abastecimento da merenda escolar em 2016. Como podemos ver na entrevista AF.nº11 (2016), os problemas de atraso também trouxeram prejuízos aos agricultores:

Falta de pagamento. Demorava muito, três, quatro meses, sem receber, até de cinco meses nós passamos. Aí aperreia a gente. Suspendia a entrega aí, a banana perdia. Maracujá também não aguenta, amadureceu você tem que vender, você tem que vender. Cooperativa não pode comprar, porque ela comprava para entregar, se ela não vai entregar ela não vai ter dinheiro para comprar para estocar né. Isso que prejudica a gente. (ENTREVISTA AF.11, 2016).

Na verdade o ano de 2016 foi marcado por duas greves dos servidores públicos da educação. Foram duas interrupções no fornecimento de merenda escolar. Cada uma com 40 dias. Este fato foi atribuído à prefeitura. Houve relatos de perda de 100% das hortaliças e ovos, por exemplo. Quem não buscou outro mercado perdeu a produção. Como vimos no relato acima a cooperativa deixou de pegar a produção e os pagamentos atrasaram.

Outro problema destacado foi problemas com temporais que destruíram as hortas com toda a produção. Fogo que atingiu as plantações de alguns agricultores

causado danos irreparáveis. Também pragas que afetaram todo um plantio de hortaliças e maracujá.

Tem o risco do tempo, tipo assim a questão de fogo, vendaval que destruí toda hortaliça. Já tivemos uma perda de muitas leras de alface, coentro, cheiro verde e essas coisas. Ultimamente estamos tendo umas 8 leras de alface. Cada lera de um metro de um para outro e quarenta e dois metros de comprimentos. Uma perda bastante grande, imensa. Também as lesmas, grangugi, mosca branca, essas coisas. No alface mesmo, ele ataca bem, e a perda é significativa. (ENTREVISTA DG, 27, 2016).

Estes fenômenos impactaram negativamente, em 2016 os agricultores ligados ao PNAE, em Marabá. Percebe-se que todo o arcabouço legal do PNAE não prevê situações atípicas como estas. Surge aí, mais um debate sobre a necessidade de buscar mecanismos que possam dar alguma garantia aos agricultores familiares, para não arcarem com todos os prejuízos em situações como estas constatadas.

Um dos desafios levantados diz respeito aos preços. Nas entrevistas foi difícil levantar estas informações, pois os agricultores familiares não estão habituados a fazer o seu balanço financeiro. Atuam muito pela empírica de vender e comprar o que precisam de acordo com o dinheiro que vão apurando. No entanto, destacam que os preços do PNAE são os melhores.

A seguir na tabela 01, temos produtos adquiridos da agricultura familiar em 2016. Também os valores pagos às organizações FECAT e ASPABSIR. É importante observar que nestes valores estão embutidos uma taxa administrativa e despesas de frete e distribuição nas escolas. Significa que o valor unitário pago aos agricultores é menor. Na verdade este aspecto ficou um tanto confuso, pois as organizações não souberam explicar claramente o procedimento da compra da matéria prima, principalmente frutas, e sua relação de valorização a partir do contrato de fornecimento junto a SEMED/PNAE. Deixaram entender que o preço varia conforme a distância da indústria de beneficiamento. Vários agricultores destacaram que o preço foi bom, mas seria melhor vender para as próprias escolas. Quando se trata do aspecto de valores há uma certa resistência nas informações. Esta foi uma constatação tanto em nível dos agricultores como em relação às organizações. Os dados informados são muito gerais e não oferecem garantia de análise. Isto somente seria possível a partir de dados mais exatos em termos de valores de compra e venda. Penso que isto só seria possível a partir do contato com

os balanços financeiros das organizações, notas fiscais de venda para o PNAE e recibos de compra ou pagamentos aos agricultores familiares.

Figura 6. Tabelados produtos adquiridos da Agricultura Familiar, em 2016²⁰

Item	Gênero alimentício	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Abacaxi (<i>Ananas comosus</i> L. Merrill.)	3,17	411, 648,30
2	Abóbora (<i>Cucurbita spp.</i>)	3,15	44.257,50
3	Alface (<i>Lactuca sativa</i> L.)	10,09	36, 012,38
4	Banana prata (<i>Musa spp.</i>)	3,15	374.672,50
5	Couve manteiga (<i>Brassica oleracea</i> L. var . acephala. D.C.)	10,28	37,503,75
6	Cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i> L.) e cheiro verde (<i>Petroselinum sativum</i> L.)	10,65	47.795,00
7	Feijão colônia (<i>Vigna unguiculata</i> (L.) Walp.)	6,43	22.937,25
8	Macaxeira (<i>Manihot esculenta</i> Crantz.)	2,10	356,979,00
10	Polpa de frutas	9,78	874.197,50
11	Ovos de galinha	0,92	261.850,40
12	Tangerina (<i>Citrus reticulata</i> L.)	3,65	130.305,00
	Valor Total		1.756.015,15

Fonte: Chamada Pública 001/2015/Exercício 2016.

Se por um lado houve avanços com o acesso à política, por outro existe uma crítica geral dos agricultores familiares sobre a falta de apoio. Consideram que a prefeitura deveria planejar melhor e comprar mais produtos. Conforme a tabela em termos de valores, a predominância é hortaliças e polpas de frutas. Praticamente todos os entrevistados destacam a falta de incentivo da prefeitura. Cobram, principalmente, estradas e mecanização de parcelas de terra para produzirem para merenda escolar e para as feiras.

Um dos agricultores ent. AF. 08(2016), falou que: “gostaria de fornecer aquilo que se usa na merenda escolar. [...]. Fornecer a acerola se tivesse o incentivo para a gente produzir, porque é uma coisa que dá muito, é muito rica em vitaminas, a gente sabe que é muito próprio para a criançada”. Em um longo relato, com várias colocações sobre os problemas e vantagens do PNAE, arremata dizendo:

²⁰ Esta tabela foi extraída da Chamada Pública 001/2015/Exercício 2016. Destaca-se que a chamada pública é exclusiva para produtos da Agricultura Familiar. Só participam entidades representativas devidamente credenciadas conforme o Marco Legal. Para os agricultores familiares e organizações o documento principal é a DAP.

Então, eu gostaria de vender tudo, gostaria de vender a acerola, a banana, o leite, que a gente produz pouco, mas se tivesse organização, se fosse organizado, por exemplo, a gente produziria mais, mas não tem viabilidade para isso, nem por recurso, nem por nada. Por parte do estado e das organizações que deveriam dar assistência ao trabalhador e ao produtor para a alimentação escolar. (ENREVISTA AF.nº. 08, 2016).

Em praticamente todas as entrevistas dos agricultores estes aspectos foram citados como problemas e avanços. Existe uma esperança grande em que políticas como o PNAE continuem. Que exista mais incentivo e apoio do poder público em maquinários e estradas. A questão do crédito não é muito enfatizada, pois aqueles que pegaram, foi para compra de gado, como os projetos do “Mais Alimentos”, financiados pelo BASA, com recursos do PRONAF. Mesmo com possibilidade de investimento na fruticultura, aqueles que pegaram foram para investir no gado. Este fato expressa que tanto os técnicos como as organizações ainda são carentes na proposição de projetos diversificados.

Prova disso é a fala de um agricultor que mostra a imposição de projetos elaborados a partir da rentabilidade de garantia bancária.

O crédito é pouco e dirigido. Houve um projeto que é o mais alimento. Mas dentro desse projeto, eu até discuti com o pessoal quando fomos lá às reuniões, porque que só tem gado? Né, porque que esse incentivo para tonar o pequeno agricultor em criador de gado? Para depois ele ser obrigado a vender a terra? E nunca tive resposta sobre isso não. É porque o banco só financia isso e não tem jeito da gente mudar. E a gente fica sem apoio, para a produção familiar a gente não tem apoio nenhum. (ENTREVISTA AF. 08, 2016).

Esta fala revela uma realidade muito comum na região. São os projetos como pacotes que já trazem embutidos componentes que comprometem a diversidade. No item seguir vamos destacar alguns aspectos desta agricultura de lógica “tecnicista”, ainda imposta para a agricultura familiar, a partir dos relatos dos agricultores familiares e dirigentes.

6.4.2. Efeitos das distintas lógicas produtivas junto a Agricultura Familiar local

O fato deste tema aparecer nas conversas e entrevistas sobre os produtos comercializados para o PNAE, fez com que abrissemos este tópico visando uma breve análise sobre os riscos do uso dos produtos químicos por alguns agricultores familiares.

A nossa pesquisa de campo verificou que persistem práticas contraditórias quanto ao modo de produzir e fazer o manejo de pragas (insetos) que incidem sobre

os plantios. Mesmo vendendo para o PNAE, destacando sua importância em vender para merenda escolar, ainda se mostram impotentes frente ao que chamam de pragas que prejudicam a produção.

Esta constatação em campo confirma a crítica da agricultura moderna, enfatizada por Altieri (2012), destacando o perigo de uma tragédia ecológica, alerta ao tipo de produção intensiva que já atinge cerca de 30% das terras do planeta.

Da mesma forma Florit (2004) faz uma crítica à agricultura moderna, dizendo que a visão geral de natureza que sustentou a agricultura moderna é herdeira do mecanicismo que separa o ser humano da natureza. Neste sentido, percebemos que realmente ainda persistem visões nesta lógica. Agricultores que ao usarem produtos químicos como adubos, inseticidas, herbicidas, defendem com convicção que o importante é aumentar a produção e que tais produtos não prejudicam o meio ambiente.

A questão do uso de produtos químicos é um problema grave no Brasil. E realmente as abordagens teóricas batem com a realidade do nosso meio rural ainda nos dias de hoje.

Encontramos no meio rural, situações que revelam a presença muito forte de herbicidas e inseticidas, principalmente com relatos dos agricultores em relação às grandes propriedades. O manejo das pastagens é feito com o uso de herbicidas de várias marcas de acordo com o tipo de ervas daninhas. “Também é usado muito veneno para carrapatos e bicheiras”, diz em um relato informal um dos agricultores. É evidente que estes resíduos afetam gravemente o meio ambiente e coloca em risco todo ecossistema.

Mas estas práticas convencionais não estão só nas grandes propriedades. Vários agricultores usam inseticidas e herbicidas. Um dos entrevistados. (AF, 04, 2016) destaca a importância do PNAE, mas o seu jeito de produzir contradiz as próprias orientações do programa. “O PNAE ajudou muito. É bom, esse negócio de plantações. Só tem um probleminha é os insetos, quando chega o inverno, dá na couve e nós estamos batendo uns produtos para ver se mantém a horta boa, mas não tem condição, tem vez que não presta”.

Outro agricultor enfatiza que tem uma visão do que são produtos orgânicos, porém justifica que se não utilizar inseticidas não produz.

Eu já ouvi falar de orgânicos. Mas aqui nós não mexe, porque produtos orgânicos tem que ser aqueles sem adubo, sem veneno, certo. E agente se

não botar adubo nem veneno, não produz né. Produz muito pouco, tem que ter outra orientação?. (ENTREVISTA AF, 10, 2016)

Quando o agricultor faz estas afirmações demonstra que falta uma orientação melhor. Faz porque não visualiza outro jeito. Portanto temos aí mais um grande desafio para as organizações e gestores públicos.

Uma preocupação ambiental grave foi relatada por um na entrevista (AF, 01, 2016), quando relata sobre a contaminação geral do esterco de gado. Diz o seguinte: “Compro insumos como herbicidas. Sobre produtos orgânicos já ouvi falar. São produtos naturais. Mas temos problemas com o esterco das fazendas. Tudo está envenenado. Estou tentando produzir o próprio adubo”.

Quando os agricultores falam que o esterco de gado, muito usado nas hortas na região, está contaminado, imaginamos o perigo que ronda em toda a cadeia alimentar.

Consultando alguns estudos, assusta o índice de envenenamento de produtos agrícolas em todo o Brasil. Como exemplo trouxemos a citação a seguir que ilustra bem o cenário preocupante do uso de agrotóxicos.

Hoje, a soja produzida no Brasil contém cinquenta vezes mais agrotóxica do que em 1998. Esse dado, divulgado pela revista *Le Monde Diplomatique Brasil*³⁷, a qual possui viés político, revela que os transgênicos utilizam mais “venenos” do que alegam as empresas de biotecnologia. A soja transgênica (Roundup Ready) é resistente ao herbicida Roundup, também fabricado pela Monsanto e cuja base é o glifosato. Assim, outros agrotóxicos, ainda mais tóxicos, são cada vez mais necessários nas plantações de soja, na medida em que as ervas daninhas já não se curvam mais ao glifosato. (GEREMIA, 2011, p. 24).

Um dos agricultores chegou a comentar que o herbicida que usa não causa danos, pois mata só as ervas daninha e ainda serve de adubo para as plantas. No entanto, os estudos mostram o contrário.

Os trabalhadores rurais, diante da exposição ocupacional aos agrotóxicos, são os que estão mais sujeitos à incidência de determinados tipos de câncer ou de alterações genéticas cromossômicas, visto que tais exposições ocorrem durante a preparação da mistura, do carregamento do equipamento de pulverização e da própria aplicação, alcançando também operários de fábricas, empacotadores e familiares de agricultores (GEREMIA, 2011, p. 38).

Frente a este quadro, mesmo não sendo objeto direto da pesquisa, visitei várias casas agropecuárias de Marabá, indagando sobre os inseticidas e herbicidas mais usados na agricultura em Marabá. Recebi uma quantidade imensa de catálogos fazendo a propaganda de vários produtos. Impressionou a quantidade de

estabelecimentos que vendem este tipo de produtos. Isto, por si só, comprova que é alto índice do uso destes agrotóxicos na região. Tal fato requer uma atenção das organizações e dos próprios órgãos públicos, pois segundo o relato dos agricultores, estes produtos são vendidos em larga escala.

Petersen e Caporal (2009), entatizam que é preciso manter acessa duas frentes de resistência à agricultura industrial. Combater as políticas públicas que favoreçam ao modelo e estimular sempre as experimentações agroecológicas.

Ainda bem, que em nível dos agricultores familiares de Marabá, as práticas sustentáveis de caráter agroecológico e diversificado estão ganhando força. Existem iniciativas das organizações. A partir deste problema que encontramos em campo, dialogamos com alguns dirigentes e a resposta é animadora.

Olha, agente sempre tá discutido uma forma, uma alternativa que possa controlar isso. Para a gente que trabalha na questão de fruto, com polpa, com suco, isso prejudica muito. Não é só o agricultor lá, mas toda uma cadeia de quem vai se alimentar. Então assim quando você tem um produto orgânico, você tem mais qualidade. Então eu acho que isso tá faltando, não só no governo, mas de nós se conscientizar. Como nos prejudica temos que começar a usar só produtos orgânicos, As vezes temo feito essa discussão com os agricultores que a gente trabalha. Orientamos para eles não usarem herbicidas e virem usar produtos que não venham poluir o meio ambiente. Mas ainda é muito tímido, precisa de um incentivo maior para que as pessoas deixem de usar herbicidas e passem a usar o produto natural. (ENTREVISTA DG, 28, 2016)

Mesmo diante deste grave problema, felizmente aumentam as práticas sustentáveis conforme poderemos ver no item a seguir.

6.4.3. O PNAE como catalizador de processos de diversificação e práticas agroecológicas

Sob influência do PNAE, pode-se identificar experiências de agricultores familiares com fortes componentes de diversificação e práticas agroecológicas. Mesmo sem compreenderem direito o significado das terminologias técnicas ou conceitos, desenvolvem na prática iniciativas importantes para o nosso contexto amazônico. Geralmente, expressam como vantagens a economia e a qualidade dos produtos. Destacamos, a seguir, alguns depoimentos a partir dos nossos contatos com os experimentos familiares.

Na verdade, é o orgânico que a gente mexe mesmo aqui na nossa propriedade. Para nós isso é uma riqueza muito grande, porque uma coisa

que vem a nos deixar estabilizados. Trabalhar com orgânico ajuda na questão financeira. Porque não dá de ficar comprando inseticida. Até mesmo porque a gente sabe o risco que corre pra família e para quem vai fazer o consumo. E outra coisa importante é o comprador chegar na nossa propriedade e ver como a gente trabalha. (ENTREVISTA AF.02,2016).

Alguns agricultores falam do produto orgânico a partir da prática de compostagem dos restos de folhas, raízes e esterco. Com esta visão evitam comprar adubos. Como o entrevistado (AF 10,(2016) diz: “Eu tenho e cultivo produtos orgânicos. Porque aqui eu aproveito o esterco do gado, o esterco da galinha. Ai eu aproveito tudo e faço produto orgânico e coloco na horta”. Outro agricultor fala do orgânico a partir do lixo. Porém o lixo que mostra é montes de restos das próprias hortaliças, cascas de frutos, folhas. Deixa tudo fermentar e incorpora nos canteiros. A partir disso enfatiza:

Os produtos orgânicos que eu conheço, é esse que tira o lixo, e bota tudo separado deixa passar um tempo e bota tudo de novo nos canteiros. Produtos orgânicos que a gente mexe é assim [...] bota um monte separado e vai torna botar nos canteiros de novo. Produtos orgânicos que nós faz é esse aí. (ENTREVISTA AF, 04, 2016)

Conforme dados de análise de pesquisadores e entidades de assessoria, no sudeste do Pará, a agricultura familiar indica caminhos animadores quanto à possibilidade de avanços de práticas de produção sustentáveis, com valorização humana e da natureza. Movimentos sociais fortes e organizados garantiram a conquista da terra para milhares de famílias. Novos desafios estão colocados na pauta local e regional da agricultura familiar: infraestrutura de estradas, transporte, educação, saúde, assistência técnica (LASAT, 2006; GOMES, 2009).

O PNAE, na realidade local em estudo, indica ser uma política pública estruturante, pois motiva os agricultores a se organizarem para produzirem; Além do mais, tem motivado uma produção diversificada, pois na medida em que garante a venda de alguns produtos passam experimentar outros tipos de plantios. Um dos agricultores fala que fez uma experiência por conta própria e hoje produz com qualidade vários tipos de hortaliças.

A gente tem um novo plantio que a gente fez aqui, se quiser ver com a gente lá a gente vai lhe mostrar lá. Até os técnicos que vem ficam admirados, o pessoal do SEBRAE, da secretaria, estão todos encabulados com o plantio que a gente criou. Que é o que tá desenvolvendo agora, que a gente conseguiu, inclusive conversei com o Milton, o novo desenvolvimento que a gente fez. É cebolinha, alface, coentro, couve, na areia da praia, nessa areia de construção. (ENTREVISTA AF.01,2016)

Figura 7. Foto de Agricultor no PA Vitória, região do Brejo do Meio.



Fonte. Pesquisa de campo.

Na primeira foto do lado esquerdo do quadro, o agricultor mostrou o sistema de cobertura e fez questão de dizer que tudo foi ele mesmo que fez. Os postes de concreto e armação da cobertura com madeira boa para durar muitos anos. No círculo em vermelho dá para ter uma ideia do poste de concreto e da armação parafusada.

O agricultor fala com orgulho da sua horta em formato de estufa e com hidroponia. Mostra que as verduras são plantadas na areia. Na verdade é um sistema de hidroponia em areia²¹ que está sendo divulgado e implantado na região. Considera como invenção sua, conforme relato acima. O que chama a atenção é organização do seu sistema de hortaliças. Nas fotos do lado direito do quadro, temos a organização dos canteiros para produção de maxixe. Na amostra é visível que os frutos não estão em contato com a terra devido ao sistema de cobertura plástica dos canteiros. O produto já é colhido praticamente limpo. Segundo o agricultor facilita muito para vender tanto para o PNAE como para a feira.

²¹ É um sistema de cultivo de plantas que utiliza a areia como meio de fixação no qual as raízes recebem água e as soluções nutritivas balanceadas via gotejamento. A explicação é do agrônomo Luís Kilner, proprietário da empresa piracicabana que é pioneira na utilização da técnica no Brasil. Maiores dados no site: <http://revistahidroponia.com.br/noticias/noticia.php?noticia=27458>. Acesso, janeiro de 2017.

Declara que não usa produto químico. Quando começa dar alguma praga que não pode controlar com suas misturas naturais, elimina aquela cultura e deixa um tempo para recomeçar novamente.

Além da horta, tem tanques de peixe e criação de galinha caipira. O restante é tudo para consumo, como mandioca, milho, feijão, diz o agricultor. (AF.01,2016).

Em outro lote onde a direção é de uma agricultora, encontramos também um uma produção diversificada em termos de hortaliças e frutíferas.

Eu tenho galinha, eu tenho ovos, eu tenho gado, eu tenho porco, eu tenho as hortaliças, eu tenho frutífera, eu tenho café, eu tenho abelha, eu tenho queijo, polpa de frutas, corantes, tudo que eu tiro da terra. Macaxeira, a massa de macaxeira, o tucupi. Tudo que eu vendo daqui da roça. Banana. Um pouco de banana, não é muito, mas tem um pouco. E, em maio agora, fiz um plantio de 10 mil pés de abacaxi. (ENTREVISTA AF 10, 2016).

Estas visões dos agricultores familiares de Marabá, ligados ao PNAE, confirmam o que Ploeg (2009), outros pensadores e movimentos camponeses, que sempre defenderam as experiências sustentáveis, manifestando paixão em seus estudos, principalmente na busca de caminhos sustentáveis nas relações do homem com a natureza, encontram eco nos agricultores ligados aos PNAE EM Marabá.

Em todos estes estudos e debates a **agricultura familiar** é a que representa a possibilidade real de resolver os problemas mundiais da crise alimentos, visto que possui em si um capital ecológico. É uma natureza viva.

Conforme (CAPORAL e COSTABEBER, 2004; GOMES, 2009), as organizações da sociedade civil são desafiadas a atualizar suas estratégias na perspectiva de fomentar e desenvolver práticas em agroecologia, entre as quais, aproveitar os avanços técnicos e científicos para melhorar as condições de produção da agricultura familiar, sem perder os princípios da sustentabilidade agroecológica, como a não utilização de agrotóxicos ou fertilizantes químicos em seu processo produtivo.

Entendemos que este é um debate interessante que deve ser incentivado tanto no meio dos atores sociais do campo, como gestores públicos. Um grande desafio para o sistema de assistência técnica desenvolvido pelo estado, como por organizações jurídicas que prestam este serviço através de convênios ou serviços prestados. Aliás, nas entrevistas obtivemos muitas críticas sobre a falta de acompanhamento técnico. No entanto, nos últimos anos é oficial que muitos

recursos em assistência técnica por meio do INCRA e EMATER nesta região do Sudeste do Pará.

Figura 8. Foto da produção de hortaliças e frutas no PA do Burgo.



Fonte: Pesquisa de campo.

A agricultora mostra também o seu sistema de hidroponia em areia conforme a foto 01. O círculo em vermelho indica uma torneira que é aberta regularmente para que os nutrientes das plantas misturados na água umedeçam a areia para que as hortaliças cresçam bonitas. Para este sistema funcionar é preciso que tenha um pequeno declive no terreno para que a água com os nutrientes possam correr pelo plástico que está em baixo da areia, deixando-a úmida.

Na foto 02 exibe um cacho de frutos de Cajá Manga (*Spondias dulcis* Som.). Na foto 03 um cacho de frutos de Pequí (*Caryocar brasiliense* Camb.). Diz ter mais de 30 pés de cada espécie no lote. Como “boa” goiana, estas frutas não podem faltar. Diz que as sementes e algumas mudas trouxe do Goiás. Foram produzidas pela EMBRA ou EMATER, disse a agricultora. Além destas plantas tem muito açaí ao longo do riacho que corta o lote. Mesmo a horta sendo o carro chefe, afirma que todas as demais complementam a renda. Também está produzindo mudas que vende a um preço simbólico para outros agricultores. Segundo ela, ajuda na renda e incentiva os outros agricultores a plantar culturas permanentes.

Dialogando com Souza; Laschefski (2008), que fazem projeções de que o PNAE pode ser um elemento motivador na diversificação das lógicas familiares de

produção; que podem talvez incentivar uma aproximação maior entre o rural e as demandas municipais; que o programa pode ser fundamental, ainda, para proporcionar ambiente favorável à diversificação e qualidade de consumo local, podemos afirmar que estes indicativos feitos em 2008, hoje reais, se confirmaram a partir das práticas de produção incentivadas pelo PNAE em Marabá,

Mesmo a diversificação estando muito presente na maioria dos lotes, existe algumas tendências de homogeneização, como o caso da produção de banana numa só região. Um dos agricultores entrevistados (AF.12, 2016) faz a seguinte observação: “Rapaz, eu pra mim, mesmo eu gostei de trabalhar foi com a banana. Outra coisa, negócio de verduras e essas coisas eu não sou muito chegado mexer com isso não”. Outro agricultor faz uma explanação mais profunda e inclusive nos convocou para ajudar a fundar uma cooperativa ou associação dos plantadores de bananas do PA. Faz um relato da quantidade de produtores envolvidos e o tamanho dos plantios.

A ultima vez que fizemos o levantamento tinha 60 bananeiros, de mil covas, porque tem uns maior, um mais pequenos, que nem aqui, cheguei primeiro e comecei a incentivar os outros. O meu aqui era dois alqueires, agora tá mais pouco, tem um ali que tem 4 alqueires. Tem o Chico que tá com dois alqueires fechados, e tem uns que são mais pequenos, com meio alqueire, outros com 500 mudas, outros com 1.000 mudas, outros com 2.000. Nós somos hoje 60 bananeiros neste núcleo. (ENTREVISTA AF.05, 2016).

Os argumentos do agricultor é que a terra é propícia para banana. Já veio de outra região devido a esta vantagem da produção. No entanto, completa fazendo referência que está sendo muito bom vender para o PNAE. Neste caso podemos perceber que não foi o PNAE que proporcionou os plantios. O PNAE foi uma opção de venda que eles aprovaram. Porém a produção é grande e precisam buscar outros mercados como feiras e entregar para intermediários. Outro argumento é que junto com a banana estão plantando outras espécies frutíferas. Mas o relato confirma que realmente a banana está indicando para hegemonização.

O perigo que a lógica do aumento da produção é a uniformização ou monocultura a partir dos produtos que mais interessam ao mercado. Ehlers (1999) afirma que, de todas as revoluções, a que mais mexeu com setor agrícola e industrial foi a chamada Revolução Verde. Mesmo com todo o avanço em termos de produtos químicos, ditos não agressivos, a agricultura e pecuária estão usando em larga escala estes produtos na Amazônia. Portanto, podemos perceber que o estudo

de Eblers, em 1999, encontra eco e ainda se manifesta nas práticas da agricultura, em plena Amazônia, 17 anos depois.

Felizmente as demais unidades familiares avançam na busca de sistemas agroflorestais ou produção diversificada em termos de hortaliças, frutas, pequenos animais e grãos. Evidente que o gado está presente na maioria das propriedades, mas para vários agricultores não é considerada a renda principal. Afirmam que o PNAE foi um grande motivador para produzirem várias culturas, pois possibilitou uma compra garantida.

Eu tenho galinha, eu tenho ovos, eu tenho gado, eu tenho porco, eu tenho as hortaliças, eu tenho frutífera, eu tenho café, eu tenho abelha, eu tenho queijo, polpa de frutas, corantes, tudo que eu tiro da terra. Macaxeira, a massa de macaxeira, o tucupi. Tudo que eu vendo daqui da roça. Banana. Um pouco de banana, não é muito, mas tem um pouco. E, em maio agora, fiz um plantio de 10 mil pés de abacaxi. Entrevista AF 10, 2016.

Outro agricultor reforça a mesma ideia:

O PNAE estimula sim. Porque se você produzir, sabendo para quem vai vender, você vai produzir. Mas se não tem um mercado, você não vai produzir, porque vai perder. Se tiver um mercado garantido, você pode produzir tranquilo que vende. E incentiva para plantar outras culturas. Eu mexia só com açaí e cupu, agora eu já estou com maracujá, banana, macaxeira, porque a cooperativa estava comprando. (ENTREVISTA AF 11, 2016).

Os dados nacionais mostram o avanço no número de produtos que passaram a compor a alimentação escolar no Brasil. O aspecto importante a destacar é o número de frutas, segundo informa os dados da pesquisa a seguir.

A última Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo IBGE (POF 2008-2009), com dados sobre consumo individual, mostra que apenas 10 frutas correspondem a 91% do total das frutas consumidas pela população. Portanto, o PNAE também contribui para a diversificação da produção com alimentos típicos regionais e, conseqüentemente, para a soberania alimentar e preservação dos biomas. (SÁ, Brasil de Fato, 2016).

Na visão dos dirigentes das organizações dos agricultores familiares o PNAE continua motivando a diversificação da produção.

Acredito que sim no PNAE. Acredito que ele vem para fortalecer, acredito que ele é algo a mais que veio para fazer com que agricultor não venha produzir apenas uma cultura ou só o bovino, mas que ele venha diversificar sua produção tanto esse programa do PNAE, quanto cooperativa ela fortalece o agricultor porque o agricultor deixa de pensar em vender só uma produção e passa a ter várias atividades dentro da sua terra. (ENTREVISTA DG, 28, 2016).

Outro agricultor reforça a importância do PNAE do fornecimento de produtos saudáveis para a alimentação escolar.

Eu acho muito importante, eu acho isso certo, porque evita que as crianças nossas possa comer uma merenda contaminada que vem lá de São Paulo, Paraná, tudo com veneno, nós agricultor produzindo nossa merenda, nossa banana, o que for, nós estamos sabendo que nosso filho está comendo uma coisa natural, produzido por nós mesmo, eu acho importante isso aí, e acho que as pessoas que estão lá de frente, a prefeitura, a associação, tinha que correr atrás disso aí. (ENTREVISTA AF.09, 2016).

Em Marabá, segundo os dados dos dirigentes da FECAT, as frutas ganham força na merenda escolar.

Os principais produtos aqui da região é a polpa de fruta ela é o carro chefe da agricultura familiar, hoje é a polpa de fruta o produto mais consumido. Mas tem vários produtos temos a melancia, abacaxi, abobora, feijão, cheiro verde são todos os produtos da agricultura familiar, mas o produto de maior quantidade é a polpa. Entrevista DG, 26, 2016

A FECAT possui uma Agroindústria de beneficiamento de frutos. Possui uma marca nos seus produtos. Facilita a participação nas chamadas públicas e fornece um produto com um padrão de qualidade certificado.

Hoje a gente beneficia, são 10 sabores de polpa: Abacaxi, Maracujá, Acerola, Cupu, Cajá, Caju, Manga, Tamarindo, Goiaba. Esses são os principais produtos que a gente beneficia no momento. Os principais fornecedores nosso são os sócios de vários PAs. Mas às vezes gente pega de outras pessoas que são de floresta, mas é pouca coisa, é abacaxi. Pegamos também da cooperativa de dom Eliseu que é a goiaba. (ENTREVISTA DG, 28, 2016).

A FECAT também tem identidade visual para seus produtos derivados das frutas chamada “Tentação Amazônica”. Hoje já vendem seus produtos em outros municípios e participam de eventos nacionais e internacionais. Um dos seus dirigentes responsável pelo PNAE a nível da organização destaca que:

Sim, a gente tem uma marca, o nome é tentação amazônica e todos os produtos nossos, a gente entrega com essa marca. Todos os produtos com exceção da parte de hortaliças que a gente não coloca marca, vai só na embalagem branca mesmo, mas a parte de polpa, de beneficiamento todas vai na nossa marca, que é tentação amazônica. (ENTREVISTA DG, 28, 2016).

Figura 9. Logomarca da FECAT e imagens com a marca “TENTAÇÃO AMZÔNICA”.



Fonte: <http://www.fecat.com.br/index.php/produtos>

O beneficiamento das frutas pela cooperativa, a venda destas polpas para merenda escolar está fortalecendo a diversificação da produção, pois segundo vários relatos dos agricultores e constatação “in loco” com imagens de vários experimentos, podemos afirmar que o resultado desta parceria possibilita uma melhor estruturação dos agricultores familiares.

Os agricultores ao falarem sobre seus experimentos enfatizam com orgulho iniciativas exitosas. Indagados sobre a renda, os ganhos nas vendas, saem pela tangente dizendo que tem muita despesa. Mesmo sem revelarem valores, ou maiores dados da produção, são visíveis as melhorias nas casas, praticamente todos com carro ou moto, na garagem.

Eu já inventei de tudo, eu tenho criação de abelhas, eu tenho plantação de frutos, mas é tudo assim que eu tiro, assim, eu vou atrás e consigo a plantação sem assistência técnica, sem nada. Eu planto mesmo, eu pego informação com agrônomo, mas não que é assim contratado pela assistência técnica de EMATER, de cooperativa nenhuma não. Entrevista AF 09, 2016.

O fato marcante da pesquisa de campo diz respeito à decisão de um agricultor familiar, fornecedor do PNAE, de mudar radicalmente em relação tipo de produção e uso da terra. De comprador de gado da vizinhança, com um lote de 10 alqueires, todo com pastagem, mudou para um sistema agroflorestral e está feliz da vida.

Abandonei o gado porque eu achei que o gado não dava lucro. A terra é pequena, para a sobrevivência do gado não dá. Ai eu achei melhor acabar o gado, e mexer com plantio. Hoje a metade da minha terra tá em baixo de plantio. Uma média de quatro alqueires e meio já está em baixo de frutos. Eu estou plantando só açaí, cupu e banana. As outras é um pé de graviola, acerola, o maracujá. A banana estou plantando no meio disso daí e feijão, até ele crescido, depois dele crescer fica só o açaí e o cupu. (Entrevista AF 11, 2016).

O agricultor conta que mexer com cultura permanentes foi a melhor coisa que fez. Hoje ele diz tem uma renda garantida. A aposentadoria vai ser garantida, pois ainda vou plantar o restante dos pastos tudo com culturas permanentes. Fez questão de mostrar o lote e suas plantações explicando cada experimento que está realizando. No momento da entrevista chegaram vizinhos em um carro. Vieram levar 500 mudas de açaí que ele produziu. Explicou que gosta de fazer mudas. Escolhe as melhores sementes dos melhores frutos. Faz as mudas para plantar no seu lote e também faz venda de mudas para os vizinhos e até na feira. Diz que é feliz fazendo isto. Destaca que está fazendo um bem para ele e para o mundo.

Este agricultor familiar, na sua simplicidade de roceiro, dá uma aula de agroecologia, mesmo dizendo não entender muito do assunto. A sua prática no uso do lote é carregada de experiência de vida, pois passou por um processo anterior de visão exclusivamente pecuarista, para um sistema totalmente inverso. Transformou as pastagens em plantios de culturas permanentes. Hoje a sua prática de agroflorestral está espontaneamente sendo motivadora para que outros agricultores familiares olhem com curiosidade para aquela experiência que está produzindo em termos econômicos, mas que tem uma perspectiva de longevidade. Uma experiência neste nível é carregada de uma simbologia de várias cores, sentidos e significados. As fotos, por si parecem falar mais que muitos textos teóricos. A capacidade da fala somada com prática destes agricultores familiares é fundamentais para a ampliação de novas experiências agroecológicas em Marabá e região.

Figura 10. Foto de sistema agroflorestal com erradicação de pastagens. PA Escada Alta. Destaque para o pé de açaí em meio ao monocultivo de pastagem.



Fonte: Pesquisa de campo.

No quadro acima temos uma visão progressiva da transformação da pastagem em sistema agroflorestal. Na foto 01, o agricultor está no meio de um pasto muito denso apontando para um pé de açaí recém plantado. Mostra que ao lado do pé de açaí foi plantado um pé de bananeira. Ele vai crescer e fazer sombra para o açaí tomar corpo. Em destaque colocamos alguns círculos em vermelho que indicam outras plantas no mesmo formato. Explica que tudo está sendo plantado a cada oito metros. Nos intervalos vai introduzir outras plantas como mandioca, milho. Também outras espécies como o cupuaçu.

A foto 02, mostra ao fundo uma área que era do mesmo pasto da foto 01, já com as plantas bem desenvolvidas. Já não há mais a presença do capim e aos poucos o solo vai sendo adubado com as próprias folhas das plantas, argumenta o agricultor.

Na foto 03, já visualizamos praticamente uma floresta que também anteriormente era pasto. Tem de tudo misturado, cupuaçu, açaí, castanheiras e várias outras espécies.

Quanto ao PNAE considera uma iniciativa muito importante. Diz não conhecer muito o programa porque quem organiza é a cooperativa. Mas, que esta certeza da venda ajuda a diversificar a produção. Afirma que o PNAE:

Estimula sim. Porque se está sabendo para quem vai vender, você vai produzir, mas se não tem um mercado, você não vai produzir, porque vai perder. Se tiver um mercado garantido, você pode produzir tranquilo que vende. E incentiva para plantar outras culturas. Nós mexia só com açaí e cupu, agora eu já estou com maracujá, banana, macaxeira, porque a cooperativa estava comprando. (Entrevista AF 11, 2016).

O caminho para produtos agroecológicos ainda é longo na nossa região. Mas é preciso avançar. As iniciativas no Sul do Brasil já estão bem avançadas como vemos nos dados levantados junto ao próprio FNDE.

Quase 2.800 famílias da Rede são cadastradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e entregam comida agroecológica e orgânica ao PNAE, observou José Antônio Marfil, da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA), do Paraná. Segundo ele, o debate no âmbito escolar sobre a alimentação causou também um questionamento sobre a qualidade da comida. Merendeiras, agricultoras, cozinheiras, nutricionistas, diretoras e secretárias discutindo o tema foi um grande avanço nesse sentido. E com a Lei os agricultores e suas organizações passaram a cobrar dos governos o direito de vender seus alimentos nas chamadas públicas. (BRASIL DE FATO, 2015).

Segundo as informações da reportagem da revista Brasil de Fato (2015), “Algumas organizações e movimentos da agricultura familiar na região sul conquistaram espaços importantes no mercado de alimentos agroecológicos e orgânicos”. No caso foi a Rede Ecovida²² de Agroecologia, que desde 1998 articula ações entre produtores, técnicos e consumidores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

6.4.4. O PNAE fomentando o debate sobre a gestão pública e organizações sociais do campo

Para os dirigentes da FECAT e ASPABSIR o PNAE é uma política que fortaleceu a entidade dos trabalhadores. Abriu uma possibilidade real de participação no fornecimento de produtos para rede escolar. Em Marabá, as chamadas públicas são organizadas direcionadas só para as organizações formais

²² Atua mais principalmente na região sul do país. Trabalha a proposta da Certificação Participativa. Está organizada em 28 núcleos, articula cerca de 4,5 mil famílias na região e promove mais de 200 feiras ecológicas. Atua em diversos campos da promoção da alimentação saudável, inclusive na merenda escolar. (BRASIL DE FATO, 2015). Maiores dados no site: <http://www.organicsnet.com.br/2012/06/rede-ecovida-e-a-certificacao-participativa/>.

dos agricultores familiares. Este fato recebe elogios, mas também recebe algumas críticas.

Os agricultores familiares valorizam reconhecem a importância das cooperativas e associações. Segundo relatos de vários agricultores que participam do PNAE a cooperativa é uma garantia para produzir, principalmente culturas permanentes.

Eu acredito que assim, a estabilidade que a cooperativa nos dá, de tá incentivando a gente vir, a produzir mais, às vezes a gente tá esmorecendo e eles chegam aqui “não, daqui tantos meses eu vou precisar disso, vocês plantam isso que a gente vai vir comprar”, então é essa a importância de incentivar o agricultor a não desistir da agricultura familiar. (ENTREVISTA AF.02, 2016).

Mesmo com sendo constatada a falta de conhecimento do PNAE por alguns agricultores familiares, importância da organização é destacada repetidamente conforme depoimento a seguir.

Sim, já participamos do curso cooperativismo com a FECAT, que foi o que nos incentivou muito a estar trabalhando hoje, pois antes a gente trabalhava lá no lote do meu pai e no decorrer do tempo trabalhando com o pessoal da FECAT, conhecendo novas técnicas, também como aluna da EFA, pegamos essa experiência, juntamos e hoje é por isso que nós estamos desenvolvendo essas culturas em nosso lote. (ENTREVISTA AF.02(2016).

Neste sentido o PNAE tendo como ator a cooperativa, possibilita que o agricultor se organize para produzir. Mais adiante o mesmo agricultor reforça também a questão da organização sindical. Ferramenta organizativa muito atuante especialmente na luta pela terra.

Aqui o que a gente conhece mesmo, assim, as bases nossas, são os sindicatos, a FETAGRI e os movimentos sociais que estão sempre com a gente, que vem conosco, que nos incentiva a produzir, faz palestra com os agricultores, que no caso a FECAT hoje vem sendo o carro forte nessa demanda. (ENTREVISTA.AF.02(2016).

Em relação às organizações do campo podemos dizer que Marabá e região estão em destaque. Mesmo que tenha acontecido certa retração nos últimos anos, comparado com as atuações no auge da luta pela terra, permanecem presentes no dia dos trabalhadores do campo. No Sul do Brasil, onde a produção é considerada avançada e organizada, a questão das cooperativas voltadas para a agricultura familiar, estão ausentes em muitos municípios.

Entre os fatores limitantes observados a uma maior aproximação entre agricultura familiar e alimentação escolar nos municípios figura a ausência de Cooperativa de agricultores e a falta Inspeção Sanitária Municipal. Também, as ações vistas pelos gestores municipais como incentivadoras da produção familiar não têm resultado em incentivo concreto à produção

destes alimentos, o que aponta para a necessidade de uma avaliação coletiva sobre essa questão que forneça elementos para o planejamento de ações estratégicas nessa direção. (BECKER; ANJOS; CALDAS. 2009, p.14).

Um dos dirigentes faz uma explanação sobre a importância de pensar mecanismos de apoio ao agricultor familiar. Defende que nem sempre o dinheiro resolve, pois o que precisa melhorar são as condições de comercialização.

Acredito que é uma questão mais de incentivo. As pessoas falam muito na questão de capital, dinheiro, se tivesse um recurso destinado ele plantaria. Mas eu não vejo tanto por esse lado financeiro. Acredito que o que falta é um incentivo maior. É ter uma estrada boa, ter a questão de um escoamento da sua produção, de ter uma cooperativa que recebe sua produção toda.[...] Ter feiras que venham atender os agricultores. A gente já tem uma feira ali na velha Marabá que faz um pouco essa função. Mas é tímida, precisa de algo mais que venha crescer, fortalecer e trazer a produção dos agricultores para que eles possam vender. A partir da aí acredito que eles vão sim querer produzir com mais vontade para ter um produto com uma melhor qualidade. (ENTREVISTA dg, 28, 2016).

A mesma ideia é defendida por alguns agricultores familiares. Explicam que o apoio técnico e melhoria da infraestrutura, por parte do poder público, é muitas vezes melhor que receber dinheiro de um projeto. Esta visão explica a baixa busca pelo crédito dos agricultores familiares de Marabá. Mostram-se receosos e preferem investir gradativamente em melhorias a partir dos recursos que vão gerando com suas vendas de produtos alimentares. O agricultor defende que a prefeitura tem que ser mais atuante no apoio ao meio rural.

Rapaz, isso aí é a prefeitura. A prefeitura é que atem que trazer o recurso. O que é esse recurso? Não é tanto dinheiro o que faz nós desenvolver. É o maquinário, é um trator equipado para associação para a associação porque através de um trator se abre um pedaço de terra para mandioca, para banana, para o cupu, para a acerola. Tu isso é através da prefeitura. Ela que tem que abrir um espaço para nós, Não é tanto pelo dinheiro porque não é tudo que a gente faz com dinheiro. O que faz é uma força, por exemplo um trator lá para o PA, 26 de Março. Esse trator vai trabalhar arar, mecanizar terra para os agricultores plantar. Ai essa merenda sair de lá do PA.(ENTREVISTA AF.06, 2016).

Um destaque feito pelos dirigentes mostra que estão atentos com o marco legal que o PNAE estabelece para a compra dos produtos do campo. Os dirigentes elogiam o formato das chamadas públicas para a agricultura familiar. Como Marabá é um município grande é possível várias organizações participarem. No início eram apenas duas organizações, hoje chegam a entregar documentos mais de 15 entidades.

Essa modalidade favorece muito as organizações porque você não vai concorrer com grandes empresas vai concorrer com organização da agricultura familiar, você vai fazer um elo de ligação com conversa para que

todo mundo se sirva dessa política. A FECAT não pega esse recurso sozinho a gente divide com três ou quatro cooperativas, ou que seja associação, isso é muito importante você poder estar fazendo esse diálogo com as outras organizações dos agricultores, não é uma coisa fechada é aberto e flexível, cabe dialogar com as organizações. Então isso é muito importante. (ENTREVISTA DG, 25, 2016)

A fala do dirigente mostra outro fator interessante que o PNAE proporciona, ou seja, um diálogo entre as organizações dos trabalhadores rurais. Esta visão de solidariedade e cooperação também ajuda na identificação dos reais representantes das organizações ligadas a agricultura familiar. Também desafia novas entidades, pois para poderem participar das chamadas públicas precisam estar bem organizadas e possuírem uma real entidade com a categoria.

Em termos das organizações que executam o PNAE, Marabá está bem consolidada. Existe já um elo de relações institucionais entre as organizações dos agricultores familiares, com os gestores públicos, técnicos. O CAE tem atuado na fiscalização financeira e na nas escolas acompanhando a entrega e a qualidade da merenda. É preciso cuidado para que não ocorram problemas de desvios como tem ocorrido em vários lugares do Brasil.

A articulação das organizações de apoio aos agricultores com os diversos gestores também é fundamental. Sem a incidência de associações, cooperativas e ONGs, dentre outras entidades, é quase impossível acessar e gerenciar a política. “Os prefeitos e secretários muitas vezes argumentam que não tem agricultura no município. Conseguimos derrubar esse argumento colocando feiras agroecológicas. Para eles, é muito interessante ficar com esses 30% nos seus esquemas. Vimos que além da secretaria de educação, que é a executora, é preciso aproximar a secretaria de agricultura, o pessoal da saúde e as CPLs (Comissões Permanentes de Licitações), que vão elaborar os editais. O PNAE tem uma legislação à parte para agricultura familiar na licitação, e muitos gestores não entendem isso e acaba saindo do que está na norma”, (BRASIL DE FATO, 2015).

No caso de Marabá os conselheiros estão muito presentes no dia da alimentação escolar. Em relação ao PNAE fiscalizam o cumprimento na norma legal a partir dos valores executados nas compras junto às organizações. O presidente do CAE demonstra ter clareza dos procedimentos e do marco legal do PNAE.

É feito a prestação de conta ano, a SEMED encaminha mensalmente os extratos dos recursos que são depositados na conta da prefeitura e no final do ano no exercício financeiro é feito a prestação de conta, o conselho se reúne é visto as notas do que foi comprado, o saldo anterior e ai vai verificar se realmente foi gasto o 30% do recurso como determina a legislação a lei 16947/2009 e é feito um parecer conclusivo. A recomendação é que a prefeitura atinja a meta dos 30% do recurso que hoje marabá tem um milhão e cem mil reais ano. (ENTREVISTA DG, 26, 2016).

Outro fator importante foi o alerta de um dirigente sobre o processo de formação. Destaca que:

A importância do debate e capacitação dos agricultores familiares. Agente até começou a fazer uma discussão no ano de 2013, 2014. Fizemos alguns debates, mas atualmente isso não tem acontecido, acredito que isso é muito importante, porque quanto mais o agricultor ficar sabendo desse projeto do PNAE, ele vai se interessar mais a produzir na nossa região. Mas ainda falta isso, esse incentivo político tanto da cooperativa quanto do governo mesmo. (ENTREVISTA DG, 28, 2016).

6.4.5. Propostas para melhorar o PNAE no município de Marabá.

O PNAE vem despertando debates dentro das organizações do campo sobre a necessidade de aprimoramento da produção. As exigências de qualidade dos produtos contidas no marco legal, mesmo com alguns questionamentos, acabam ajudando na busca de melhorias nos sistemas de produção. Já é perceptível isto nos lotes pesquisados. Para que isto ocorra é preciso que o conjunto dos atores envolvidos pelo PNAE atuem de forma conjunta. Um dos dirigentes faz um destaque no sentido de que é preciso avançar no sistema de beneficiamento da produção.

O nosso entendimento dentro disso é que sempre a gente vem dialogando dentro do conselho de desenvolvimento rural essa questão da gente poder ter varias agroindústrias na linha de hortaliças, como frutos, mandioca já deveria vir processada só no jeito de por na panela. Então nós precisamos buscar isso, inclusive nós estamos pautando isso dentro do conselho para que a gente possa estar incrementando e renovando esse entendimento da questão da merenda. Várias conversas dialogadas, dentro do poder público têm algumas pautas nossas pra melhorar essa questão de entendimento junto com os agricultores, com as cooperativas e as associações pra gente poder estar entregando um produto de qualidade para os alunos. (Entrevista DG, 25, 2016).

A busca de melhorar o sistema de processamento expressado por dirigentes e agricultores familiares de marabá, não é tão simples assim. Este debate perpassa todas as organizações do país. Mesmo em regiões mais avançadas em termos de beneficiamento dos produtos, as barreira sanitárias impedem que uma grande parcela da produção familiar chegue ao prato dos alunos nas escolas.

A inadequação das atuais normas sanitárias ao modo de produção de base artesanal e familiar é uma das principais barreiras ao acesso da agricultura familiar ao PNAE, chegando a impedir que ovos de galinha caipira, derivados de leite, polpas de frutas e pescado, por exemplo, sejam incluídos nesses mercados. Por isso boa parte do tomate para fazer o molho da jovem agricultora é fornecida por um parceiro, que pega parte desse produto final para revender. “Conseguimos construir várias parcerias entre as agroindústrias e os agricultores que plantam as verduras, assim é uma

forma de você agregar valor ao produto, não perder o excedente e diversificar a sua lista de produtos para venda. (BRASIL DE FATO, 2015).

Mas a qualidade dos produtos e a fiscalização são essenciais na alimentação escolar. Mesmo com questionamentos os agricultores e lideranças que trabalham com o PNAE, consideram que o programa está avançando.

Vem avançando, acredito que ao longo do tempo ele vem avançando a questão do PNAE, hoje ele é muito mais conhecido é discutido. Então acredito que a prefeitura está elaborando seus projetos para estar melhorando a qualidade desse alimento porque também um dos principais objetivos é oferecer alimentos de qualidade e saudável. Alguns produtos são restritos, o conselho acompanha de perto essa questão dos produtos que são restritos que não é todos produtos que podem ser vendidos da agricultura familiar porque tem produtos que a legislação ela veda. A prefeitura sempre vem trabalhando junto com a secretaria de educação para que seja oferecido uma alimentação de qualidade para os alunos, mas que seja também saudável. (ENTREVISTA DG, 26, 2016).

Em 2015 o CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar realizou um importante encontro em Belém sobre segurança alimentar. Foi emitida uma carta contendo dezenas de propostas com o objetivo de fomentar a produção de alimentos saudáveis e também reivindicando mais flexibilização no marco legal.

Formular uma política de inspeção e vigilância sanitária que seja compatível com a realidade dos sistemas alimentares da Amazônia, em especial com a agricultura familiar, incluindo a certificação participativa, e associar a política de inspeção a uma política de educação sanitária. (CARTA DA AMAZÔNIA, 2015²³).

Uma outra proposta muito presente nas falas dos agricultores familiares é poder vender mais para a merenda escolar, ou seja, superar os 30% mínimos previsto na lei. Segundo o agricultor (AF.06, 2016) o PANE é muito importante para fortalecer a produção, mas diz ser preciso “aumentar a cota, porque agora é 30% a cota mínima que o governo do município tem que comprar né, do agricultor. Se ele chegasse pelo menos a uns 40% para colocar mais produtos seria muito bom” . Segundo já destacamos no nosso referencial teórico, hoje o limite de compras de cada agricultor é de 20 mil reais por anos, valor para muitos considerado muito baixo. Este valor é questionado por dirigentes e agricultores (DG, 28, 2016) pois

²³ Esse instrumento político resultou de um Encontro Temático “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia, realizado em Belém, em 11 de junho de 2015. Estes debates foram organizados pelo CONSEA envolvendo poder público e sociedade civil.

segundo a lógica da DAP, “só um produto, tipo só o cheiro verde da quase o valor que o agricultor pode entregar”.

Um debate que atinge todo o Brasil é sobre a DAP. Os questionamentos não são sobre o conteúdo das exigências, mas da incapacidade do estado em atender a demanda da agricultura familiar proporcionada pelo PNAE.

O principal instrumento que identifica e qualifica os agricultores familiares e também suas organizações em forma de pessoa jurídica para acessar as políticas públicas é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O acesso a esse documento é muito criticado por todos os segmentos que atuam nessa área, sobretudo os jovens e mulheres. “Muitas vezes é a Emater que emite a DAP, e há um déficit de funcionários nesses estabelecimentos. Para fazer a minha demorei quase um ano, porque não acreditavam que eu como mulher e jovem precisava, achavam que eu podia entregar a produção junto ao meu pai. Mas eu queria a minha autonomia, o direito de como agricultora ter a minha condição de venda. Temos de ser muito persistentes para conseguir acessar essas coisas. (BRASIL DE FATO, 2015).

Esta situação está presente na realidade de Marabá e região. Os agricultores e dirigentes manifestam estas preocupações, pois o nível de DAPs ainda é muito baixo. Relatam que:

Uma das grandes dificuldades da agricultura familiar e da compra dos produtos é porque na sua grande maioria os agricultores não estão habilitados tem toda a parte burocrática um dos principais empecilhos de fornecer a agricultura familiar é a questão documental. São poucos que tem a DAP. Então geralmente o município de marabá onde a lei fala a lei 11977 a lei federal que se respalda e que define os 30% do recurso do PNAE. A lei também deixa bem clara que os agricultores têm que estar habilitados para participar do processo de chamada pública. Então a grande maioria não tem. Então ficam inviabilizados de participar do processo por não ter a documentação exigida pela legislação. (ENTREVISTA DG, 25, 2016).

Em Marabá e região tem aumentado o número de DAPs, porém em nível dos agricultores familiares ainda existe muito desconhecimento. Temos a EMATER e algumas empresas prestadoras ATER que estão habilitadas. Segundo os dirigentes é preciso avançar na organização dos agricultores familiares e motivá-los a tirarem a DAP. A própria cooperativa tem dificuldades para participar das chamadas públicas a nível local, como expressa um dos dirigentes da FECAT.

Na verdade dessas 44 DAPs, que a FECAT forneceu não foram só do município de Marabá. Foram de São João, de Ipixuna e de Marabá. Foram esses três municípios que a gente pegou as DAPs. Da turma de Marabá foram aproximadamente umas 10 pessoas que entregaram o produto para prefeitura. Os outros são atravessadores, não são diretamente fornecedores da agricultura familiar. (ENTREVISTA DG, 28, 2016).

Segundo os dados existentes, no Brasil existem muitas entidades credenciadas para fornecerem a DAP. Para que isto aconteça é preciso que exista rigor na avaliação dos critérios ao fornecer o documento. .

Existem mais de 28 mil agentes emissores de DAP em todo o País. Caso o sindicato ou associação mais próxima do agricultor ainda não emita o documento, o produtor familiar precisa pedir ao estabelecimento que entre em contato com o MDA. A emissão da DAP é totalmente gratuita, e tem validade de três anos. Para obtê-la, é necessário apresentar carteira de identidade e CPF – no caso de pessoas casadas, o cônjuge também deve apresentar os documentos; possuir área rural de até quatro módulos fiscais; ter como principal fonte de renda as atividades da exploração da propriedade e possuir renda bruta anual de até R\$ 360 mil”, (BRASIL DE FATO, 2015).

Na verdade o debate em nível de Brasil é sobre flexibilização do marco legal. A própria valorização dos produtos agroecológicos pelo PNAE poderia incentivar uma maior produção orgânica.

As vendas de produtos agroecológicos ou orgânicos oriundos da agricultura familiar deveriam ser livres da exigência da garantia da conformidade orgânica através da certificação por auditoria ou dos Sistemas Participativos de Garantia. É necessário também garantir um diferencial de transferência de recursos do FNDE para que as prefeituras exerçam a prioridade da compra desses produtos”, ressaltou Pacheco. (SÁ, Brasil de Fato, 2016).

Neste sentido as entidades da Amazônia também estão buscando aprimorar o marco legal do PNAE visando uma maior participação das populações tradicionais. As visam fortalecer a produção para alimentação escolar a partir das realidades regionais.

Adequar o próprio processo de chamada pública, ampliando o prazo para participação das organizações, a transparência e a publicidade dos procedimentos previstos nos editais, que devem ser restritos a gêneros alimentícios e, concomitantemente, fortalecer a capacidade das organizações produtivas para que possam acessar as chamadas públicas para o PNAE; Especificar, nas compras públicas, a exclusão de transgênicos na alimentação escolar e reafirmar o atendimento aos valores nutricionais previstos nas normas específicas da alimentação escolar, em compatibilidade com o Guia Alimentar da População Brasileira. Que progressivamente os alimentos adquiridos por compras públicas sejam agroecológicos. (CARTA DA AMAZÔNIA, 2015).

O trecho a seguir manifesta o interesse dos dirigentes em continuar debatendo propostas que melhorem o sistema de produção dos agricultores familiares e a execução do PNAE em Marabá. Sugere que:

A minha sugestão é formar um grupo de trabalho constantemente estudando, discutindo algumas ações em relação ao pnae. É um programa de suma importância e a gente vê que fica muito esquecido, a secretaria de

educação deveria formar um grupo, um grupo de trabalho para estar sempre estudando e discutindo melhorias para estar cada vez mais melhorando esse programa para a prefeitura de marabá que se refere a compra de alimentos para nossos alunos. (ENTREVISTA DG, 26, 2016).

6.4.6. O PNAE como motivador da permanência no campo e qualidade de vida.

Realmente o PNAE é um programa estruturante. Comprovamos na prática a sua influência do programa vai além da simples garantia de compra dos produtos da agricultura familiar. Os depoimentos demonstram que mesmo num ano atípico como foi 2016 em relação aos vários problemas enfrentados pelos inter rompimento das entregas, devido a greves, atrasos nos pagamentos e prejuízos devidos acidentes físicos, como vento e fogo, o PNAE criou expectativas positivas e seus efeitos permanecem através da capacidade de influenciar na diversificação da produção.

Destacamos uma manifestação empolgada de uma agricultora. Fala da emoção, do sentimento de satisfação em produzir para o PNAE. Aliás, esta foi a expressão de vários entrevistados. Sentem orgulho de produzir para a merenda local. Falam da qualidade de seus produtos e mostram interesse em diversificar a produção.

A importância é muito gratificante, né, você vê que os alunos vão estar comendo uma merenda, algo que você produziu com muito carinho, com bastante atenção e eu creio que isso pra nós é muito importante. Quando eu chego na escola [...], que eu vejo que tem um aluno consumindo algo que foi produzido aqui no nosso lote. Essa importância pra nós é muito gratificante mesmo. (ENTREVISTA AF.nº.02, 2016).

O agricultor familiar (AF.10, 2016), expressa sua visão sobre o PNAE: “Eu acho que é uma forma de segurar o agricultor no campo. Ajuda demais, muito, muito mesmo, se não fosse esse programa, eu acho que a gente passava muita dificuldade. [...] Porque se você vive na terra e não tem uma renda de nada, você não consegue sobreviver”.

Fazendo referência ao seu projeto de vida para os próximos 20 anos, o agricultor (AF.08, 2016) afirma com convicção dizendo: “Quero continuar na terra. Eu acho que a terra, hoje, ainda é a principal solução para todas as questões de sobrevivência da família. Não tem nada mais importante do que a terra”. Outro agricultor (AF.09, 2016) emenda fazendo um desafio provocativo no sentido de que a terra é boa, as pessoas que não produzem é porque não querem trabalhar.

“Rapaz, vou te falar a verdade, aqui só passa fome aquele que for preguiçoso, porque aqui dá de tudo, aqui só não dá aquilo que não planta, e aqui o cara só morre de fome se ele for morto de espírito. Mas aqui a região é boa”.

Figura 11. Foto de Família do PA Alegria. Marabá. PA.



Fonte: Pesquisa de Campo.

A visão do agricultor familiar, falando enquanto prepara os produtos da horta para entregar vender na feira demonstra firmeza no seu projeto de vida. Em seus diálogos informais diz que a venda para merenda escolar melhorou muito a vida. Hoje tem um dinheiro garantido, mesmo que demore um pouco receber. O importante é ter esta garantia de venda.

Em vários textos e pesquisas é possível comparar a visão dos agricultores de outros Estados sobre o PNAE. Um dos depoimentos colhido pela reportagem da Revista Brasil de Fato. As falas são muito semelhantes com os relatos obtidos pela nossa pesquisa de campo em Marabá.

Tenho muito prazer na agricultura familiar, me traz mais saúde e inspiração. Esse incentivo é uma honra, uma causa muito forte com muitos desafios, mas dali tiramos nosso sustento. O PNAE influenciou na produção e renda da família, porque antes só plantávamos para o consumo. Conseguimos até comprar um veículo para levar os produtos que antes estragavam pela distância”, disse. (BRASIL DE FATO, 2015).

Concluimos este tópico com confirmação desta visão de fixação na terra com um agricultor de Marabá, cidade média do norte do país que confirma a importância do PNAE em relação a sua permanência na terra.

Eu acho que é uma forma de segurar o agricultor no campo. Ajuda demais, muito, muito mesmo, se não fosse esse programa, eu acho que a gente passava muita dificuldade. Porque é uma forma de realmente permanecer o agricultor na terra. (ENTREVISTA AF.10, 2016).

Todos os relatos confirmam o que Stolarski (2005, p.28) afirmou que a política do PNAE ganhou força no País a partir da Constituição de 1988. O avanço do marco legal do PNAE, definiu de forma objetiva a redistribuição de recursos, competências e responsabilidades para as três esferas de governo. Este processo ao longo dos anos ampliou o controle social por parte dos atores do campo. Valorizou os produtos regionais, abrindo as portas para inclusão da produção do maior segmento do campo brasileiro, ou seja, o fortaleceu da Agricultura Familiar.

7. CONCLUSÕES

Após percorrer parte dos caminhos teóricos que tratam da agricultura familiar e suas relações com o programa histórico do PNAE, que há mais de 50 anos existe no Brasil, mergulhamos na realidade atual desta política pública no contexto territorial de Marabá.

Em Marabá, cidade média da Amazônia, com todos os olhos do mundo voltados para este território, em função de sua logística, a qual interessa ao capitalismo sugador, principalmente de recursos naturais, nascem novas formas de resistência e afirmação.

As organizações sociais resistem, pressionam, formulam continuamente. Forçam o Estado a responder de alguma maneira. Felizmente a partir de 2004, uma nova concepção de governo proporcionou avanços significativos que culminaram na incorporação da agricultura familiar como uma das fornecedoras da alimentação escolar definida por lei, em 2009.

Na nossa formulação inicial levantamos a hipótese de que a política pública do PNAE é estruturante da Agricultura Familiar, pois proporciona um viés novo que é o da comercialização direta com o poder público, regulamentada por lei. Esta política estaria motivando os Agricultores Familiares a produzirem com qualidade e

diversidade, pois possuem uma garantia em relação à produção e a comercialização.

Conforme relatamos nas nossas abordagens sobre os resultados e avaliações do PNAE, indagando sobre sua capacidade estruturante da agricultura familiar, confirmamos que este programa já marcou um novo rumo em termos de eficiência e capacidade de gerar novas formulações que enriquecem de possibilidades de melhoria, tanto em nível da produção, das organizações sociais e gestão pública.

Constatamos que mesmo após algumas chamadas públicas voltadas para agricultura familiar, o PNAE em Marabá, é ainda um processo em construção. Destacamos ainda que existe um bom nível de organização social, de gestão atendida ao marco legal e uma eficiente fiscalização do CAE. Mesmo assim, a partir dos depoimentos de campo e diálogo com os dirigentes e gestores, ainda encontramos problemas que abrangem todos os atores do programa. São desafios, que na verdade também, estão presentes em outros territórios, segundo o que apuramos nos nossos referenciais teóricos.

A voz vinda da zona rural é rica de vida e conhecimentos. Nas entrevistas percebemos que a terra pulsa na veia dos agricultores que com suor no rosto expressam a alegria de estar produzindo um alimento de qualidade.

O PNAE aparece ainda um tanto desconhecido para a maioria dos agricultores. Não possuem um conhecimento maior sobre seus objetivos e marco legal. Isto se explica pelo fato de suas entidades de representação, cooperativa ou associação, serem as executoras do PNAE junto aos gestores públicos. Porém sabem que 30% dos produtos para alimentação escolar devem ser de produtos da agricultura familiar. Mesmo sem conhecer os detalhes do marco legal, possuem uma compreensão fundamental, pois afirmam que além de ser um recurso garantido de venda, compreendem a importância de estarem fornecendo um produto de qualidade para os próprios filhos que estudam nas escolas.

Os relatos confirmam a capacidade do PNAE em termos de diversificação e busca de uma produção agroecológica. Comprovamos que o PNAE tem uma capacidade motivadora de gerar novas formulações de produção na agricultura familiar. É uma política estruturante, pois motiva novas formulações em termos de garantia para o agricultor poder pensar na melhoria do seu lote.

Mas nem tudo é perfeito. Conforme destacamos nas nossas conclusões ainda persistem práticas modernistas, carregadas da visão do pacote da “revolução

verde”. O uso de produtos químicos ainda assusta. Envolve em grande escala as grandes propriedades, mas está presente em várias propriedades da agricultura familiar. Justificam que pelas condições da Amazônia, com alto grau de umidade e chuvas, as chamadas “ervas daninhas” crescem com vigor. Daí a necessidade de recorrerem ao uso de herbicidas. É um fator preocupante que não tínhamos ideia deste fato no início da pesquisa. Percebemos em nossas visitas de campo que existe pouca informação ou orientação quanto ao uso e seus perigos nocivos à vida e todo ambiente. Este fator requer uma atenção especial e urgente tanto em nível das organizações sociais como do poder público.

Outro fator que constatamos foram os problemas de perdas ocorridos no exercício do PNAE de 2016. Até podem ser tratados como acidentes, porém levantam uma grande preocupação no que tange a interrupção do programa devido repetidas greves no setor de educação e prejuízos devido aos fenômenos naturais ou acidentais como vendavais e fogo. Sob estes aspectos, o marco legal do PNAE, demonstrou-se frágil e causou uma certa dispersão e dúvida nos agricultores familiares.

Ressaltamos que ainda existe um bom caminho a perseguir em termos da consolidação de programas e práticas sustentáveis de produção. As falas mostram que o PNAE é importante sob vários aspectos, ou seja, como garantia de venda e melhores preços, como incentivo à permanência na terra, como expectativa de maiores vendas para alimentação escolar.

Mesmo assim, encontramos muitas situações que levantam novas questões sobre as práticas de gestão e organização dos agricultores em relação à divulgação e planejamento para ampliar o programa junto aos agricultores familiares. Neste caso, tanto as organizações como o poder público falharam quanto à divulgação e capacitação. Porém, tanto os dirigentes como os gestores afirmam e reconhecem que precisam atuar de forma mais organizada, com parcerias na divulgação e cursos de orientação sobre todo marco legal do PNAE.

Ficou comprovado que existe um empenho conjunto de todos os atores, em torno do “*modus operandi*” do PNAE no município de Marabá. As chamadas públicas são dialogadas conjuntamente, envolvendo gestores públicos, CAE e representantes das organizações sociais do campo. Fato concreto, desta relação foi a imediata incorporação de produtos regionais, em função, das últimas mudanças no marco

legal, permitindo a flexibilização dos cardápios de acordo com a vocação produtiva e hábitos alimentares territoriais.

Outro aspecto importante diz respeito à valorização dos produtos do campo. Mesmo com as situações atípicas ocorridas em 2016, com prejuízos não previstos, os quais foram destacados e redimensionados como desafios anteriormente na análise dos resultados, todos os agricultores familiares afirmam que os preços do PNAE, comparado com as feiras ou intermediários, são o melhor. Muitos dizem que mesmo que fosse igual, preferiam vender para merenda escolar, pois neste caso é uma venda com quantidade e valor certo.

Em termos de sustentabilidade ambiental, social e econômica, nossa pesquisa identificou várias experiências com um bom grau de diversificação. A maioria é reflexo das iniciativas de comercialização através do PNAE. Identificamos na maioria das propriedades aspectos concretos de diversificação da produção. Porém, em outros há uma certa homogeneização em torno de alguns produtos na venda para o PNAE. Um núcleo de agricultores produz praticamente só banana, outros só hortaliças, outros só frutas. Olhando para chamada pública é justificável, em parte, tais iniciativas. A chamada pública restringe a variedade de produtos da agricultura familiar para composição do cardápio alimentar devido às exigências sanitárias. Este aspecto é questionado e está em debate conforme já relacionamos anteriormente na nossa análise dos resultados.

Mesmo existindo estes limites, na prática eles produzem para outros mercados como feiras ou entrega em comércios de revenda. Logo, o PNAE já é uma garantia de um ou dois produtos, os demais buscam outras formas de vender.

Um aspecto preocupante, que acabamos identificando, foi o alto índice de uso de herbicidas e inseticidas. Houve relatos que os herbicidas fazem bem para as plantas. Em outro lote, o uso direto de inseticida no plantio de couve. Esta situação remete para uma questão de fragilização do debate ambiental tanto a nível técnico como organizativo dos trabalhadores.

As organizações sociais de Marabá estão presentes no PNAE. Mesmo que existam limites de formação teórica ou debates sobre os conceitos e normas do marco legal do programa junto à categoria, existe sim uma participação efetiva de seus dirigentes, acompanhando e estabelecendo a relação institucional junto aos gestores oficiais do PNAE, no caso a SEMED de Marabá.

No plano da sustentabilidade e iniciativas produção agroecológica se multiplicam experimentos e iniciativas já consolidadas junto aos agricultores familiares ligados ao PNAE, em Marabá. Os dados apontam que quanto menor a propriedade, maior é o nível de diversificação na produção. Nos lotes até cinco hectares a predominância de fruticultura e hortaliças. Nos lotes de 25 a 50 hectares, ainda predomina uma lógica de pecuária extensiva. Porém, todos dizem que “não dá para viver só do gado”. Um exemplo, marcante foi de um agricultor que optou pelos cultivos de hábitos perenes, num lote de 50 hectares, retirando o gado do sistema e transformou as áreas de pasto em plantios de açaí, banana e cupuaçu. Este é um agricultor familiar que quer vender mais para o PNAE.

Por fim, destacamos que o grande desafio levantado é sobre a continuidade do programa em relação ao planejamento da produção e ampliação das compras da agricultura familiar. Tudo isto vinculado à garantia da sua venda no tempo certo.

Concluimos afirmando que o PNAE é uma política estruturante da agricultura familiar, pois envolve um conjunto de atores do campo e da cidade na execução do programa. Porém é preciso que de forma permanente que seus responsáveis continuem atuando na consolidação dos avanços e buscando soluções em relação aos limites que identificamos nesta pesquisa sobre o PNAE em Marabá.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi desenvolvida em Marabá, território do Sudeste do Pará, onde sou parte viva do processo, através de uma trajetória de vida desenvolvendo atividades de assessoria, educação popular e gestão pública, nos últimos 25 anos. Atuando inicialmente a partir da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional por mais de 15 anos, foi possível vivenciar diversas experiências junto às organizações sociais do campo, principalmente na luta pela terra e conquistas dos créditos e infraestrutura. Também, nos últimos 10 anos, a experiência de atuar dentro da esfera pública do Estado do Pará e do Município de Marabá, possibilitou ver por dentro do Estado as formas de tratamento o público. A máquina pública é lenta e presa numa burocracia que não acompanham as necessidades sociais nas diversas esferas.

O fato desta experimentação cotidiana, por um lado enriquece na a análise dos dados, mas por outro dificulta, devido à subjetividade nas relações construídas

com a maioria dos atores locais e regionais. O curso de mestrado do PDTSA, com seu princípio interdisciplinar, possibilita uma análise territorial, sobre a atuação do Estado e os efeitos das políticas públicas relacionadas com as dinâmicas do desenvolvimento e seus impactos no território do sudeste paraense.

Dessa trajetória de vida e profissional emergiu o interesse em estudar alguns aspectos sobre as políticas públicas relacionadas com a agricultura familiar, categoria socioproductiva tida como grande protagonista em termos de produção de alimentos saudáveis e como potencial para um equilíbrio sócio ambiental do campo.

9. REFERÊNCIAS

- ABREU, Jorge. **Cenário e Perspectivas de Modernização da Gestão Pública no Estado do Rio Grande do Sul**. Curso de Gestão Fazendária. Porto Alegre, 2002.
- ALMEIDA, José Jonas. **A Cidade de Marabá sob o Impacto dos Programas Governamentais**. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2008,273f.
- ALMEIDA, Rogério Henrique. **Territorialização do Campesinato no Sudeste do Pará**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA/Naea, 2006.170f.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases Científicas para Uma Agricultura Sustentável**. 3a.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 592p.
- ASSIS, William Santos. **A Construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007, 242f.
- ASSIS, Willian Santos. **Informações Preliminares sobre Projetos e Iniciativas Governamentais Com Enfoque Territorial**. Ensaio. São Leopoldo,2005, 33p.
- ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense / William Santos de Assis – 2007. 242 f.**
- ABREU, Kate Dayana Rodrigues de .**A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: Implicações práticas e teóricas / Kate Dayana Rodrigues de Abreu. – 2014. 183 f.**
- AUAD, Denise. **Mecanismos de Participação Popular no Brasil: Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular**. São Paulo: USP, 2004.
- BONNAL, Phlippe& MALUF, Renato. **Políticas de Desenvolvimento Territorial e a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil**. In: I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis (SC), 2007.
- BRESSER, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a Cidadania**. A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional. Brasília: Enap, 1998.
- BRITO, Liane do Socorro. **Territórios da Cidadania e Regiões de Integração: Diferentes Olhares Sobre o Mesmo Espaço ou o Mesmo Olhar Sobre Espaços Diferentes?** In: XIV Encontro Nacional da Anpur, Rio de Janeiro, maio de 2011.
- BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Vilafuerte. **UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GUAIBA**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8892/000590395.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2014

BALESTRIN, Mariana; PACHECO, Luci Mary Duso; SUDBRACK, Edite Maria. **O ESTADO DO CONHECIMENTO: a contribuição do Conselho de Alimentação Escolar na descentralização da gestão do PNAE.pdf.125-144** p.<http://docplayer.com.br/20196436-O-estado-do-conhecimento-a-contribuicao-do-conselho-de-alimentacao-escolar-na-descentralizacao-da-gestao-do-pnae.html>, acesso em novembro de 2016.

BARBOSA, Natália Ferreira. **Rede de Segurança Alimentar e Nutricional na Política de Alimentação Escolar**. Goiania/GO. 2012. Disponível em: http://bdtd.ufg.br/tesesimplificado/tde_arquivos/1/TDE-2013-07-05T202005Z-2824/Publico/rede%20de%20seguranca%20alimentar%20e%20nutricional.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2014.

BECKER, Cláudio; ANJOS, Flávio Sacco; NÁDIA, Velleda. **POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRUTURANTES E SEGURANÇA ALIMENTAR: O CASO DO PAA**. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009,

BÁRBARA GEREMIA **Agrotóxicos: O emprego indiscriminado de produtos químicos no ambiente de trabalho rural e a responsabilização por danos à saúde**. Caxias do sul. RS, 2011. <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/600/Dissertacao%20Barbara%20Geremia.pdf;jsessionid=B75B0B33CCA029534A8157607DE8A329?sequence>. Acesso em janeiro de 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto & COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. Pdf,24 p.<http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincípios.pdf>. Acesso em maio de 2016

CASTRO, Edna. **Expansão da Fronteira, Megaprojetos de Infraestrutura e Integração Sul-Americana**. Cad. CRH, vol. 25 n. 64, Salvador, jan.-abr. 2012.25-62 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 mai. 2013.

Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE/UFPA)http://www.cecane.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9:pnae&catid=2:pagina-inicial. Acessom, fevereiro de 2017. Acesso em Janeiro de 2017.

Carta da Amazônia Encontro Temático “**Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia**, Belém, 11 de junho de 2015. <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/5a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/encontros-tematicos/soberania-e-seguranca-alimentar-e-nutricional-na-amazonia-10-e-11-de-junho/2015-junho-carta-amazonica.pdf>. Acesso em Janeiro de 2017. Acesso janeiro de 2017.

CAMARANO, Ana Júlia; ABRAMOVAY, Ricardo; **ÊXODO RURAL, ENVELHECIMENTO E MASCULINIZAÇÃO NO BRASIL: PANORAMA DOS ÚLTIMOS 50 ANOS**. DF, 1998.

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2651/1/td_0621.pdf Acesso: Fevereiro de 2017

CASTRO, Frederico Valle et al. **Modelagem de Cenários de Mudanças na Região de Brasília Aplicada ao Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CHIAPPE, M. B. Dimensiones Sociales de La Agricultura Sustentable. In: **Agroecologia: El Camino Hacia Una Agricultura Sustentable**. Santiago. J. Sarandón, ECA, Buenos Aires, 2002.

CASTRO, Teresa Peres de; BOMBAIR Larissa Mies. **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE: O ELO ENTRE EDUCAÇÃO E AGRICULTURA**. Disponível em: http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_1/sessao_1A/03_Terena_Castro.pdf. Acesso em: 24 de abril de 2014

CAMPOS, RAFAEL ALBUQUERQUE. **AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE NO MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA/PR**. CURITIBA, 2011. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1192/1/CT_GPM_I_2011_63.PDF. Acesso em: 25 de abril de 2014.

COSTA, Liliam Magda Campos. **O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO** Fortaleza. Fortaleza, 2004. Disponível em: www.prodema.ufc.br/dissertacoes/091.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2014.

CUT-FASE/RELATÓRIO. Seminário: **Produção Familiar na Amazônia**. 20, 21 e 22 de Fevereiro de 2006. Belém - Pará Belém, 2006., 29 P.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: Origens e Perspectivas de Um Novo Paradigma**. 2a.ed., Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

FLORIT, Luciano Félix. **A Reinvenção Social do Natural: Natureza e Agricultura no Mundo Contemporâneo**. Blumenau: Edifurb, 2004. 181 p.

FORMIGA, Walnara Arnaud Moura. **ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA MERENDA ESCOLAR DE SÃO BENTINHO-PB** http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/analise_da_implementacao_da_agricultura_familiar_na_merenda_e_scolar_de_sao_bentinhobp_1343401730.pdf

FONSECA, Aline Mary Pereira Pinto. **A Participação Cidadã na Construção do Espaço Público Plural a Partir da Década de 1970**. Mestrado (Organizações e Desenvolvimento). Curitiba: Unifae, 1998.

FNDE - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em: 23 de abril de 2014.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável**. 2a.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001, 348 p.

GOMES, Maria Suely Ferreira. **A Construção da Organicidade no MST: A Experiência do Assentamento 26 de Março, Pará**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: UFPB, 2009, 167f..

GRISA, Catia. **Desenvolvimento Local, Políticas Públicas e Meios de Vida: Uma Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Rio de Janeiro, 2009.22 p. <http://www.sober.org.br/palestra/13/105.pdf>. Acesso em julho de 2016.

GRISA, Catia. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias** Rio de Janeiro, RJ 22p.PDF..Junho de 2012. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese-Catia-Grisa.pdf>. Acesso em: 25 de Abril de 2014

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: Entre as Redes e os Aglomerados de Exclusão**. In: CASTRO, I. E. et al. Geografia: Conceitos e Temas. 3a.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 38 p.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, .87 p. <https://catedrataller.files.wordpress.com/2014/06/haesbaert-r-compilacic3b3n-de-textos.pdf>. Acesso, março de 2016.

HÉBETTE, Jean. **Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola Paraense: O Caso da Transamazônica**. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.). No Mar, nos Rios e na Fronteira: Faces do Campesinato no Pará. Belém: Ed. da UFPA, 2002.p. 203-232.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Estimativa da População 2012**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/estimativa_pop.shtm>. Acesso: 10 mai. 2013.

LASAT (LABORATÓRIO SOCIOAGRONÔMICO DO ARAGUAIA-TOCANTINS). **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar & Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará**. Marabá, 2006.

LEFF, E. **Agroecologia e Saber Ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre. 2002, v. 3. n. 1, p. 36-51.

LAVILLE, Christian e DIONE. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMQ 1999.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y Manejo De Recursos Naturales**: El Marco de Evaluación MESMIS. México: Mundi-Prensa, 1999. 109p.
http://www.iieb.org.br/files/5614/6504/5733/Livro_SFX_WEB_reduzido.pdf

MDS (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL). **Território da Cidadania**: Integração de Políticas Públicas para Reduzir Desigualdades. Março, 2009. Disponível em:
<<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

MIN (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL). **Plano de Ação da Mesorregião Bico do Papagaio: Relatório Final**. Brasília, 2009.

MONTEIRO, Eduardo José & PEREIRA, Priscila de Góes. **O Estado do Pará e a Recém-Criada Política de Integração Regional**: Aportes Analíticos, Desafios e Caracterização. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Florianópolis (SC), 25 a 29 de maio de 2009.

MOREIRA, Rodrigo Machado & CARMO, Maristela Simões. **Agroecologia na Construção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. Agric. São Paulo, v. 51, n. 2, jul.-dez. 2004, p. 37-56.

NASCIMENTO, RENATO CARVALHEIRA. **O PAPEL DO CONSEA NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA E DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**. RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 2012. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/tese_renatocarvalheiradonascimento.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2014

O'DONNELL, Guillermo. **Anotações para Uma Teoria de Estado**. In: Revista de Cultura e Sociedade, n. 4, fev.-abr, 1981.

OLIVEIRA, Myriam & ALMEIDA, Jalcione. **Mudanças Socioprodutivas e as Novas Relações Sociedade-Natureza na Amazônia Oriental**. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 28 a 31 jul. 2009.
ORTEGA, Antônio César. Desenvolvimento Territorial e Descentralização da Gestão Pública no Brasil. 10º Congresso Internacional delClad Sobre la Reforma del Estado y de laAdministración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 oct. 2005,

PARÁ (Org.). **Macrozoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Pará**. Pará Rural – Desenvolvimento Rural Sustentável. Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos. Belém, 2011.

PETERSEN, P. DAL SOGLIO & CAPORAL, F. R. **A Construção de Uma Ciência a Serviço do Camponato**. In: Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 85-104.

PINHEIRO, S. L. G. **O Enfoque Sistêmico e o Desenvolvimento Rural Sustentável: Uma Oportunidade de Mudança da Abordagem Hard-Systems para Experiências com Soft-Systems.** Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre, 2000 v. 1, n.2, p.27-37.

PLOEG, J. D. V. **Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa. Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro.** Rio de Janeiro, AS-PTA, 2009.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Aguedo Nagel; RAMOS, Marília Patta; **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo.** <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso: Fevereiro de 2017

PUTY, Cláudio. **Gestão Pública.** Revista do Sistema de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos da Escola de Governo do Estado do Pará. Belém. a.1, n. 1, 2007.

PINHO, F. N. L. G. (1); MARTÍNEZ, S. A. (2). **História Da Merenda Escolar No Brasil: Trajetórias Da Mais Antiga Política De Suplementação Alimentar Brasileira (1955-1993II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013.). Disponível em: www.2coninter.com.br/artigos/pdf/555.pdf. Acesso em: 25 de Abril de 2014**

REINCH, Sofia; JUNDURIAN, Maria Amelia; BONDUKI, Corá Manuel. **A INCLUSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS CHAMADAS PÚBLICAS PARA COMPRA DE ALIMENTOS.** Disponível em: <http://www.viapublica.org.br/wp-content/uploads/2012/04/ARTIGO-ROMA-vs-6.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2014.

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula; CERATTI, Silene; BROCH, Djulia Taís. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul.** GEDECON. VOL.1, Nº. 01, 2013.

REINACH, Sofia; CORÁ, Maria Amélia Junfurian; BONDUKI, Manuel Ruas Pereira Coelho. XXXVI Encontro da ANPAD. RJ/ 22 a 26 de setembro de 2012.

SÁ, Eduardo. **A importância da agricultura familiar na alimentação escolar.** Publicação de 23 nov. 2012. Carta Maior, Brasil, 2012. 5.p. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=21297>. Acesso em: 10 mai. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Reconhecer para Libertar: **Os Caminhos do Cosmopolitismo Multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 25-66.

SANTOS, Luiz Renato Teixeira. **Mercado institucional da merenda escolar: a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar no município de marabá-pa.** / Luiz Renato Teixeira Santos. Marabá-PA, 2015. 80f.

SANTOS, Márcio. Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Fórum da Amazônia Oriental (Faor). Belém, 2007.

SANTOS, Milton. & SILVEIRA, Maria. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Tempo e Técnica – Razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo:pdf-232p. Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos). <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1799/a%20natureza%20do%20espa%C3%83%C2%A7o.pdf?sequence=1>. Acesso. Janeiro de 2017.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **A Perspectiva Sociológica em Agroecologia: Uma Sistematização de Seus Métodos e Técnicas**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. **Emater**. Porto Alegre. v. 3. n. 1 , 2002, p. 18-28.

SILVA, Luís Mauro Santos. **O Papel Didático da Crise da Agricultura Moderna para a Compreensão da Ascensão de Um Enfoque Agroecológico**. UFPAN/CARDR/PPGAA – UFRGS/PGDR, 2012, 15 p. (No Prelo)

SILVA, Luís Mauro Santos. **Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará**. 2008. 205 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal). Programa de Pós-graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS – Brasil.

SOUZA, M. L. Espaciologia: **Uma Objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudocríticos do Espaço Social)**. Terra Livre, São Paulo, v. 5, p. 21-46, 1988.

SOUZA, M. L. **O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STOLARSKI, Márcia Cristina. **CAMINHOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NO PERÍODO DE 2003-2004**. CURITIBA, 2005. Disponível http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/2522/dissertação_final.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 de abril de 2014

STOLARSKI, Márcia Cristina. **CAMINHOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NO PERÍODO DE 2003-2004**. Curitiba.PR. PDF-136f, 2005

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Agricultura Familiar: um bom negócio para o desenvolvimento local**. Edição para gestores públicos. – Brasília: Sebrae, 2014 <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/arquivos/manuais/agricultura-familiar-agricultores.pdf>. Acesso, Janeiro de 2016.

SÁ Eduardo. **Articulação Nacional de Agroecologia**, 18 de Agosto de 2016. <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/18/merenda-escolar-uma-revolucao-para-os-agricultores-familiares/> e renda escolar: uma revolução para os agricultores familiares. Acesso em fev. de 2017

SOUZA, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP)** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600011>. Acesso, janeiro de 2017.

TURPIN, Maria Elena. **A alimentação escolar como vetor de desenvolvimento local e garantia de segurança alimentar e nutricional**. Campinas, SP, 2008. 159f-PDF. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em: 23 de abril de 2014.

VIEIRA, Tayse Valdira. **Programa Nacional De Alimentação Escolar: Ações Educativas Sobre Alimentação Orgânica Desenvolvidas Pelo Nutricionista Nas Escolas Municipais Brasileiras**. Florianópolis, 201. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/04/Tayse-Valdira-Vieira.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2014

ANEXO 1: Resumo das leis e resoluções sobre o PNAE DE 2000 a 2013.

VIEIRA (2013). Complemento das leis e decretos

LEIS E RESOLUÇÕES DO PNAE	FINALIDADE/APLICAÇÃO/MUDANÇAS
RESOLUÇÃO Nº 15, DE 25 DE AGOSTO DE 2000.	Estabelece os critérios e as formas de transferências de recursos financeiros do PNAE.
RESOLUÇÃO Nº 1, DE seis DE FEVEREIRO DE 2001.	Sistematiza e consolida procedimentos administrativos de prestação de contas dos recursos do PNAE
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2178-36, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do PNAE.
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.	Estabelece critérios para a transferência de recursos financeiros, à conta do PNAE.
RESOLUÇÃO Nº 45, DE 31 DE OUTUBRO DE 2003.	Estabelece critérios para o repasse de recursos da alimentação escolar da alimentação escolar indígena
RESOLUÇÃO Nº 35, DE um DE OUTUBRO DE 2003.	Estende o atendimento do PNAE a creches e estabelece valores per capita.
RESOLUÇÃO Nº 15, DE 16 DE JUNHO DE 2003.	Estabelece critérios e formas de transferência de recursos do PNAE.
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2003.	Estabelece critérios para a transferência de recursos financeiros, à conta do PNAE.
RESOLUÇÃO Nº 38, DE 23 DE AGOSTO DE 2004.	Estabelece critérios para execução do PNAE (alterada pelas resoluções nos 01/2005; 21/2005 e 05/2006). Portaria nº 251, de três de março de 2000 Autoriza a transferência automática dos recursos do PNAE.
RESOLUÇÃO CFN Nº 358 DE 2005	Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências
RESOLUÇÃO Nº 35, DE 01 DE SETEMBRO DE 2005.	Dispõe sobre as prestações de contas do PNAE, exercício 1999.
RESOLUÇÃO Nº 1, DE 26 DE JANEIRO DE 2005.	Alteram dispositivos da Resolução nº 38, de 23 de junho de 2004, e revoga a Resolução nº 1, de 06 de fevereiro de 2001, dispondo sobre a prestação de contas do PNAE.
RESOLUÇÃO Nº 42, DE 14 DE DEZEMBRO 2006.	Estabelecem diretrizes e normas para assistência financeira suplementar e projetos educacionais no âmbito da educação básica para apoiar Ações Educativas de Alimentação e Saúde do escolar, nos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, no exercício de 2006.
RESOLUÇÃO Nº 33, DE 24 DE AGOSTO DE 2006.	Altera o disposto no art. 9º da Resolução CD/FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006.
RESOLUÇÃO Nº 32, DE 10 DE AGOSTO DE 2006.	Estabelece as normas para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1010 DE 2006.	Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.
RESOLUÇÃO Nº 5, DE 24 MARÇO DE 2006.	Estabelece 200 dias de atendimento
RESOLUÇÃO Nº 25, DE 14 DE JUNHO DE 2007.	Altera o disposto no art. 25 da Resolução CD/FNDE nº 32, de 10 de agosto de 2006, alterada pela Res. nº 33, de 24 de agosto 2006.
RESOLUÇÃO Nº 38, DE 19 DE AGOSTO DE 2008.	Estabelece critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, participantes do Programa Mais Educação.
RESOLUÇÃO Nº 38, 16 DE JUNHO DE 2009.	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no PNAE.
Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO 2009.	LEI. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 455 DE 28 DE JANEIRO 2009	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências.
RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 67, DE 28 DE DEZEMBRO 2009.	Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
RESOLUÇÃO Nº 42, 10 DE AGOSTO DE 2009.	Altera o valor per capita para oferta da alimentação escolar nas creches participantes do PNAE.
RESOLUÇÃO CFN Nº 465/2010	Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referencia no âmbito do PNAE.
RESOLUÇÃO Nº 44 DE 25 DE AGOSTO DE 2011.	Estabelece critérios, prazos e procedimentos para atender as disposições do Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, e dá outras providências.
DECRETO Nº 7.507, DE 27 DE JUNHO DE 2011.	Dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas 2010.
RESOLUÇÃO Nº 08, DE 14 DE MAIO DE 2012.	Altera os valores per capita da educação infantil PNAE.
RESOLUÇÃO Nº 25, DE 04 DE JULHO DE 2012.	Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.
Resolução/CD/FNDE nº 5, de 7 de março de 2013.	Dispõe sobre o recebimento das prestações de contas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e PNAE, relativas às competências de 2011 e

	2012, e dá outras providências.
Resolução/CD/FNDE nº 9, de 28 de março de 2013.	Altera a Resolução/CD/FNDE nº 5, de 7 de março de 2013.
Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2013

APÊNDICE 01: ROTEIRO DE PESQUISA COM GESTORES

LUIZ REGASON BRESSAN

“Estado, Política Pública e agricultura familiar: o papel do PNAE no apoio à consolidação de lógicas familiares de produção no município de Marabá”.

ROTEIRO DE PESQUISA COM GESTORES PÚBLICOS QUE ATUAM NA EXECUÇÃO DO PNAE

	<p>Entrevistador: _____</p> <p>Data: _____</p> <p>Tempo da entrevista: _____</p>
---	--

Nome do entrevistado: _____

Município/Instituição: _____ Função/cargo _____

E-mail: _____ Telefone _____

1. Política Pública do PNAE na ótica dos Gestores Públicos

1.1. Qual a importância atual do PNAE para a Prefeitura Municipal; Secretaria de Agricultura e Secretaria de educação?

2.2. Quais os critérios para definição dos produtos nas chamadas públicas para Agricultura Familiar? Quais deles são os mais difíceis de serem cumpridos? Por quê?

2.3. Como o CAE- Conselho Alimentação Escolar acompanha o cumprimento da legislação do PNAE na Semed de Marabá?

2.4. Qual a avaliação do PNAE por parte dos gestores públicos SEMED/SEAGRU/ PMM e Conselho Municipal CAE?

3. CARACTERIZAÇÃO DO PNAE NO MUNICÍPIO

g) Clientela atendida em seu Município e número de alunos atendidos por segmento.

() Ensino Fundamental. Nº de alunos _____

() Educação Infantil. Nº de alunos _____

() Eja, Projovem. Nº de alunos _____

() Creches. Nº de alunos _____

() Outra. Qual? _____

b) Número de alunos atendidos _____ Número de escolas atendidas _____

c) Modalidade de atendimento:

() Escolarização (recurso encaminhado diretamente à escola)

() Terceirização (empresa contratada para preparar e servir a merenda)

() Aquisição centralizada

() Aquisição centralizada + recurso encaminhado às escolas para complementação

() Outra. Qual? _____

4. CARACTERÍSTICAS DA AQUISIÇÃO DOS GÊNEROS

a) Modalidade de Aquisição dos Gêneros adotada:

- Concorrência Pregão presencial
 Pregão eletrônico Registro de preço
 Chamada Pública. Outra. Qual? _____

b) Qual a sua visão sobre a funcionalidade da modalidade adotada? _____

c) Foi realizado estudo para definição da melhor modalidade a ser adotada? Em caso afirmativo, qual o resultado? _____

d) Existe estudo no seu município que demonstre o melhor período no exercício para aquisição de gêneros alimentícios por tipo de produto com menores custos? _____

e) Frequência das aquisições: Anual Semestral
 Trimestral Mensal Outra. Qual? _____

f) Segmentos que normalmente participam dos procedimentos de aquisição:

- Indústrias Representantes comerciais
 Cooperativas Agricultores
 Outro. Qual? _____

g) Qual o custo médio dos cardápios em seu município? _____

h) Qual o valor calórico médio e a quantidade proteica dos cardápios? _____

i) Com relação aos gêneros perecíveis:

- são distribuídos pelo município
 São distribuídos por empresas
 as escolas adquirem com o recurso repassado pelo estado
 as escolas adquirem com recurso da APM
 Outro. Qual? _____

J) Quais os principais produtos são comprados da Agricultura Familiar?

I) Existe algum incentivo da Prefeitura com o objetivo de diversificar a produção da Agricultura Familiar para atender a merenda escolar?

m) Existe alguma proposta da prefeitura para melhorar o atendimento da merenda escolar e do PNAE?

4. INFRA-ESTRUTURA DO MUNICÍPIO

a) Depósito próprio ou alugado Sim Não

b) Transporte exclusivo para a merenda

- Sim
 Não. Se não, como é feita a distribuição? _____

- c) Número de funcionários que trabalham no Programa (nível central) _____
d) Número de nutricionistas no Programa Municipal _____

5. CONTRAPARTIDA MUNICIPAL

a) Qual o número de merendeiras no município? _____

b) O município submete os gêneros adquiridos ao Controle de Qualidade através de exames laboratoriais?

() Sim () Não

c) Quais são as despesas municipais para a operacionalização do Programa?

() Merendeiras () Controle de qualidade

() Distribuição às escolas () Armazenamento

() Aquisição de gêneros () Outra. Qual? _____

6. OUTROS ASPECTOS

a) Qual(is) a(s) maior(es) dificuldade(s) enfrentada(s) pelo município na operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar ?

b) Foram implementadas inovações no PNAE em seu município nos últimos anos? Quais?

c) Outros comentários: _____

APÊNDICE 02: ENTREVISTA COM AGRICULTORES FAMILIARES

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO PNAE

LUIZ REGASON BRESSAN

“Estado, Política Pública e agricultura familiar: o papel do PNAE no apoio à consolidação de lógicas familiares de produção no município de Marabá”.

ROTEIRO DE QUESTÕES PESQUISA DE CAMPO SOBRE O PNAE COM ORGANIZAÇÕES E AGRICULTORES/AS FAMILIAR

	<p>Entrevistador: _____</p> <p>Data: _____</p> <p>Tempo da entrevista: _____</p>
---	--

1 – PERFIL HISTÓRICO DA FAMÍLIA

Nome do entrevistado (apelido): _____

Município: _____

Localidade / Assentamento e nº do Lote: _____

Tamanho do Lote: _____

Distância de Marabá (km): _____ Condições de acesso: bom () regular () precário ()

Observação: _____

Contatos (celular pessoal e ou coletivo, etc.): _____

Resumo da chegada à região e no Projeto de Assentamento (usar diário de campo):

(através de parentes, iniciativa própria, posse, compra etc.)

No ano de chegada: _____; **Atualmente:** _____ Obs: em que ano ocorreu a mudança.

QUAL O PROJETO DE SUA FAMÍLIA PARA OS PRÓXIMOS 20 ANOS (EX. FICAR NO LOTE E VIVER DO QUÊ?).

Importante: fazer um croqui do lote com a composição atual da paisagem.

2 – PERFIL SÓCIO-CULTURAL DA FAMÍLIA

118

2.1 – Constituição da unidade familiar

	Nome e grau de parentesco para com o responsável	Naturalidade (município e estado de origem)	Sexo	Idade (anos)	Escolaridade	Estado de saúde(*)
1						
2						
3						
4						
5						

(*) - Estado de Saúde: 1 = quase nunca adoece (passa anos sem ter problemas); 2 = fica doente algumas vezes (doenças leves 1 ou 2 vezes por ano); 3 = fica doente com frequência (várias vezes por ano) 4 = tem limitações e ou debilidades (mal estar ou problemas constantes ou permanentes); 5 = é incapaz (1): na UP = 0 ou distância em Km (2): idem quadro anterior

2.2 – Nível de organização do Assentamento

Tipos de associações do PA (Qual o principal propósito?)	Alguém da família participa? Exerce alguma função? Qual? Se não, por quê?	Seus vizinhos participam? (1)	A vizinhança é na maioria: (2)

(1) 1 = sim; 2 = não; 3 = não sabe

(2) 1 = parentes; 2 = amigos; 3 = conhecidos; 4 = desconhecidos

5. - *Forma de comercialização (%)*

120

Produto (% da produção):	Bruto	Processado			Com marca de identificação (Sim ou Não)
		Só limpo	Limpo e embalado	Conservas, geléias, outros.	

6.- *Quem determina o preço dos produtos?* (assinalar com X)

Produto	O produtor	O intermediário	Consumidor final	Cooperativa	A associação	Outros

OBS.: _____

7. - *Como obtém informações sobre o mercado de produtos?*

Org. Sind.	Outras famílias	Técnicos	Jornal, Rádio e TV	No local onde vende	Outros (citar)
()	()	()	()	()	

8. Que tipo de relação mantém com o mercado de produtos agropecuários? Já ouviu falar em Mercado de produtos orgânicos? Quando? Como? O que acha?

9. - *Tem necessidade de recorrer a empréstimo financeiro?* Sim () Não ()

10. - *Se houver uma emergência, para quem (ou o quê) recorre?*

Outras entidades comerciais-() Não consegue empréstimo - ()

11 – ALGUNS DESCRITORES GERAIS

11.1 - *Histórico do produtor*

Anos com agricultura	Anos nesta propriedade	O que fazia antes?(*)

* AGR = agricultura; COM = comércio; SER = serviços

11.2 - *O que o levou a trabalhar (ou não) com o crédito?*

Investimento rápido	Ficar em RB	Formas de pagamento	Falta de alternativa	Falta de outros	Outras razões
()	()	()	()	()	()

11.3 - Como obtém informações sobre a ATER e o crédito?

121

Associação	Outros produtores	INCRA	Técnico da Copserviços	Outras (citar)
()	()	()	()	

12 - Já participou de curso de capacitação e formação ? Sim () Não () *Que tipo?*

13- Faz algum tipo de experiência por conta própria? Sim () Não ()
Se sim, citar quais:

14. Como conheceram o PNAE?
Objetivo?

14.1. Público Prioritário?

14.2. Quem é o gestor do PNAE?

14.3. Como acessar o PNAE?

15. Você vende para o PNAE?
Sim () ou Não () Porquê?

16. Quantos vizinhos seus participam no PNAE?

17. Quais as atividades produtivas que a família desenvolve no lote? (listar todas, mesmo que seja somente para o consumo da família).

18. Quais as atividades principais para compor a renda da família (para venda)

19. A sua família tem conseguido viver dignamente no campo?

20. Quais os produtos que são comercializados para o PNAE?

21. Qual a importância do PNAE na renda da família?

22. Quais as dificuldades de comercializar para o PNAE?

23. O PNAE tem estimulado para a diversificação produção? De que forma?

24. Você conhece como funciona o PNAE? Através de quem?

122

25. Qual o caminho que seu produto percorre até chegar na merenda escolar? (ex. lote -> cooperativa -> secretaria educação -> escola...)

26. Qual o papel do governo federal; da cooperativa (ou associação) e da prefeitura no PNAE?

27. O que você vende? e o que você gostaria de fornecer?

28. O que você produz no lote hoje?

- Para consumo:
- Para Venda:

29. Para quem você vende sua produção? Porquê?

30. Qual a importância de vender para o PNAE?

31. Qual a importância de abastecer as escolas com produtos da agricultura familiar?

32. Quais as políticas públicas que você conhece de apoio a Agricultura Familiar?

33. O que poderia ser feito para melhorar a política do PNAE?

34. Quais os benefícios que o PNAE trás para as famílias e para sociedade?

35. Você participou de alguma reunião de formação ou explicação do que é o PNAE?

Afirmativo:

Quem e onde?

36. O que deveria ser feito para melhorar a produção para vender para as Escolas e feiras?